

A REPRESENTAÇÃO DA REALEZA E DA NOBREZA NA CRÓNICA DE 1419

Ricardo Jorge Cunha Fernandes

**Dissertação de Mestrado em História
Especialidade de História Medieval**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História, Especialidade de História Medieval, realizada sob orientação do Prof. Doutor Bernardo Vasconcelos e Sousa

Março de 2012

È próprio da natureza humana construir mitos e figuras, que no seio da história, muitas vezes nos fazem compreender mais o tempo e o contexto que os criaram, do que efetivamente o universo longínquo e romanceado para o qual foram inventados.

Resumo

O objeto de análise desta dissertação é a *Crônica de Portugal de 1419*, de autoria até hoje ainda duvidosa, esta, enquadrada no gênero literário denominado *cronística medieval*, tem como tema específico para este trabalho a representação da realeza e da nobreza no seio do referido título. Procuraremos essencialmente estudar como estas duas classes estão representadas nesta Crônica, buscando sempre apresentar os motivos que levaram o seu autor a relatar as passagens nelas descritas, a maneira e a disposição em que se encontram, isto é, privilegiando alguns, excluindo outros e até mesmo, em alguns casos, tentando esclarecer os pretextos que levaram a descrevê-los de maneira divergente se comparada a história tradicional. O que de certa forma pode ser interpretada como um modo de prestigiar ou denegrir certos paradigmas históricos e toda a carga simbólica a eles associados. É importante salientarmos que as crônicas, neste fim de idade média, desempenharam um lugar de destaque para a apreciação da historiografia portuguesa, suas composições foram lavadas a cabo basicamente pela e para o enaltecimento da realeza e a nobreza. Acima de tudo, tais discursos, neste período de afirmação da dinastia de Avis, era de suma importância para a criação de uma ideologia que buscasse no passado a legitimação de uma nova cruzada que obtivesse o apoio de nobres cavaleiros para a disseminação da fé católica, só que agora em solo africano.

Palavras chaves: Historiografia medieval portuguesa, Fernão Lopes, Crônica, realeza e nobreza

Abstract

The object of analysis of this dissertation is the Chronicle of Portugal from 1419, written to this day still doubtful, framed in this literary genre called, *cronística* medieval theme is specific to this work the representation of royalty and nobility within that title . Essentially seek to study how these two classes are represented in this Chronicle, always trying to give the reasons that led the author to relate the passages therein described, and the manner in which they are available, so, favoring some, excluding others and even in some cases, trying to clear the pretexts which led to describe them so divergent as compared to the traditional story. What a way can be interpreted as a way to honor or denigrate certain historical paradigms and all symbolic associated with them. It is important to emphasize that chronic, average age in order to play a prominent place for the assessment of Portuguese historiography, his compositions have been washed out by basically and to the enhancement of royalty and nobility. Above all, these discourses in this period of affirmation of the Avis dynasty, was of paramount importance to the creation of an ideology that sought in the past to legitimate a new crusade that got the support of noble knights to spread the Catholic faith, but this time on African soil.

Keywords: Historiography Medieval Portuguese, Fernão Lopes, Chronic, royalty and nobility

Agradecimentos

Agradeço primeiramente ao meu orientador, Prof. Dr. Bernardo Vasconcelos e Sousa, que para além da contribuição do seu imprescindível conhecimento para este trabalho, foi também um amigo na difícil trajetória que percorri para a conclusão deste curso, principalmente nos momentos de solidão durante minha estada em Lisboa.

Agradeço a minha mãe pelo seu apoio e ajuda incondicional.

A minha amiga Ana, por seu contributo intelectual, logístico e moral através dos inúmeros e-mails trocados ao longo deste trabalho. Sem ela certamente este caminho teria sido mais árduo.

A Marília do Departamento Acadêmico, pela sua admirável presteza e profissionalismo.

Ao meu tio Davi pelos seus conselhos e disponibilidade.

E principalmente a minha namorada Karla Cristina, que sempre esteve ao meu lado, sendo o seu carinho e amor os meus dois maiores aliados. Te amo.

Índice

| | |
|--|------------|
| 1- Introdução..... | 7 |
| 2 - A Crônica de 1419 – Breve Apresentação..... | 11 |
| 3 - A Realeza na Crônica de 1419..... | 17 |
| 3.1- <i>A Função Real</i> | 18 |
| 3.1.1- Conquista e Defesa do Reino..... | 18 |
| 3.1.2 – Justiça..... | 25 |
| 3.2 - <i>Conflitos Entre a Realeza</i> | 31 |
| 3.2.1 - Conflitos com Castela e Leão..... | 33 |
| 3.2.2 - Conflitos Internos..... | 38 |
| 3.3 - <i>A Realeza e a Igreja</i> | 43 |
| 3.3.1 - Acordos e Conflitos..... | 44 |
| 3.3.2 - Espírito de Cruzada..... | 52 |
| 3.3.3 - A Realeza e o Sagrado: Aparições e Presságios..... | 65 |
| 4 - A Nobreza na Crônica de 1419..... | 73 |
| 4.1- <i>A Nobreza e a Guerra</i> | 76 |
| 4.2 - <i>A Nobreza e as Gestas</i> | 83 |
| 4.3 - <i>A Nobreza e as Relações com a Igreja</i> | 91 |
| 4.4 - <i>Relações entre a realeza e a Nobreza</i> | 99 |
| 5 - Conclusão..... | 107 |
| 6 – Fontes e Bibliografia..... | 110 |

A REPRESENTAÇÃO DA REALEZA E DA NOBREZA NA CRÔNICA DE 1419

1- INTRODUÇÃO

A cronística medieval é um gênero literário que nos permite trabalhar com uma infinidade de abordagens. O objetivo deste trabalho consiste principalmente em analisar como os mais variados temas, inerentes à realeza e à nobreza, foram representados na Crônica de Portugal de 1419, procurando sempre que possível apresentar o porquê dos acontecimentos nela descritos, a necessidade de enfatizar alguns, omitir outros e até, em alguns casos, os motivos que levaram a descrevê-los de maneira diferente daquilo que a verdade histórica nos conta, funcionando desta forma como tendências positivas ou negativas de uma imagem que se pretende vincular¹. O trabalho de um cronista pode ser escolher uma fonte principal acrescentando-lhe passagens de outras, compilar relatos anteriores, optar aqui por uma ou abrir mão de outra, decidir quando abreviar relatos e em outras situações quando acrescentar factos. Na realidade, um cronista, era, em larga medida, um compilador.

Neste mote, devemos levar em conta que a Crônica de 1419, ao ser redigida no âmbito da corte régia e destinada a um público cortesão, tinha a preocupação de transmitir a visão dos interesses políticos, ideológicos, econômicos e religiosos da dinastia de Avis que neste período se consolidava e, principalmente, a nova ordem que com ela se afirmava. Levando em consideração a data da sua composição, 1419, poderemos crer que a Crônica fazia parte de uma produção de maior fôlego, uma suposta Crônica Geral de Portugal que se teria perdido ou não teria sido concluída,² e

¹ DUBY, Georges -História Social e Ideologias das Sociedades. In *História Novos Problemas*. Dir. LE GOFF, Jaques e NORA, Pierre. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. Pág. 173 – 196.

² MICHELAN, Kátia Brasilino, *Três Histórias de Afonso Henriques, Compilação, Reprodução e Reconstrução de uma trajetória e de uma Imagem*, Franca, 2008. Pág. 13.

que, acima de tudo, o autor que a elaborou teve todos os cuidados para perpetuar a lembrança de um passado glorioso que se deveria prolongar no presente e no futuro.

Este tema está intimamente vinculado à área da história das mentalidades, pois quando se “representa” uma realidade do passado procura-se transmitir a idéia ou imagem de algo ou de um mundo que deve minimamente fazer passar os significados que o seu autor deseja que o receptor sinta e perceba. Para que tal objetivo seja atingido, torna-se de suma importância que não se cometa nenhum anacronismo histórico e que estejamos a par do *status quo* vivido pelo seu redator. Esta crônica é vista como um “novo olhar sobre o passado português, adaptando-se aos interesses e ao posicionamento peninsular da recém-fundada dinastia da Avis”³. Desta forma, a contribuição deste trabalho reside em fazer uma aproximação às relações entre a nobreza e a realeza portuguesas descritas na Crônica de 1419, propiciando uma melhor compreensão da forma como tais relações eram apresentadas, no quadro da história dos sete primeiros reinados de Portugal.

Ao valorizar os primeiros reis portugueses, desde D. Afonso Henriques até D. Afonso IV, a Crônica de 1419 constituía como que uma antecâmara da valorização da segunda dinastia iniciada com D. João I, o monarca reinante à data da redacção da obra. Este surgiria, assim, como o continuador natural da realeza de Portugal e verdadeiro refundador de um reino cujas raízes remontavam ao século XII.

Se a Crônica de D. João I pode ser vista “não só como relato cronístico, justificador da ascensão da Dinastia de Avis ao poder, mas também como um manual educativo para os estratos dirigentes da sociedade portuguesa, isto é, os nobres e reis”⁴, a Crônica de 1419 dava conta das origens da monarquia portuguesa e do papel central desempenhado pela realeza. Mesmo não sendo a Crônica de 1419 um texto relativo a factos cronologicamente situados no período de quatrocentos, já que a sua narrativa incide nos séculos XII a XIV, nem por isso os episódios vividos pela realeza de Borgonha e pelos seus nobres deixavam de interessar à recente dinastia de Avis.

Ao estudarmos a Crônica de 1419 fomos obviamente obrigados a lançar mão de vários trabalhos, que nos auxiliassem nesta pesquisa, tais como: *Representações da*

³ KRUS, Luís, “Crônica” e “Crônica de Portugal de 1419”, in *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, org. e coord. de Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, Lisboa, Caminho, 1993, pág. 174.

⁴ ZIERER, Adriana Maria de Souza -*Modelos Educativos de Nobre e Rei na Crónica de D. João I, de Fernão Lopes*. Acta Scientiarum. Education Maringá, v. 32, n. 1, p. 55-66, 2010. Pág. 56.

Realeza na Crônística Medieval Portuguesa, de Carla Serapicos Silvério, bem como a recente tese de doutoramento de Felipe Alves Moreira, esta última constituindo uma importante contribuição para a compreensão da redacção e da importância da Crónica de 1419, no contexto cronístico português da Idade Média.

Não temos a intenção de avaliar de maneira exata a memória veiculada por estes soberanos, muito menos os seus respectivos textos em uma perspectiva exclusivamente literária, que assinale os modelos de construção estilísticos característicos das narrativas cronísticas. Procuraremos, sim, interrogar a Crônica como um texto portador de uma gama de interpretações diretas e indiretas acerca da realeza, da nobreza e das relações entre elas, atendendo obviamente aos inúmeros contextos nos quais surgem inseridas e à coerência dos tópicos utilizados.

De uma maneira geral, os estudos relativos à compreensão dos relacionamentos do círculo cortesão característicos da dinastia de Borgonha conferem-lhe uma identidade e prestígio que nos permitem uma ampla abordagem nos domínios da história social, das idéias e da cultura. Como é comum a quase toda a cronística vinculada ao ambiente régio e nobiliárquico, tais textos são muitas vezes imbuídos de forte teor religioso, transmitindo-nos desta forma uma memória de cariz cristão simbolizada e protagonizada pelo comportamento e pelos grandes feitos atribuídos a reis e nobres. Desta forma, os métodos da nossa aproximação às representações da Crônica têm de ter em conta os valores e os padrões da época em que aquela foi escrita.

Este estudo está, então, dividido em dois grandes capítulos, cada um deles com os seus respectivos títulos e subtítulos. Recorremos a uma vasta bibliografia de apoio, entre dicionários temáticos, publicações inerentes ao tema das representações cronísticas e títulos inseridos no âmbito da história social e das mentalidades. Inicialmente, achámos interessante fazer uma breve abordagem a respeito da origem da Crônica de Portugal de 1419, bem como da polémica que envolve a atribuição da sua autoria. No primeiro capítulo, “A Realeza”, tivemos a preocupação de analisar temas como a função real, a justiça, os conflitos entre a realeza e a nobreza, a realeza e a Igreja e o espírito de Cruzada, só para citar os mais significativos. Desde já poderíamos inferir da escolha destes tópicos como sendo os principais temas utilizados pelo cronista para desenvolver uma gama de situações com valor didático-pedagógico para os príncipes e para a nobreza do reino, nas quais se procurava transmitir uma memória exemplar e legitimadora sobre a realeza, apresentado-a através de situações louváveis que deveriam ser seguidas, ou de situações reprováveis que, como tal, se deveriam evitar.

No segundo capítulo, no qual tratamos de estudar as representações da nobreza na Crônica, abordamos assuntos como as suas relações com a realeza, com a Igreja e com a Guerra. Tais temas, principalmente este último, procuram deixar clara a intenção de representar os nobres portugueses como heróis nas mais diversas batalhas que se sucederam durante a reconquista ou noutras situações de conflito bélico. Este tópico da coragem e do valor guerreiro da nobreza é, como se sabe, muito recorrente na cronística medieval, tanto na de origem nobiliárquica como na de origem régia, onde os fiéis vassalos do soberano surgiam como seus companheiros de armas, cumprindo um desígnio comum, nomeadamente na luta contra o Islão.⁵

Este trabalho procurará, de uma forma geral, considerar os objetivos e temas centrais do discurso político cortesão no qual a Crônica foi redigida. Desta maneira, conforme nos mostram as representações possibilitadas por comparações, analogias ou deduções, os modelos cronísticos vinculados às memórias sobre os soberanos e a nobreza da dinastia de Borgonha devem ser vistos como construções ideológicas, já que amiúde se confrontam com os próprios fatos históricos. Tentaremos nestes casos fazer uma possível aproximação ou, pelo menos, explicar o porquê de tais desfazamentos, levando sempre em consideração os resultados da investigação sobre os respectivos períodos, temas ou episódios.

⁵ MATTOSO, José - *A Nobreza Medieval Portuguesa no Contexto Peninsular*. Revista da Faculdade de Letras. <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4047.pdf> Pág. 1043.

2- A CRÔNICA DE 1419 – BREVE APRESENTAÇÃO

2.1- A Questão da Autoria

A Crônica de Portugal de 1419 é uma fonte cronística considerada como uma das mais importantes para o conhecimento da Idade Média portuguesa, principalmente para uma análise da perspectiva régia e do ambiente cortesão no qual esta estava inserida, assim como dos grandes feitos por ela narrados e considerados dignos de memória. A edição escolhida para este trabalho é precedida por um excelente estudo crítico, com uma minuciosa introdução de notas explicativas, da autoria do Professor Adelino de Almeida Calado.⁶

Desde há muito que se levantam questões em torno da designação da obra e de quem seria o seu autor. Estes assuntos têm sido alvo de controvérsia e por isso compreende-se uma necessária prudência quando procuramos atribuir uma autoria. Uma das hipóteses, defendida por Magalhães Bastos, afirma: “Parece estar averiguado que foi Fernão Lopes o autor de todas as crônicas de todos os reis portugueses até D. João”⁷, posição esta também defendida por Carlos Silva Tarouca, Lindley Sintra e Kuís Krus⁸.

Estes autores consideram definitivamente aceite que estejamos perante um trabalho realizado por Fernão Lopes para o então Infante e depois rei D. Duarte, o qual poderia até ter colaborado na sua redação, não apenas como patrocinador mas sim como um coordenador ativo de uma equipe de autores e também um selecionador de fontes documentais e narrativas, conhecidos que são os seus interesses intelectuais e gosto pela história, tendo esta cópia “forte probabilidade de constar da livraria de D. Duarte”⁹.

É geralmente aceite “que o texto da crônica em questão, primordialmente seria a ampliação da parte respeitante aos monarcas portugueses mencionados na “Crônica

⁶ *Crônica de Portugal de 1419*, Edição Crítica com Introdução e Notas de Adelino de Almeida Calado. Universidade de Aveiro, 1998, Introdução, p. XX. Para efeito prático deste trabalho, passaremos a citar esta Crônica como CDP.

⁷ BASTOS, Artur de Magalhães. *Estudos, Cronistas e Crônicas. Fernão Lopes e a Crônica de 1419*, pag. 16.

⁸ KRUS, Luís, “Crônica de Portugal de 1419”, in *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1993, pag. 186.

⁹ COELHO, Filomena Lopes.- “O Espaço e a História: Cartografia dos Topônimos da Crônica de 1419”, *Estudos Medievais*, 5-6 (1985). Pág. 94

Geral de Espanha de 1344”¹⁰ e a versão “anônima” uma intermediária, sendo a continuação desta a que posteriormente foi escrita por Rui de Pina e Duarte Galvão com o título de “Crônica dos sete primeiros Reis de Portugal”, como se registra nas palavras de Manuela Mendonça, na sua Introdução em uma das edições da “Crônica dos sete Primeiros reis de Portugal”: “Os críticos são unânimes em afirmar que o texto que nos chega resulta de um trabalho posterior, feito provavelmente já adiantado o século XV”¹¹.

A “Crônica dos sete Reis de Portugal”, escrita nas primeiras décadas do século XVI, que nos chegou até hoje, tem como base a versão iniciada em Julho de 1419, versão esta sobre a qual existe a já referida polémica acerca de sua autoria. A Crônica de 1419 refundiu a crônica de 1344, aproveitando o que lhe interessava, acrescentando-a com informação de outras fontes e dando-lhe, em certos casos, nova forma.¹² Quanto ao período da redação, através de uma análise minuciosa, Adelino Almeida Calado notou uma evidente conservação lexical e sintática que permite afirmar com razoável segurança que os textos existentes nas crônicas estão dentro dos parâmetros lingüísticos que caracterizaram o início do século XV.¹³

Segundo Luis Krus, os argumentos a favor da autoria atribuída a Fernão Lopes legitimam-se em termos de análise externa, principalmente pelo fato da crônica conter a informação textual do início da sua redação, Julho de 1419, a mando do então infante D. Duarte, justamente na altura em que Fernão Lopes exercia uma dupla função, os cargos de guarda-mor dos livros deste príncipe e de guarda-mor dos arquivos do reino¹⁴.

Do ponto de vista da crítica interna, isto é, a respeito da redação do texto, a suposta autoria de Fernão Lopes, nas palavras de Luis Krus evidencia-se pela semelhança dos processos utilizados na Crônica de 1419 e nas conhecidas obras escritas por este cronista: “esquema de títulos iniciais dos reinados; uso da era de César; concepção de “reinado” e de “estória”; modo de fazer as remissões e sua exatidão no

¹⁰ COELHO, Filomena Lopes. “O Espaço e a História: Cartografia dos Topônimos da Crônica de 1419”, *Estudos Medievais*, 5-6 (1985), pag. 91-128. Podemos considerar a “Crônica Geral de Espanha” como sendo a precursora da cronística medieval portuguesa, devido principalmente à influência da historiografia castelhana neo-isidoriana (Cf. KRUS, Luís, “Crônica”, in *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, pag. 173.

¹¹ *Crônica dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, Ed. de Carlos Silva Tarouca, I, Lisboa, 1952, prefácio à reedição de 1998.

¹² MARQUES, A. H. Oliveira, “Historiografia”, in *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, Porto, Figueirinhas, 1989. Pág. 419

¹³ CDP, Introdução, pág. XX

¹⁴ KRUS, Luís, “Crônica de Portugal de 1419”, in *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho 1993, Pág. 186.

caso de uma e outras obras serem partes do mesmo todo; regra de colocar as “bondades” de cada monarca no início do respectivo reinado; abundância de fontes narrativas consultadas; e extensa utilização de fontes documentais.”¹⁵

Mas permanecem ainda muitos fatores que põem em questão a efetiva autoria desta crônica por Fernão Lopes, sendo considerada também a possibilidade da mesma ter sido inteiramente escrita por um autor anônimo, como defendem Adelino de Almeida Calado, Oliveira Marques¹⁶ e Giuliano Macchi. Para o primeiro, que afirma que atribuir a autoria da obra a Fernão Lopes de uma maneira peremptória se revelaria uma opção pelo menos dúbia quando submetida a uma análise mais pormenorizada¹⁷, os principais argumentos que contrapõe ao nome de Fernão Lopes e que sustentam a defesa de uma autoria anônima são:

“1-Fernão Lopes nunca utilizou as figuras de reis ou infantes como autores das suas próprias obras, não obstante os apoios explícitos que recebeu: frases como “nós o infante fizemos esta crônica” não existem em toda a sua obra;

2-Fernão Lopes já não utilizou as frases de ligação ou suspensão tradicionais (“Mas ora deixa a estória...” ou idênticas) que se encontram na crônica de 1419, oriundas da crônica de 1344 (e ainda aparecem na Crônica do Condestabre), substituindo-as de forma original e inventiva, por outras literalmente mais elaboradas;

3-Fernão Lopes criou uma seqüência histórica mais completa e objetiva dos acontecimentos mesmo tendo em conta o fato de tratar um período muito mais rico em informações de encadeamento extremamente complexo;

4-Fernão Lopes relega a genealogia para um plano relativamente modesto no contexto histórico, ao contrário do que faz o autor da Crônica de 1419, que sobrepõe as descrições genealógicas à proclamada preocupação com a brevidade da narrativa;

5-O autor da Crônica de 1419 aceita e emprega a terminologia militar antiga: - “saga”, “costaneira”, “az”..... – que Fernão Lopes já rejeita, substituindo-a por terminologia mais moderna: “reguarda”, “vanguarda”, “alas;

6-O autor da Crônica de 1419 não ataca as fontes narrativas com a agressividade que Fernão Lopes tantas vezes emprega quando lhes opõe a sua versão dos acontecimentos;

¹⁵ Idem.

¹⁶ MICHELAN, Kátia Brasilino, *Três Histórias de Afonso Henriques, Compilação, Reprodução e Reconstrução de uma trajetória e de uma Imagem*. Franca 2008. Pág. 12

¹⁷ CDP, Introdução, Pág.XL .

7-Fernão Lopes não concedeu espaço significativo a intervenção do sobrenatural nem acolheu versões lendárias ao passo que a crônica anônima as integra sem crítica em algumas seqüência de capítulos.”¹⁸

O objetivo deste nosso trabalho não é gravitar em torno desta polêmica, independentemente de quem tenha escrito esta crônica no início de quatrocentos, seja Fernão Lopes ou um autor anônimo, como afirma Adelino Almeida Calado. O fato é que ela foi posteriormente “reeditada” pelo cronista-mor de D. Manuel, Rui de Pina, em articulação com o que antes já havia sido encetado por Duarte Galvão, e é justamente isto o que a torna mais atrativa para este trabalho, em virtude das transcrições dos relatos mais antigos terem passado por um processo de engrandecimento das suas histórias, o que resultou na “Crônica dos Sete Primeiros Reis de Portugal”.

A despeito destes dois cronistas em grande parte terem ganhado a reputação de “plagiadores” sem qualquer originalidade histórica pelo fato de compilarem muito do que antes já fora escrito acerca do Portugal de D. Afonso Henriques até D. Afonso IV através da Crônica de 1419, é justamente por isto que devemos interpretar esta versão final como potencialmente mais rica do ponto de vista literário, uma vez que, na condição de cronistas incumbidos de um trabalho de recolha e classificação em textos anteriores, não deixaram de enaltecer relatos lendários neles contidos¹⁹.

Vale a pena salientar que quanto ao problema do “plágio” ele não acarretava demérito para o escritor, uma vez que era normal e corrente na época um autor copiar os seus antecessores. O próprio Fernão Lopes se considera um “compilador”, já que o seu trabalho consistia basicamente na coleta, seleção, ordenação e crítica de dados que eram adaptados com um estilo próprio, assim pondo em prática toda sua herança literária adquirida ao longo dos anos como cronista.²⁰

Rui de Pina²¹ e Duarte Galvão obviamente procuraram introduzir nas suas crônicas sobre a dinastia de Borgonha um olhar a favor de uma realeza antepassada

¹⁸ Idem.

¹⁹ CONDESSA, Maria Sofia Marques. *A memória das Cidades dos Séculos XII a XIV nas Crônicas de Rui de Pina e Duarte Galvão*. Patrimonia Histórica. Pag. 29.

²⁰ TAVARES, Maria do Amparo, *Fernão Lopes e a Retórica Medieval*. Editora UFF. Niterói, 2010. Pág. 62.

²¹ Sobre a autoria das nove crônicas escritas por Rui de Pina especula-se que somente a última parte da Crônica de D. Duarte e a Crônica de D. João II sejam realmente de sua autoria, as demais seriam a reformulação de uma obra alheia, apesar de uma análise exaustiva que contemple o estudo estilístico comparativo das suas crônicas e dos textos de quem é pretensão recompilador ainda não ter sido feita. MOISÉS, Massaud – *A Literatura Portuguesa Através dos Textos*. Editora Cultrix. 1994. Pag. 56.

daquela a que serviam e pela qual eram favorecidos. Nas palavras de Adelino Almeida Calado, Rui de Pina e Duarte Galvão “*se apropriaram de uma crônica antiga que resolveram plagiar, além de introduzirem “interpolações” de sua lavra*”²². Escreveram sobre este passado de acordo com o prestígio desta realeza, colocando ao seu serviço os propósitos da exaltação de uma memória real que fosse capaz de legitimar uma tradição histórica, o que aliás era bem comum entre as cortes do Ocidente cristão no fim da Idade Média.

Devemos sublinhar que o gênero “crônica” integra ao mesmo tempo fontes documentais amalgamadas com fontes literárias, e no caso não só da Crônica de 1419 mas também de todas as outras crônicas régias escritas no mesmo período evidencia-se a representação de um discurso político-religioso que tem por objetivo a legitimação da realeza e da monarquia, a que os dois cronistas em questão se encontravam pessoalmente ligados.²³ Esta crônica régia tinha por objetivo atender ao gosto de um público cortesão, onde se misturavam, de maneira harmônicamente distinta, as memórias específicas de um passado glorioso, fundamental para o fortalecimento de um sentimento de identificação com a realeza.

Para além deste discurso legitimador, não nos esqueçamos que este início do século XV foi o momento em que Portugal iniciou a grande epopeia da Expansão e das descobertas marítimas, atraindo para si grande fama e notoriedade no cenário do Ocidente cristão. E é exatamente à anterior dinastia da Borgonha que a cronística portuguesa da época irá buscar toda uma gama de reis pertencentes a uma vanguarda elitista protagonista de grandes feitos e vencedores de inúmeras batalhas inseridas no contexto das gestas da Reconquista. Nesta ótica, surge uma missão profética e evangelizadora em harmonia com uma ideologia “*neo-cruzadística*” contra o infiel muçulmano, agora em território africano, aí residindo a legitimação e a apologia da expansão ultramarina e do papel da coroa nesse quadro²⁴.

Para a ratificação deste argumento, poderemos mencionar as redações cronísticas elaboradas na primeira metade de quatrocentos e até mesmo no século seguinte. Para exemplificar algumas das produções quatrocentistas, poderíamos citar “*O Descobrimento Primeiro da Guiné*”, atribuída a Diogo Gomes de Sintra, navegador e

²² CDP, Introdução, Pág. XI.

²³ SILVÉRIO, Carla Serapicos. *A Representação da Realeza na Cronística Medieval Portuguesa. A Dinastia de Borgonha*. Edições Colibri, Lisboa, 2004. Pág. 14.

²⁴ Para uma melhor compreensão desta ideologia ver: KRUS, Luís, “Crônica”, in *Dicionário de Literatura Medieval Galego e Portuguesa*, Lisboa, Caminho 1993, Pág. 174

cronista ao serviço do Infante D. Henrique e de D. Afonso V, bem como a “*Chronica do Descobrimento e Conquista da Guiné*” e a “*Cronica da Tomada de Ceuta*”, estas duas escritas por Gomes Eanes Zurara. Todas elas, assim como a Crônica de 1419, foram o reflexo de uma mentalidade que tinha por objetivo enaltecer um passado glorioso e encorajar o fomento das grandes navegações entre os vassalos do rei.²⁵ A preservação da memória régia é o fio condutor das narrativas cronísticas nas quais os factos são delimitados a partir do tempo de reinado dos monarcas, o que é facilmente reconhecível nas primeiras crônicas laicas medievais portuguesas que relatam a dinastia afonsina, como sejam a *Crónica Geral de Espanha de 1344*, do conde D. Pedro de Barcelos, a *Crónica de 1419* ou a *Crónica de El-Rey D. Afonso Henriques*, de Duarte Galvão.²⁶

Apesar de todas as questões levantadas acerca da discussão da originalidade, da autenticidade e de a quem deve ser creditado o mérito da redação da Crônica Portuguesa de 1419, nada é definitivamente conclusivo, sendo esta polémica ainda tema para uma pesquisa minuciosa, não sendo esse o propósito deste trabalho. Para o nosso objetivo, basta considerarmos a Crônica como uma fonte historiográfica do início do século XV, possuidora de uma narrativa coerente e coesa, encarada como um importantíssimo discurso sobre o passado português e imbuída de uma ideologia régia interessada em prestigiar os feitos dos seus heróis fundadores.

²⁵ *Dicionário de Literatura Medieval Galego e Portuguesa*, Luis Krus, Caminho 1993. “Crônica”, Pág. 173.

²⁶ MICHELAN, Kátia Brasilino, *Três Histórias de Afonso Henriques, Compilação, Reprodução e Reconstrução de uma trajetória e de uma Imagem*. Franca 2008. Pág. 46

3 – A REALEZA NA CRÔNICA DE 1419

Para a cronística medieval, era de suma importância narrar acontecimentos que captassem a atenção do leitor ou do ouvinte, neste caso um público cortesão. Sendo assim, os acontecimentos relatados adquirem grande importância associados a personagens ilustres; e no âmbito da crônística régia medieval no início de quatrocentos, é primordial realçar o papel da realeza, bem como o da nobreza, sobretudo da afecta ao respectivo monarca. Para efeito da Crônica de 1419, é sabido que ela compreende um passado de quatrocentos anos e os sucessivos reinados dos sete primeiros reis como matéria indissociável da memória do reino,²⁷ “apresentando os dados memoráveis para ‘fazer passado’”²⁸.

Sendo assim, a realeza é abordada sob vários aspectos e interpretações de natureza diversa, sendo alguns deles temas para análise ao longo deste trabalho. Para uma melhor compreensão das narrações reais dentro do gênero “Crônica”, vale a pena ressaltar que foi através da consulta e compilação de textos antigos que se iniciou a historiografia da formação do reino português. Deste modo, é importante ter em mente a maneira como era inserida a visão da realeza e sobre a realeza na elaboração de um texto de caráter compilatório. Como escreveu Alexandre Herculano, “na livraria de Santa cruz manteve-se a tradição de redigir pequenas crônicas dos sucessos antigos de Portugal. O culto de D. Afonso Henriques e dos outros reis conquistadores constituía uma lembrança de fervor para a consciência dos portugueses. A crise política que levara D. João I ao trono fora de molde a fortalecer o sentimento pátrio, que os monges introduziam nos seus escritos ao elevarem “os direitos e cousas da coroa dos Regnos”.²⁹

Nesta perspectiva, a atribuição idealizada da função real é aquela em cuja composição cronística da imagem do bom governante este se personifica como conquistador, justo e defensor do reino, evocando estas qualidades basicamente nas lembranças dos seus atos e nas circunstâncias em que os reis da dinastia de Borgonha viveram. Numa época marcada pela itinerância da corte, poderíamos afirmar que as principais necessidades deste bom governo se caracterizaram pelo incentivo ao povoamento de áreas remotas, na busca de lugares de abundância, na atenção dispensada

²⁷ *Idem.*

²⁸ *Crônica dos Sete Primeiros Reis de Portugal* - Ed. de Carlos Silva Tarouca. Vol. I Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1952, Prefácio, Pág XVI

²⁹ *Potugaliae Monumenta Histórica, Scriptores*, vol. I, Lisboa, 1856, Pág. 22.

aos naturais do reino,³⁰ na imposição da justiça, bem como na conquista de novos territórios e na defesa do reino contra “*tudo o que possa representar uma subversão ao estabelecido*”³¹. E é sobre a concepção destas duas últimas atribuições régias no seio da Crônica que falaremos no subcapítulo seguinte.

3.1- A FUNÇÃO REAL

3.1.1 – CONQUISTA E DEFESA DO REINO

Ao longo da Crônica de 1419 é notória a exaltação das capacidades bélicas e militares dos monarcas, uma vez que é justamente atribuída à realeza a organização e a definição de fronteiras por meio da guerra e da conquista, fosse ela contra os galegos, a leste, ou contra os mouros a sul. Era nesta ideologia expansionista que a realeza encontrava um dos fatores de legitimidade da monarquia. Já no que diz respeito às guerras de caráter defensivo com monarcas sob a égide da cristandade, nomeadamente Leão e Castela, a Crônica nos evidencia uma necessidade de narrá-las como justificativa de atos militares com a finalidade de resolver os desentendimentos entre estes monarcas,³² procurando sempre fazer transparecer certa razão para a causa portuguesa. Desenvolveremos este aspecto no capítulo sobre os conflitos entre a realeza.

Neste sentido, para evitar sermos repetitivos quando nos referirmos às guerras na perspectiva da conquista e da defesa do reino português, lançaremos mão somente dos relatos cronísticos atinentes às batalhas contra os mouros, procurando aí expor as respectivas considerações dos reis na condição de bons governantes, que procuram o melhor para o seu reino e para os seus súbditos, como pode ser evidenciado, por exemplo, após a tomada de Lisboa e a consequente doação de terras aos cruzados, em 1147.

Esta narração procura explorar a generosidade do rei, bem como, implicitamente, uma política que visava o fortalecimento do território através do seu povoamento: “Pelo qual el-rey foy muyto alegre e lho agradeço muyto e lhes dise que

³⁰ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal, Estado Pátria e Nação (1080-1415)*, vol. I. Lisboa, Editoria Verbo, 1979, Pag. 152.

³¹ MATTOSO, José - *Identificação de um País: Ensaio Sobre as Origens de Portugal: 1096-1325*. Volume II (Composição).). Lisboa: Editorial Estampa, 1995. Pág. 81.

³² CONDESSA, Maria Sofia Marques - *A memória das Cidades dos Séculos XII a XIV nas Crônicas de Rui de Pina e Duarte Galvão*. Cascais, Patrimonia Histórica, 2001, pág 101.

se alguns quisessem ficar que lhes daria lugares e teras onde morassem e povoassem”³³. É importante salientarmos que devemos tomar as devidas precauções para não incorrermos em erro relativamente ao conceito de “*espírito de cruzada*,”³⁴ sempre que fizermos menção às batalhas contra os mouros. Para este capítulo teremos como mote, apenas, o caráter de conquistador, de defensor e de bom governante vinculado à figura do rei.

Do ponto de vista histórico poderíamos inferir que a noção de rei como verdadeiro detentor do poder público e como chefe dos seus súbditos é simultaneamente um legado da época visigótica e da influência tardo-romana na Península Ibérica. Para impor uma maior coerência e estabilidade ao conjunto do país era de grande importância definir os limites do espaço que o constituía, ou seja delimitar fronteiras que o separassem claramente de outros reinos. No início do reino português foi justamente através da guerra externa, sobretudo contra os mouros, que os monarcas se assumiram como condutores do reino.³⁵

Logo no início da Crônica nos deparamos com o discurso proferido ao jovem D. Afonso Henriques pelo seu pai, quando este se encontrava no leito de morte: “Filho, toda esta terra que te eu leixo de Astorga ataa Coimbra, nom percas ende un palmo, ca eu a gaanhei com gram coita”.³⁶ Tais conselhos, alegadamente dirigidos a uma criança de dois ou três anos, por certo nunca aconteceu, sendo fruto da vontade do cronista que pretendia fazer de D. Afonso Henriques o fundador da dinastia, um verdadeiro paradigma a ser seguido pelos posteriores reis de Portugal. A Crônica não nos especifica o local exato onde o Conde D. Henrique se encontrava, mas levando em consideração que ele desejava falar com o filho “antes que se finase”³⁷ e conhecendo que “*que não podia escapar da morte*”³⁸, é facilmente presumível que os conselhos de D. Henrique corresponderem como que a uma última vontade. Até mesmo o simples fato deste discurso ter sido supostamente feito no leito de morte e na sua iminência,

³³ CDP, Pag 50

³⁴ Para a análise deste tema, além das expressivas observações de cariz religioso, consideraremos também a recorrente presença das ordens militares e, especificamente para a Crônica, os relatos sobre a ordem do Templo.

³⁵ MATTOSO, José - *Identificação de um País: Ensaio Sobre as Origens de Portugal: 1096-1325*. Volume II (Composição).). Lisboa: Editorial Estampa, 1995. Pág. 81

³⁶ CDP, Pag.9.

³⁷ CDP, Pag. 8.

³⁸ Idem, Pag. 8.

permite-nos inferir uma grande carga simbólica desta derradeira alocução; citando François Garnier, esta posição “s’agit d’un fait de langage de première importance.”³⁹

O discurso do Conde D. Henrique, foi uma peça retomada da *gesta* de D. Afonso Henriques, na qual a retórica incorporada na Crónica tinha como objetivo o elogio dos valores morais próprios do bom suserano para com os seus vassalos e a confirmação dos inerentes modelos a serem seguidos. Sendo assim, as palavras os atos e até o próprio estado físico do conde remetiam para um simbolismo que o público nobre deveria saber interpretar e incorporar⁴⁰. Era também através destes discursos que se visava legitimar o poder monárquico, fornecendo à sociedade as virtudes e atitudes a adotar; de forma explícita ou por exclusão de partes, apontavam-se também os comportamentos inadequados e pecaminosos a excluir.⁴¹ Transmítia-se igualmente a ideia de que a nobreza era imprescindível ao apóio da manutenção e da expansão do reino, já que era intimamente vinculado a D. Afonso Henriques a defesa e o alargamento do território que inicialmente pertencia ao conde D. Henrique e que este transmitira a seu filho.

Um outro aspecto relevante tratado na Crónica é a maneira como foi idealizada a figura do bom governante e as suas atribuições, por oposição a figuras que são descritas com a clara intenção de denegrir a sua actividade, bem como as suas respectivas funções. A este propósito, poderemos citar as primeiras palavras do capítulo dedicado a D. Afonso II, onde se diz: “foy muy bõo christão no começo, mas depois não asy bõo, seguindo muito sua vontade.”⁴² Muito do que foi escrito acerca de D. Afonso II tem uma inegável carga negativa, como é a questão da sua alegada “avareza”, por exemplo, contrastando com as documentadas vultuosas doações concedidas ao clero por este rei, como o comprova a quantia de 14.900 morabitinos doados a instituições religiosas, de acordo com o seu último testamento, datado de novembro de 1221.⁴³

Poderíamos afirmar que este rei legislador se distinguiu do modelo corporizado pelos seus dois antecessores, já que adotou uma política centralizadora em detrimento da nobreza senhorial, por inúmeras vezes discordou e teve sérios conflitos com o clero, esteve distante do modelo de chefe guerreiro e continuador do espírito de cruzada tão valorizado pelo seu avô e pelo seu pai D. Sancho I, além de possuir uma saúde que

³⁹ GARNIER, François – *Le Langage de l’Image au Moyen Age*, Vol. I, *Signification Et Symbolique*. Le Léopard D’or. Pág. 116.

⁴⁰ DUBY, Georges - *As três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo*. Estampa, Lisboa, 1982. Pág. 115.

⁴¹ SILVÉRIO, Carla Serapicos - *A Representação da Realeza na Cronística Medieval Portuguesa. A Dinastia de Borgonha*. Edições Colibri, Lisboa. 2004, Pág. 79.

⁴² CDP, Pág. 104.

⁴³ VELOSO, Maria Teresa Nobre – *D. Afonso II, o Gordo*. Academia Portuguesa de História. Lisboa, 2009, Pág. 26.

comprometia a imagem de um valoroso chefe guerreiro. Não queremos incorrer na leviandade de fazer entender equivocadamente que este rei pouco fez pela conquista e defesa do reino; importa não esquecer a contribuição significativa nas *Navas de Tolosa*, a conquista de Alcácer do Sal e o considerável número de relatos de combates contra os mouros existentes no seu reinado, mesmo quando a participação pessoal do monarca não tenha ocorrido. Queremos, sim, afirmar, que devido ao seu frágil estado de saúde e à sua ausência, no campo de batalha e consequentemente no comando das suas tropas, a sua imagem coeva não terá propriamente correspondido ao melhor paradigma de um chefe guerreiro: “O rei doente é um personagem diminuído, não apenas como todo homem doente, mas porque a plena realização de seu poder e de suas funções dá-se melhor quando goza de boa saúde”⁴⁴.

A boa administração de um rei era aquela na qual ele lançava mão do apoio da nobreza, principalmente para fins militares, concedendo-lhe em troca terras, privilégios, fortuna e títulos. Do mesmo modo, uma boa governação deveria respeitar os desígnios divinos intermediados pelo clero para a correta execução das mais diversas tarefas governativas e, desta forma, fazer com que a autoridade régia chegasse a todos os setores da sociedade. Com D. Afonso II temos o exemplo de um rei que inicia em Portugal uma nova forma de governo e de administração, a partir do momento em que prioriza o estabelecimento de um corpo legislativo, fomenta inquirições e derroga prerrogativas clericais, tendo como intuito a preservação do patrimônio régio e a coibição dos abusos senhoriais e eclesiásticos. Tais iniciativas desencadearam uma série de conflitos, fazendo com que a interpretação cronística da sua imagem no início do século XV, fora do estereótipo de um monarca defensor e conquistador, ficasse também vinculada à de um rei que rompeu com o *status quo* e a coesão estabelecida, conduzindo a uma desordem social⁴⁵. Esta versão não é, no entanto, perfilhada por autores actuais que consideram que não condiz com a personagem histórica: “Se não foi um monarca guerreiro haverá que ter em conta a sua precária saúde e a quase obsessão de defender a autoridade da coroa que domina os doze anos do seu reinado. O interesse que pôs no

⁴⁴ Le GOFF, Jacques, “Rei” in LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude - *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. Coordenador de tradução de Hilário Franco Júnior. Volume I. - Bauru SP. EDUSC. 2002 Pág. 409.

⁴⁵ SILVÉRIO, Carla Serapicos - *A Representação da Realeza na Cronística Medieval Portuguesa*. A Dinastia de Borgonha. Edições Colibri, Lisboa. 2004, Pág 54.

fomento de muitas terras e na promulgação de leis úteis faz de D. Afonso II um rei notável.”⁴⁶

As referências negativas podem também ser encontradas, ainda em maior abundância, nos relatos da Crônica referentes a D. Sancho II, o rei Capelo, cujos dissídios com a Igreja chegaram a extremos de saque a templos e de violências contra o clero⁴⁷. O profundo conflito entre o monarca e os bispos portugueses conduziu à elaboração de uma bula papal na qual o rei foi excomungado, sob a alegação de ser um *rex inutilis*, ou seja que não cumpria a função régia. É importante sublinhar que por vezes a Crônica acaba por indicar uma representação de um rei idealizado como bom governante, fazendo-o de uma maneira paradoxal, isto é, apontando uma série de falhas características de um governante negligente e daí inferindo exatamente a ausência das qualidades de defensor do reino, garantindo a paz e a justiça. É isso mesmo que consta de uma passagem relativa ao reinado de D. Sancho II:

“E daly em diante foy o reyno mais pêra mal, em guisa que matavom e roubavom, furtando e poendo fogo, asy os grandes como os pequenos, nom receando fazer todo mal per que se o reino destroya. E ele [*Sancho II*] leixava pasar estas cousas, não torvando a elo nem fazendo nehua justiça, com fraqueza de coração.”⁴⁸

Do ponto de vista militar, podemos considerar que D. Sancho II deu grande importância à questão da definição territorial do país e, no contexto de conquista e defesa do reino português, procurou edificar castelos e fomentar povoações. A guerra contra o mouro nem sempre se revestia de um espírito de cruzada; a manutenção de fossados regulares, para além dos usuais benefícios materiais proporcionados por uma “economia de guerra” baseada na pilhagem e no saque, continuava a ser parte importante da actividade dos concelhos, sobretudo nas regiões de fronteira com o Islão.⁴⁹

É significativa a forma como D. Sancho II é retratado na Crônica. O seu conflito com o clero é um fato que merece destaque, mas sobre as suas atuações contra os mouros absolutamente nada consta. As vinte e duas páginas que relatam este reinado na edição da Crônica de 1419 que temos vindo a utilizar são superiores apenas às quinze páginas dedicadas a D. Afonso II, o que nos possibilita afirmar que a relativamente

⁴⁶ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal, Estado Pátria e Nação (1080-1415)*, vol. I. Editoria Verbo, 1979, Pag. 122.

⁴⁷ Idem. Pag. 125. Faremos uma mais profunda abordagem deste tema no capítulo “A Realeza e a Igreja, Acordos e Conflitos”.

⁴⁸ CDP, Pág. 120.

⁴⁹ MARQUES, Antonio H. de Oliveira - *História de Portugal*. Edições Ágora, Lisboa, 1972. Pág. 235.

discreta presença destes dois reis no texto é o resultado da visão negativa que deles chegou até ao início do século XV. Visto, à luz da ideologia régia, como estando situado num plano superior, o soberano, quando dá maus exemplos, projeta uma imagem negativa, um contra-modelo com efeitos negativos no reino e entre os seus súbditos. Pois até mesmo o mais probo dos monarcas “nunca estará suficientemente preparado para reprimir tudo o que pode seduzi-lo.”⁵⁰

A análise dos predicado positivos e negativos do rei pelos cronistas, não apenas no que diz respeito à guerra e ao governo mas sob os mais variados aspectos, fornece ainda uma leitura didática e moral dedicada à educação dos príncipes, propondo-se, através dos bons e maus exemplos, extrair virtudes morais que conduzissem ao justo e harmónico governo do reino⁵¹, já que “o desenvolvimento literário do século refletia uma cultura, que tinha como ponto central a corte dos príncipes.”⁵² E era justamente no evidenciar de algumas atitudes reprováveis e na omissão das qualidades que por vezes certos conceitos “populares” acabavam por não coincidir com a realidade histórica; nas palavras de François Garnier, “Le sens commun confond souvent l’image realiste.”⁵³

No contexto do tema deste capítulo, D. Dinis desempenha também um papel de destaque quando, no início do relato do seu reinado, o cronista afirma:

“e foy o melhor rei que em Portugal ouve ate seu tempo(...). E com direyto e verdade defendeo sempre sua tera, nom dixando dela perder nehua cousa, amtes acreçenteou em seu reigno muitos lugares e fez em ele muitas povoações, que em a coroniqua d Espanha e livros jazem esritos alguns lugares que este rei povooou e acreçenteou em seu regno.”⁵⁴

O seu reinado é objecto de uma abordagem de relevo, não apenas devido aos seus longos quarenta e seis anos, mas também pela marca de que se estaria perante uma primeira administração completa, tanto na elaboração de leis baseadas na realidade política e no seu respectivo cumprimento, como na pronta e correcta aplicação da justiça. A representação de um corpo político na literatura medieval neste início de século XV pode ser metaforicamente comparada ao rei e ao seu reino, onde o monarca

⁵⁰ BOCHAT, Ebehard Muller – *Entre a Idade Média e a Renascença*. Imprensa Universitária do Ceará. Fortaleza, 1970. Pág. 101.

⁵¹ SILVÉRIO, Carla Serapicos - *A Representação da Realeza na Cronística Medieval Portuguesa*. A Dinastia de Borgonha. Edições Colibri, Lisboa. 2004, Pág 80.

⁵² BOCHAT, Ebehard Muller – *Entre a Idade Média e a Renascença*. Imprensa Universitária do Ceará. Fortaleza, 1970. Pág. 119.

⁵³ GARNIER, François – *Le Langage de l’Image au Moyen Age - Vol. I Signification Et Symbolique*. Le Léopard D’or. Pág 35.

⁵⁴ C DP, Pág. 163

seria a sede central, a cabeça, e desempenharia cada vez mais as funções centralizadoras do seu poder, procurando assim exercer o comando da sua unidade territorial.⁵⁵ Outros importantes acontecimentos assinalados neste reinado foram a boa atenção que dispensou à Ordem do Templo, o incentivo à marinha de guerra e a definição da fronteira do reino português através do tratado de Alcanices, que do ponto de vista geográfico delimitou o território praticamente tal como ainda hoje se mantém.⁵⁶

Sublinhe-se de novo que a descrição de um bom governante, bem exemplificado na figura de D. Dinis, possuía um carácter pedagógico para a formação dos príncipes do século XV. Mas, para além deles, a própria corte que prestava serviços ao soberano também merecia atenção na produção destes textos, pois, afinal, era através do seu auxílio que o sexto rei português sabiamente soube explorar que a monarquia conseguiu pôr em prática os seus objetivos. De facto, as crônicas régias quatrocentistas não reflectem a mentalidade da nobreza senhorial, concorrente com a soberania do rei.⁵⁷ “O espírito e as orientações próprias de cada corte impõem descrever a vida literária em função dos centros em que ela se desenvolve”⁵⁸. Ou seja, do *centro* que era o soberano.

Apesar de já não ter de recear os ataques muçulmanos por terra, D. Dinis cuidou da defesa do seu reino, nomeadamente contra a vizinha Castela; apesar dos investimentos na construção ou reparação de castelos, o seu reinado não foi marcado por significativas batalhas contra os castelhanos, tendo a Crônica focado a sua atenção muito mais nas refregas internas, isto é, entre os seus filhos. Daí também que a Crônica não apresente este monarca com as características de um rei essencialmente guerreiro e conquistador, adjetivos que o “lavrador” realmente não possuiu.

No respeitante ao tratamento dado ao episódio da extinção pelo papa da Ordem do Templo, a considerável relevância que lhe é dedicada aponta claramente para o interesse em valorizar o ponto de vista estratégico que a “nacionalização”⁵⁹ não apenas

⁵⁵ SCHMITT, Jean Claude, “Corpo e Alma” in LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude - *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. Coordenador de tradução de Hilário Franco Júnior. Volume I. - Bauru SP. EDUSC. 2002 Pág. 265

⁵⁶ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal, Estado Pátria e Nação (1080-1415)*, vol. I. Editoria Verbo, 1979, Pag. 247.

⁵⁷ MATTOSO, José - *Identificação de um País: Ensaio Sobre as Origens de Portugal: 1096-1325*. Volume II (Composição). Lisboa: Editorial Estampa, 1995. Pág. 228

⁵⁸ ZINK, Michel, “Literatura” in LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude - *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. Coordenador de tradução de Hilário Franco Júnior. Volume II. - Bauru SP. EDUSC. 2002 Pág. 84.

⁵⁹ Esta expressão tem por objetivo sintetizar a intenção de elaborar um estatuto para as ordens militares existentes no reino, numa época em que o monarca procurava definir a fronteira portuguesa e em que a ação destes monges guerreiros dependesse somente da sua autoridade. SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal, Estado Pátria e Nação (1080-1415)*, vol. I. Editoria Verbo, 1979, Pag. 255.

da nova “*Ordem de Cavalaria de Jhesu Chisto*”⁶⁰ mas também da de Santiago trariam para a defesa do território português e, até, para o reforço da monarquia. Demonstrando o apreço e a confiança que o rei depositava na portuguesa Ordem de Cristo, diz-se que “deu-lhe el rei todos los castelos e fortalezas e bees moves e de raiz que a Ordem do Templo tinha em seu reino.”⁶¹

Para concluir, do ponto de vista da ideologia que enforma a Crônica, os relatos de acontecimentos guerreiros significam o triunfo da comunidade dirigida pelo seu soberano, contribuindo desta forma para o bom governo e a aplicação do poder régio. Assim, paralelamente à proteção na guerra, que quase sempre trazia a destruição de bens e de vidas, a realeza também é representada na Crônica enquanto pacífica dinamizadora das suas riquezas, com o intuito de desenvolver o progresso do reino⁶²; daí que a conquista de novas terras, a manutenção da ordem interna, a defesa dos seus súbditos e as vitórias militares dos reis devessem incitar os seus vassallos a ter uma atitude de coesão, sob a égide do soberano, e à exaltação do poder deste⁶³.

3.1.2 – JUSTIÇA

No início do século XV, o teólogo francês João Gerson associou estritamente paz e justiça para estabelecer os dois pilares da função real: “Justiça é coração da paz, sua guardiã e sua nutriz”⁶⁴. Neste prisma, torna-se imprescindível abordar o tema da justiça, uma vez que ele é uma característica estritamente vinculada aos atributos de um rei. A ideologia régia procurava revestir os bons monarcas de poderes excepcionais, apoiando-se no modelo do próprio Cristo, contemplando nomeadamente a sabedoria, a prudência e a justiça. Desta forma, era através desta última que o rei deveria zelar para que cada um dos seus súbditos desempenhasse suas funções e serviços de acordo com a concepção das três ordens, sem que ninguém usurpasse o lugar de outrém, o que

⁶⁰ Após a dissolução da Ordem do Templo, D. Dinis teve como objetivo evitar que os bens por ele doados a esta passassem para a Ordem do Hospital, o que acarretaria prejuízo para a Coroa e reforçaria o ramo português daquela ordem militar internacional. Assim, em março de 1319, a pedido de D. Dinis, o Papa João XXII promulgou a bula *Ad ea ex quibus*, que instituiu em Portugal a Ordem de Cavalaria de N. S. Jesus Cristo.

⁶¹ CDP, Pág. 163

⁶² CONDESSA, Maria Sofia Marques - *A memória das Cidades dos Séculos XII a XIV nas Crônicas de Rui de Pina e Duarte Galvão*. Patrimonia Histórica. Caiscais, 2001. Pág.172

⁶³ COSTA, Ricardo da- *A Guerra na Idade Média, Um Estudo da Mentalidade de Cruzada na Península Ibérica*. Edições Paratodos, Rio de Janeiro, 1998. Pag. 216.

⁶⁴ GAUVARD, Claude, “Justiça e Paz” in LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude - *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. Coordenador de tradução de Hilário Franco Júnior. Volume II. - Bauru SP. EDUSC. 2002 . Pág. 55.

indevidamente comprometeria a estabilidade do corpo social existente.⁶⁵ Na Crônica também encontramos o aflorar de um gênero que podemos designar como judicial, quando se pretende realçar o que é justo ou injusto, baseando tais conceitos sobretudo em fatos históricos de grande teor simbólico.⁶⁶ A imagem do rei recto, comandante de grandes exércitos, protetor e justiceiro da Cristandade eram suas mais representativas funções. Nas monarquias em que os reis eram sagrados, “a partir do momento da sagração desobedecer ao rei é desobedecer ao próprio Deus”⁶⁷.

Os temas relativos à justiça e à fazenda eram os que ocupavam a maior parte da atividade política do rei. Baseando-se nisto, a idéia do monarca que o cronista procura transmitir é aquela em que o principal papel seria o de exercer a rectidão, prevenindo e arbitrando conflitos, mantendo uma ordem em que cada um estaria no seu devido lugar, permitindo que actuassem de acordo com a ordem na qual estavam inseridos, mas exigindo também que cumprissem os seus respectivos deveres⁶⁸, como ficava nitidamente expresso no discurso do Conde Henrique da Borgonha ao pequeno Afonso Henriques: “E trabalha-te muyto de saberes se fazem justiça e dereyto compridamente os que estiverem em teu lugar e se a fizerem, faze-lhe mercê e bem compridamente. E se achares que não fazem, dá-lhe pena segundo seu merecimento por hos outros tomarem castigo.”⁶⁹

Tanto o rei quanto seus vassalos feudais, na condição de governantes dos seus respectivos territórios, conservavam um papel específico graças à justiça que mantinham e pela condição de árbitros e juízes que assumiam. Mas o soberano devia ser magnânimo, dispondo-se ao perdão perante provas de honra e rectidão, como a Crônica nos demonstra com o célebre episódio de Egas Moniz perante o rei de Leão e Castela. Assim, tal como um pai que governa a sua casa, competiria ao monarca o governo do seu reino, protegendo e provendo as necessidades dos mais fracos, punindo os comportamentos rebeldes e gratificando a obediência e a fidelidade daqueles que faziam por o merecer.⁷⁰

⁶⁵ SILVÉRIO, Carla Serapicos - *A Representação da Realeza na Cronística Medieval Portuguesa*. A Dinastia de Borgonha. Edições Colibri, Lisboa. 2004, Pág 94.

⁶⁶ TAVARES, Maria do Amparo. *Fernão Lopes e a Retórica Medieval*. Editora UFF. Niterói, 2010. Pág. 74.

⁶⁷ JUNIOR, Hilário Franco – *A Idade Média, o Nascimento do Ocidente*. São Paulo. Brasiliense, 1986. Pág. 98.

⁶⁸ MATTOSO, José, *Ricos Homens, Infâncias e Cavaleiros. A Nobreza Medieval Portuguesa nos Séculos XI e XII*, Lisboa, Guimarães Editores, 1998. Pág. 191.

⁶⁹ CDP, Pág. 8.

⁷⁰ SILVÉRIO, Carla Serapicos - *A Representação da Realeza na Cronística Medieval Portuguesa*. A Dinastia de Borgonha. Edições Colibri, Lisboa. 2004, Pág 94.

Não só no contexto português, mas praticamente em toda a Europa até ao século XIII, “o ocidente medieval foi um aglomerado, uma justaposição de domínios, castelos e cidades que iam surgindo no meio de extensões incultas e desertas”⁷¹; deste modo, nesta sociedade que tinha multiplicado suas relações de dependência, qualquer senhor desejava julgar, pois só este direito permitia submeter eficazmente os seus dependentes, pois ao mesmo tempo que os protegia, impedindo que os mesmos fossem alvo das sentenças de outros senhores, também os contralavam⁷². Muitas vezes, tais situações acabavam em abusos cometidos por parte destes senhores, não apenas infligidos ao campesinato mas também através da apropriação abusiva de direitos do rei. Daí a execução das inquirições do século XIII, que procuravam limitar a ação deste poder senhorial, combatendo não apenas estes abusos, mas também fiscalizando a recolha de impostos e a administrando da justiça.

Tentar perceber a aplicação da justiça no texto cronístico, à luz de critérios e valores actuais, é redundar sempre em fracasso, já que a construção de um “aparelho” institucional neste campo foi um processo lento e prolongado. D. Dinis deu passos importantes para a operacionalização e a concentração dos poderes da Coroa, produzindo legislação e tomando medidas que iam também nesse sentido. “O seu reinado teve a marca da primeira administração completa que houve em Portugal, na elaboração de leis assentes na realidade política, económica e social, assim como na obrigação do seu integral cumprimento.”⁷³. Mas o processo de afirmação da autoridade da coroa conheceu avanços e retrocessos, inclusivamente no seu reinado

Nos governos anteriores, devido à persistente guerra contra os mouros e à instável fronteira com Castela, a aplicação de punições rigorosas entre os súbditos acarretaria uma diminuição do número de combatentes disponíveis, tal como poderia dificultar a coordenação da defesa de áreas limítrofes mais remotas. Sendo assim, foi justamente na virada do século XIII para o XIV, durante o reinado de D. Dinis, após a conclusão da reconquista em território português e juntamente com a assinatura do Tratado de Alcanices em 1297, que “a administração da justiça e o funcionamento de diversos órgãos e magistraturas municipais transformaram-se profundamente.”⁷⁴

⁷¹ LE GOFF, Jacques - *A civilização do Ocidente Medieval*, Vol I., Editora Estampa Lisboa, 1983. Pág. 169.

⁷² BLOCH, Marc – *A sociedade Feudal*. Edições 70, Lisboa, 1998. Pág. 375.

⁷³ “SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal, Estado Pátria e Nação (1080-1415)*, vol. I. Editoria Verbo, 1979. Pág. 247.

⁷⁴ MATTOSO, José - *Identificação de um País: Ensaio Sobre as Origens de Portugal: 1096-1325*. Volume II (Composição). Lisboa: Editorial Estampa, 1995. Pág. 420.

Numa descrição relativa ao reinado D. Dinis, através de uma curta passagem, pode-se verificar a aplicabilidade de uma justiça na qual um “infrator” tinha noção da transgressão em que incorria e da consequente punição que receberia daquele que o julgaria, “nom temendo el-rey nem sua justiça”⁷⁵. O rei possuía a obrigação de estar em constante combate contra os “malfeitores” do reino, procurando fazer com que os seus súbditos assumissem a todo o instante as características definidoras do bom cristão e do fiel vassalo. Do mesmo modo, os soberanos deveriam aplicar o exemplo divino, pois “sendo Deus a perfeita Justiça, os reis que por eles são ordenados e cujo poder representam, só a ele em tudo devem seguir.”⁷⁶ Dado que era o rei quem possuía os mais amplos poderes, tanto no aspecto político como militar, somente ele, por intermédio dos seus oficiais, poderia administrar a justiça suprema, direito este que, a par da cunhagem de moeda, a coroa sempre reservou para si, com o intuito de impedir o fortalecimento da autoridade senhorial. Relativamente à justiça, o monarca era “o primeiro magistrado jurisdicional”, sendo-lhe conferido este privilégio, originário da antiga tradição imperial e que foi formalmente adotado pelo direito romano.⁷⁷

A Crônica também atribui um sentido de justiça ao Rei, que não remete especificamente para descrições apenas no âmbito do território português ou promovendo a justiça através dos seus vassalos de acordo com os códigos de cavalaria, mas que considera Portugal como parte integrante de uma cristandade que deveria promover aquilo que Ernst Kantarowicz, no seu livro *Os Dois Corpos do Rei*, denominou como a “cruzada pela justiça”⁷⁸. A promoção das guerras contra o infiel muçulmano seria uma das principais características do bom cristão, a que o rei não se poderia furtar⁷⁹, como podemos constatar num trecho sobre o reinado de D. Sancho I, através da carta que o papa Clemente III envia a este monarca, convocando-o não apenas a ele mas a todos os “reys christãos” para retomar Jerusalém a Saladino; aí se diz que “per vventura não se asenderá a vontade de qualquer chistão comtra ele com zelo de devação e se guardará e guaraneçerá d escudo de fortaleza e a sua destra se armará de cuitelo de vingança”⁸⁰.

⁷⁵ C DP, Pág. 204.

⁷⁶ “O Rei Arquétipo” in *História de Portugal*, dir. por José Mattoso Vol. II, *As Estruturas Políticas de Unificação*. Pág. 61

⁷⁷ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal, Estado Pátria e Nação (1080-1415)*, vol. I. Editoria Verbo, 1979. Pág. 152.

⁷⁸ KANTAROWICZ, Ernst H. *Os Dois Corpos do Rei, Um Estudo Sobre a Teologia Política Medieval*. Companhia das Letras, São Paulo, 1998. Pág. 158.

⁷⁹ RUCQUOI, Adeline - *História Medieval da Península Ibérica*, Lisboa, Estampa, 1995. Pág. 307.

⁸⁰ CDP, Pág. 87.

Para além desta carta do papa destinada a D. Sancho I também se pode destacar, relativamente ao reinado de D. Afonso IV, uma frase reveladora de um espírito de vingança a que não escapava o próprio soberano: “a qual cousa el-rey ouvindo, todo prazer acostumado se partyo dele e grão desejo d se vimgar se asenhorou loguo de sua vontade”⁸¹. Nesta passagem, a vingança pode também ser encarada como sinónimo de punição, já que a realeza recorreria muitas vezes a este expediente para castigar uma falta cometida.

A ideologia régia, directamente influenciada pela doutrina cristã, exigia que um rei fosse “l’image divine capable de continuer sur la terre la création”⁸², e por este motivo fazer o que fosse necessário para compor a “ordo”, aquilo que era entendido como a organização justa e boa do universo, na qual aquele que exerce o poder tem a obrigação de manter a virtude e a moral.⁸³ Nesta ótica, a vingança era um recurso comum no seio da nobreza e entre os reis cristãos da época, como forma de reparação de um suposto “prejuízo”, até porque ambos seguiam um código de conduta ético e não um estatuto que especificasse suas faltas nem quem lhes atribuisse uma pena, sendo a legislação comum destinada apenas aos vilãos. Numa sociedade de conflitos constantes, as “justiças” levadas a cabo através de vinganças privadas, praticadas sobretudo por nobres, multiplicava a violência e tendia a destruir a parte mais fraca.⁸⁴

A justiça régia tinha objetivos bem claros: dar a cada indivíduo e a cada grupo social aquilo que lhe era devido, em termos jurídicos⁸⁵. Sob este prisma, a Crônica revela-se favorável à concepção de uma realeza que não deixa de ser intransigente, justiceira e, de algum modo, também susceptível de provocar uma certa “desordem” social, em que o exemplo de um rei punidor, vingativo e cruel tivesse um carácter pedagógico e fosse seguido pelos príncipes do século XV. Nesta perspectiva, a imposição do temor e mesmo do medo aos seus súbditos, deveria promover a eficácia da política de contenção social.⁸⁶

⁸¹ CPD, Pág. 248.

⁸² LE GOFF, Jacques – *L’homme Medieval*, Univers Historique, Paris 1989. Pág. 12

⁸³ DUBY, Georges - *As três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo*. Editora Estampa, Lisboa, 1982. Pág. 93.

⁸⁴ BERLIOZ, Jacques: “Flagelos” in LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude - *Dicionário temático do Ocidente Medieval* (1999) Coordenador de tradução de Hilário Franco Júnior. Volume I – Volume I-Bauru SP. EDUSC. 2002. Pág. 463.

⁸⁵ Idem. GAUVARD, Claude: “Justiça e Paz” Volume II. Pág. 60

⁸⁶ SILVÉRIO, Carla Serapicos - *A Representação da Realeza na Cronística Medieval Portuguesa*. A Dinastia de Borgonha. Edições Colibri, Lisboa. 2004, Pág 98.

Este aspecto do caráter do rei ainda pode ser visto nos relatos da conquista de Santarém aos mouros: “não perdoar nenhuma idade, que seja homem nem mulher, a mançebos nem as maçebas nem os velhos nem as velhas, nem a nenhum que ala dentro seja, mas do mayor até o mais pequeno toados andem à espada.”⁸⁷ Aqui, a marca da cruzada aponta inequivocamente para o massacre e o extermínio dos infiéis.

Mas a guerra era muitas vezes vista como a précondição para a paz e, por isso, como uma “guerra justa” e um ato profundamente cristão. O assalto a Santarém, levado a cabo pelo rei conquistador, surge inserido na Crônica sobretudo como uma representação de fé, num contexto de expansão da Cristandade.

Os sete reis da primeira dinastia que são protagonistas da Crônica de 1419 surgem aí como legítimos detentores do direito de aplicar a justiça por todo o reino, “A lei e a defesa da lei – uma não caminha jamais sem a outra.”⁸⁸ A justiça régia sobrepunha-se à dos senhores, laicos ou eclesiásticos, e à dos concelhos. Uma vez mais à luz da ideologia régia, o monarca, ao mesmo tempo que era visto como uma majestade real, também era considerado como a personificação de uma majestade divina, “e os crimes cometidos contra um são inseparáveis dos crimes cometidos contra o outro.”⁸⁹

O que importa, contudo, é o conjunto de valores e o imaginário que a Crônica procura transmitir com as proposições acerca da função régia e dos seus atributos.⁹⁰

Permita-se aqui um breve desvio para que se tome em consideração que na Crônica de D. João I, escrita por Fernão Lopes, ao mesmo tempo que se enaltece claramente a figura deste rei no exercício da tolerância, também se deixa clara a sua boa função de julgar, de punir e de exercer o controle sobre os seus pares, através da sua condição de legítimo soberano. Desta forma, independentemente de quem tenha sido o autor da Crônica de 1419, mas tendo ela sido elaborada no governo deste monarca, muito provavelmente para além de transmitir outras virtudes, teve como um dos seus mais importantes objetivos difundir a idéia sobre a aplicação da justiça. Também a dinastia de Avis tinha de aplicar e zelar pela justiça no mesmo reino em que o haviam feito os monarcas da primeira dinastia. D. João I, através destes exemplos, também deveria ser capaz de disciplinar a sua nobreza e de exercer um papel equilibrador neste

⁸⁷ C DP, Pág. 40.

⁸⁸ CHIFFOLEAU, Jacques, “Direito(s)” in LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude - *Dicionário temático do Ocidente Medieval* (1999) Coordenador de tradução de Hilário Franco Júnior. Volume I – Volume I- Bauru SP. EDUSC. 2002. Pág. 344.

⁸⁹ Idem. SCHMITT, Jean-Claude: “Feitiçaria” Volume I Pág. 435.

⁹⁰ BARROS, José D’Assunção – *Realeza, Solidariedade Nobiliárquica e Imaginário Cavaleiresco na Idade Média Portuguesa (Séc. XIII-XIV)*. Revista Ciências Humanas – Universidade de Taubaté (Unitau) – Brasil – VOL. 1, N. 1, 2009. Pág. 11

momento de autêntica “refundação” do reino.⁹¹ Este propósito não só está implícito na Crônica como também constituía um elemento político essencial na ação de qualquer monarca do século XV e do seu reconhecimento por parte dos nobres, pois “esperava-se do rei a liderança relativa a todos os cavaleiros”.⁹²

A representação desta justiça régia na Crônica, através da pessoa do soberano, cumpre uma função pedagógica para os príncipes do século XV, com a finalidade de transmitir um modelo que enaltecia as funções que deviam ser desempenhadas pelo monarca para a manutenção de um reino justo, da sua soberania, do bem-estar dos súbditos, da paz interna e da defesa face às ameaças externas, enfatizando o valor guerreiro do rei. Em suma, “Generally speaking, the focus is that of a political history both in terms of the chronicle’s predominant themes (the king’s actions, war, peace, justice and so on) and in terms of its objectives.”⁹³

3.2 – CONFLITOS ENTRE A REALEZA

No contexto medieval, os conflitos mais graves, fossem eles de ordem política, religiosa, econômica ou social, resvalavam amiudadas vezes para situações de guerra. A realeza era parte integrante da resolução de inúmeros conflitos, em alguns casos através da intermediação da Igreja. Por outro lado, a matriz guerreira da nobreza, tantas vezes identificada com os *bellatores* do esquema tripartido da sociedade feudal, conferia aos nobres uma identidade própria, com suas regras e códigos de conduta. O imaginário da complementaridade e da cooperação entre a realeza e a nobreza é bem ilustrado por uma passagem do *Livro da Ordem de Cavalaria*, de Ramon Llull, segundo a qual o “ofício de cavaleiro é manter e defender o seu senhor terrenal, pois nem rei, nem príncipe, nem alto barão poderão, sem ajuda manter a justiça entre os seus vassalos”⁹⁴.

Apesar das suas diversidades e particularidades variáveis de acordo com a região e a época, os conflitos armados e as guerras decorreram, em linhas gerais, de maneira

⁹¹ ELIAS, Norberto, *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. Vol. I Pág. 191

⁹² BARROS, José D’Assunção – *Realeza, Solidariedade Nobiliárquica e Imaginário Cavaleiresco na Idade Média Portuguesa (Séc. XIII-XIV)*. Pág. 2

⁹³ SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – *Medieval Portuguese Royal Chronicles. Topics in a Discourse of Identity and Power*. e-JPH, Vol. 5, number 2, Winter 2007 . <http://www.brown.edu/> Pág. 1.

⁹⁴ Ramon Llull, *Livro da Ordem da Cavalaria*, apud PAIS, Marco Antônio de Oliveira, *O Despertar da Europa a Baixa Idade Média*. Atual Editora, São Paulo. Pág. 18.

semelhante durante toda a baixa idade média; somente a partir de finais do século XIV, com as novas táticas de combate, ocorrerão consideráveis alterações, com a perda da supremacia bélica da cavalaria.⁹⁵

No contexto peninsular, as guerras em Portugal foram sobretudo conflitos contra os reinos de Leão e Castela ou contra os muçulmanos, sendo os primeiros o foco principal da abordagem deste capítulo. Veremos que a perspectiva sobre os conflitos entre as realezas cristãs peninsulares na Crônica de 1419 não se cinge, todavia, à questão da guerra, ocorrendo em algumas ocasiões intermediações eclesiásticas e acordos políticos por meio da diplomacia. Mas, evidentemente, a guerra constituiu uma forma recorrente de conflito e de tentativa de resolução das questões existentes entre os reinos cristãos peninsulares, adquirindo assim uma presença fundamental nas narrativas cronísticas.

Com o destaque conferido à descrição de guerras e batalhas pretendia-se não só fixar e fornecer uma versão desses acontecimentos que ocupavam um lugar central na história do reino e da monarquia, mas também fazer a apologia e transmitir os valores dos que faziam a guerra, sobretudo a realeza e os nobres. O elogio da honra aristocrática, tantas vezes expresso na alternativa glória ou morte, estimulava a bravura dos futuros combatentes, para quem o discurso cronístico constituía uma cartilha das virtudes e dos modelos guerreiros.

O capítulo que agora se inicia procurará analisar como, porquê e sob que perspectiva foram descritos na Crônica de 1419 os conflitos entre as monarquias cristãs, nomeadamente de Portugal contra Castela e Leão, mas também os conflitos internos à realeza portuguesa. Os relatos atinentes aos reinos vizinhos gravitam basicamente em torno do razões políticas, mas também refletindo algumas vezes desavenças matrimoniais e até econômicas. Em termos sintéticos, segundo as palavras de João Gouveia Monteiro, as principais razões destes desentendimentos entre portugueses e castelhanos, durante a primeira dinastia, visaram “sobretudo defender a integridade territorial do nosso reino e se possível alargá-lo”⁹⁶. Já os conflitos internos da monarquia portuguesa estiveram quase sempre relacionados com a ocupação do trono real.

⁹⁵CARDINI, Franco, “Guerra e Cruzada” in LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude - *Dicionário temático do Ocidente Medieval* (1999) Coordenador de tradução de Hilário Franco Júnior. Volume I- Bauru SP. EDUSC. 2002. Pág. 473

⁹⁶ MONTEIRO, João Gouveia. *A história Militar Medieval Portuguesa*. <http://www.janusonline.pt>

3.2.1- CONFLITOS COM CASTELA E LEÃO

No reino português, a actividade bélica conduzida pela realeza esteve na raiz da legitimação do próprio D. Afonso Henriques, como forma de consolidar e expandir o seu território e de alcançar reconhecimento no âmbito da cristandade, sobretudo do papado.⁹⁷ A construção do novo reino de Portugal, surgido em meados do século XII, teve, pois, desde o seu início, uma forte componente guerreira e conquistadora, encarnada pelo seu primeiro monarca. De facto, o reino e o seu território não existiam *a priori* como entidades políticas diferenciadas, antes foram o produto de um processo de construção sujeito a diversos ⁹⁸.

Do ponto de vista histórico, os dissídios com Castela e Leão relatados na Crônica não possuem o mesmo teor simbólico que se vê na luta contra o infiel muçulmano, já que os primeiros resultavam de desentendimentos políticos entre reinos cristãos. Estes conflitos foram considerados como distúrbios em certo sentido anómalos, já que em nome da unidade cristã a apologia da guerra deveria tomar um carácter expansionista em direção às terras e urbes muçulmanas,⁹⁹ e não dar lugar a guerras fratricidas entre as várias unidades da cristandade. Quando a Igreja pregou a Paz de Deus, não tinha a intenção de negar a validade de toda a actividade bélica, mas sim submeter os cavaleiros ao seu controle. Tal princípio era corroborado numa peça ideológica tão importante como o sermão papal de 1095, que originou a primeira cruzada, e que não preconizava o fim absoluto da guerra, antes convocava a cavalaria que outrora combatera contra os seus irmão de fé a guerrear fora da cristandade e contra os inimigos da Igreja.¹⁰⁰

São vários os episódios de confronto entre portugueses e leoneses ou castelhanos relatados na Crônica. Tome-se o caso da célebre refrega entre D. Afonso Henriques e o rei de Leão Fernando II, em 1169, na cidade de Badajoz, sendo esta batalha lembrada principalmente pelo ferimento sofrido na perna pelo monarca português. Se considerarmos que a Crônica de 1419 é a ampliação da parte referente aos reis portugueses na Crônica Geral de Espanha de 1344, (“Lindley Cintra defende que a

⁹⁷COSTA, Ricardo da— *A Guerra na Idade Média, Um Estudo da Mentalidade de Cruzada na Península Ibérica*. Edições Paratodos, Rio de Janeiro, 1998. Pág. 30

⁹⁸MOREIRA, Filipe Alves - *A Crônica de Portugal de 1419: Fontes, Estratégias e Posteridade. Faculdade de Letras do Porto*, 2010. Pág. 121.

⁹⁹ CONDESSA, Maria Sofia Marques - *A memória das Cidades dos Séculos XII a XIV nas Crônicas de Rui de Pina e Duarte Galvão*. Patrimonia Histórica. Caiscais, 2001. Pág. 100.

¹⁰⁰JUNIOR, Hilário Franco – *A Idade Média, o Nascimento do Ocidente*. São Paulo. Brasiliense, 1986. Pág. 161.

Crónica de Portugal manejara a segunda redacção da Crónica de Espanha¹⁰¹), comparando as duas poderemos notar uma mais extensa redacção deste episódio na Crônica de 1419, tanto para enfatizar a gravidade do ferimento quanto a captura de D. Afonso Henriques por D. Fernando. Vejamos os dois trechos:

“Mas o que abrija a porta ñ colhera bem o ferrolho. E el Rey levava o Cavallo afficado das esporas, como aquelle que era o mais vallente e esforçado cavalleiro que se podia saber. Quando chegou aa porta, ñ se guardando daquelle ferrolho, topou o Cavallo em elle de tam grande força que se brittou a perna a el Rey. E o cavallo Steve para cayr em terra, poro foy fora e chegou aso seus. Mas, des que começorao a lidar, no o pode sofrer o cavallo, Ca era chegado aa morte do grande golpe que dera no ferrolho, e leixousse cayr sobre aquella perna e britoulha toda. E os seus quesonõ levantar e poer e outro cavallo e nom poderom Ca era a perna britada pella coixa. E entom chegou el Rey do Fernado e prendeoho e muytos dos seus co elle.”¹⁰²

“E o cabo do ferrolho da porta ficara fora, que o ñ abrija para dentro o porteyro quando abrio a porta, e o cavalo del.rey, como ya rijo, topou el.rey neele e quebrou-lhe a perna. Mas el Rey nom leyxou de chegar aos seus e quando vio que se mesclavam com as outras gemtes, nom se pôde suportar que os nom ajudasse. E, pero levava a perna quebrada e o cavalo, como ya ferido da topada que dera na perna, ñ se pôde ter mais, cayo com el.rey e hum çenteal e cayo.lhe sobre a perna e quebrou.lha mais, e os seus nom no poderom alevantar nem poer no cavalo, póla perna que tinha quebrada. E Fernão Rodriguiz, castelão, que o vio quando cayo, foy o dizer a el.rey dom Fernando: “Senhor, aly jaz el Rey dom Afonso com hua perna quebrada. Yde e prendede-o, Ca melhor vo-lo deo deos que nom cuidava que o nós achasemos”. Antam elrey, que se ñ podia levantar, e os seus, que erom poucos e os outros muytos, ouve a ser tomado.”¹⁰³

A cronística medieval, fundamentada nos preceitos cristãos, procura transmitir a idéia segundo a qual os ferimentos que um rei vai recebendo ao longo da vida, tal como este de Badajoz, se apresentam como uma memória selada na carne e interpretada como as chagas de Cristo. Nesta ótica, sublinha-se a disposição régia de fazer do seu corpo um roteiro de todos os combates em que participou, confirmando o portador de tais cicatrizes como defensor do reino com pleno direito à realeza e como intrépido defensor da Igreja. As cicatrizes transmutavam-se, assim, tanto em fonte de legitimação política¹⁰⁴ quanto religiosa. É isso mesmo que ressalta do episódio em que D. Afonso Henriques se encontra com o cardeal-legado do papa e em que este lhe ordena que solte

¹⁰¹ MOREIRA, Filipe Alves . *A Primeira Redacção da Crónica de Espanha de 1344, Fonte da Crônica de 1419?* GUARECER on-line <http://up-pt.academia.edu/Pág.99>

¹⁰² BARCELOS, Pedro Afonso, *Crônica Geral de Espanha de 1344*. Op. Cit. *A Primeira Redacção da Crônica de Espanha de 1344, Fonte da Crônica de 1419?* GUARECER on-line <http://up-pt.academia.edu/Pág.1040-0105>

¹⁰³ CDP, Pág. 61.

¹⁰⁴ SILVÉRIO, Carla Serapicos - *A Representação da Realeza na Cronística Medieval Portuguesa*. A Dinastia de Borgonha. Edições Colibri, Lisboa. 2004. Pág. 89.

sua mãe, aprisionada no seguimento da batalha de São Mamede, em 1128. Apesar de instado a cumprir as determinações do Papa, Afonso Henriques recusa-se veementemente a fazê-lo, “mostrando-lhe as cicatrizes recebidas em combate contra os mouros, como prova da sua fé”¹⁰⁵.

Mas na versão integrada na Crônica de 1419, para além do ferimento da perna no seguimento de uma maldição lançada sobre o seu filho por D. Teresa, a queda de um cavalo também nos remete para uma idéia de desequilíbrio, que nas palavras de François Garnier pode ser interpretada na perspectiva de que “le désordre de mouvements et les disequilibres du corps manifestent l’incapacité d’adaptation, les détresses, les angoisses, les mauvais dispositions de la conscience, la méchance et la perversité”¹⁰⁶, o que nos poderia levar a especular sobre as considerações do autor do relato e do cronista que o integra na Crônica acerca da legitimidade do caráter expansionista do rei conquistador sobre as terras que deveriam pertencer ao reino de Leão, por “direito de Reconquista”, como seria o caso de Badajoz quando saísse do domínio islâmico.

Merece também a pena referir neste capítulo a existência de situações de conflito entre os reinos ibéricos que foram resolvidas por via de negociação, embora as razões invocadas na Crônica nem sempre correspondam aos fatos históricos. A Crônica nos diz que durante o reinado de D. Afonso III este recebeu “a conquista das terras do Algarve”¹⁰⁷ do seu sogro, D. Afonso X, para que os “seus netos cresçam porque ele tinha a terra muy pequena.”¹⁰⁸ Aparentemente o trecho desta doação dá-nos a idéia de que a doação resultou do dote do casamento de D. Afonso III com a filha do rei castellano, D. Beatriz, e de uma completa e pacífica concordância por parte de Afonso X. No entanto, e como é sabido, tal doação foi na verdade fruto de uma política de troca de territórios. Primeiramente, a condição de bastardia de D. Beatriz não conferia a D. Afonso plenos direitos sobre a terra, já que tal posse só seria permitida até ao sétimo ano do primeiro filho varão, além de o domínio útil da terra ainda pertencer ao rei Castellano. D. Afonso III concordara com estas exigências, acreditando que o tempo

¹⁰⁵ CINTRA, Luís Filipe Lindley – *A Lenda de D. Afonso I, Rei de Portugal (Origens e Evolução)*. Versão portuguesa de uma conferência proferida em Paris, no Centro Cultural Português da Fundação Calouste Gulbenkian, no ano de 1985. <http://cvc.instituto-camoes.pt/> Pág. 4

¹⁰⁶ GARNIER, François – *Le Langage de l’Image au Moyen Age* - Vol. II Gramatique des Gestes. Le Léopard D’or. Pág. 120.

¹⁰⁷ CDP, Pág 156.

¹⁰⁸ Idem.

acabasse por conferir-lhe a posse total do território¹⁰⁹, o que de fato ocorreu em apenas cinco anos, após o nascimento do príncipe D. Dinis, mas mesmo assim só mediante a promessa de abandonar as pretensões sobre as terras além Guadiana.¹¹⁰

Para todos os efeitos, a imagem militar dos reis deveria ser centrada nas guerras de reconquista contra o Islão. Por isso, quando a Crônica faz alusão a conflitos bélicos entre cristãos, de uma maneira geral a sua intenção é conferir certa ambigüidade à justeza dos combates, bem como ao protagonismo desempenhado pelos monarcas em questão, o que nem sempre possui um tom elogioso, pois a guerra entre cristãos contrariava, em princípio, os preceitos da Igreja. Sendo assim nota-se certa diferença na abordagem da memória cronística sobre D. Dinis quando este se empenhou em campanhas contra Castela¹¹¹, dizendo-se que “Já avia hum ano e três meses que esta guerra tam cruel durava, fazendo-se grandes estragos nos regnos, e morta já muita gente de hua parte e da outra. Mas quem poderia dizer o pesar e grão tristeza que a raynha dona Isabel tomava quanto se estes malaes faziam, e quantas lagrimas espalhou e outras orações a Deos?”¹¹². A reacção da rainha surge aqui como contraponto face a um conflito que não aproveitava a nenhum dos reinos envolvidos, antes lhes trazia sofrimento e morte.

Nesta perspectiva, surgem relatos de batalhas perdidas por Portugal e vencidas por Castela, nos quais o cronista não se refugia em eufemismos para narrar as derrotas portuguesas, como se demonstra no reinado de D. Afonso IV, quando se escreve que “pelejarom asy esforçadamente que toda a frota de Portugall foy vemçida e debaratada e foram mortos em esta pelejaa muytos de hua parte e da outra e, tomadas as galees todas e cativo miçe Manuel, tornou-se a frota de Castela com grande prazer pêra Sevilha e presos todolos portugueses que da peleja escaparam vyvos.”¹¹³

A Igreja preocupava-se em condenar veementemente o pecado que constituía a guerra no interior da Cristadade, dizendo mesmo que aquele que matava um cristão derramava o sangue de Cristo. Todavia, tal como o guerreiro cristão deveria pôr a sua espada a serviço de Deus, também deveria utilizá-la a serviço do seu reino, assim se misturando os preceitos da doutrina contra a guerra entre cristãos com os valores

¹⁰⁹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal, Estado Pátria e Nação (1080-1415)*, vol. I. Editoria Verbo, 1979. Pág. 139.

¹¹⁰ MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *D. Afonso III, o Bolonhês*, Academia Portuguesa de História. Lisboa, 2009. Pag. 34.

¹¹¹ SILVÉRIO, Carla Serapicos - *A Representação da Realeza na Cronística Medieval Portuguesa. A Dinastia de Borgonha*. Edições Colibri, Lisboa. 2004. Pág. 90.

¹¹² CDP, Pag. 173.

¹¹³ CDP, Pág. 256.

aristocráticos, profanos, que buscavam honra e glória através da façanha guerreira, sem deixar de incluir a avidez material por territórios ou bens móveis¹¹⁴. Ora estes propósitos podiam conduzir, como várias vezes conduziram, a conflitos entre reinos cristãos, como Portugal e Castela. O desvio de uma guerra que deveria ser exclusivamente contra o infiel e que acabava ocorrendo contra um reino “irmão” pode ser encarado como a consequência da ideologia guerreira que se fundamentava em “une éducation tout entière appliquée au développement du corps et la maîtrise de l’art equestre, un genre de vie dont les meilleurs divertissements sont des exercices violents et des jeux guerriers, une mentalité qui place au-dessus de toutes les vertus le courage physique et le dévouement aux compagnons d’armes”¹¹⁵.

Para além do fator religioso, a recriminação das guerras entre os reinos cristãos ibéricos também se devia ao fato de haver entre os detentores de uma cultura letrada certo sentimento de identidade. Para José Mattoso, apesar da independência destes reinos, isso não impediu que estes se considerassem como *Hispani* e como habitantes de uma entidade geográfico-cultural que sucedeu à antiga *dioecesis Hispaniarum* do período imperial romano. Na Idade Média, predominava a concepção de uma Península Ibérica como um todo, com uma identidade própria, independente dos vários reinos cristãos que a compunham¹¹⁶.

A frequência de conflitos e desentendimentos entre reis e nobres era frequente, provocando a circulação de fidalgos entre as diversas cortes régias. Mesmo com membros da família real ocorreram movimentos desse tipo, como sucedeu com o infante Martim Sanches que se acolheu na corte de Afonso IX de Leão e posteriormente pegou em armas contra o rei português, D. Afonso II. Muitos outros nobres buscavam fortuna e uma vida de glórias por via da armas, como foi o caso de D. Paio Peres Correia, Mestre da ordem de Santiago e muito próximo do rei D. Afonso III, sendo citado como o “seu compadre e natural”¹¹⁷, mas que posteriormente, motivado para lutar ao lado do rei D. Fernando III de Castela contra o Islão, participou na conquista de Sevilha em 1248, como se pode ler na passagem em que se diz que “quando el-rey dom Fernando de Castela tomou Sevyilha aos mouros, segundo que He conteúdo nas

¹¹⁴ FLORI, Jean “Cavalaria” in LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude - *Dicionário temático do Ocidente Medieval* (1999) Coordenador de tradução de Hilário Franco Júnior. Volume I – Bauru SP. EDUSC. 2002. Pág 198.

¹¹⁵ PERROY, Édouard – *Le Moyen Age, L’expansion de L’orient et la Naissance de la Civilisation Occidentale*. Paris. Presses Universitaires de France, 1967. Pag. 266.

¹¹⁶ MATTOSO, José – *A Nobreza Medieval Portuguesa no Contexto Peninsular*. Revista da Faculdade de Letras. <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4047.pdf>. Pág. 1

¹¹⁷ CDP. Pág. 146

coroniquas d Espanha, era hy com ele em aquele çerquo este mestre dom Payo Corea, trazendo consyguo muitos e bõos cavaleiros da Ordem de Santiago de Castela, de que ele era mestre.”¹¹⁸

Podemos considerar como norma a representação dos monarcas nas guerras contra o infiel como grandes chefes militares, exemplos de coragem, de habilidade física, possuidores de uma força divina que os tornava vencedores de inúmeras batalhas, procurando enaltecer a importância de guerras justas, colocando sempre num tom elogioso o nobre “que exclui de suas práticas quaisquer recursos sorrateiros ou traiçoeiros”¹¹⁹, tal como ocorria também noutro tipo de relatos, como os constantes dos nobiliários. No caso das lutas fratricidas entre reinos cristãos, consideradas uma tranguessão face ao código da honra fidalga e veementemente proibidas pela Igreja, a Crônica procurou, sempre que possível, deixar transparecer uma posição de imparcialidade. Daí que nos seus relatos de batalhas entre os reinos de Portugal, Castela e Leão não se omitam várias derrotas sofridas pelos portugueses, algumas delas bem pesadas, até.

3.2.2 – CONFLITOS INTERNOS

Quando nos referimos à nobreza não apenas no contexto português mas europeu, isso não nos remete somente para a solidariedade do grupo ou para o forte sentimento de pertencer a uma elite guerreira, para a sua ética e códigos de conduta, mas também para os freqüentes combates entre os senhores e que envolviam os respectivos bandos. Também aqui a realeza podia intervir – e muitas vezes intervinha – procurando fazer valer o seu poder de árbitro¹²⁰.

Mas, como dissemos, os conflitos podiam eclodir no seio da própria família real, adquirindo grande complexidade e profundidade, pois as freqüentes disputas pela assunção do trono tinham amplas conseqüências, já que não raramente se traduziam também em guerras nas quais os sofrimentos infligidos principalmente às populações vilãs acarretavam desordens e prejuízos cujos efeitos perduravam no tempo.

¹¹⁸ Idem

¹¹⁹ BARROS, José D’Assunção – *Realeza, Solidariedade Nobiliárquica e Imaginário Cavaleiresco na Idade Média Portuguesa (Séc. XIII-XIV)*. Pág. 8.

¹²⁰ LIDER, Juilian – *Da Natureza da Guerra*, Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro 1987. Pág. 307.

A família real se distinguia das demais famílias nobres pelo específico exercício da sua soberania régia sobre todos os súbditos do reino, derivando esse poder do monarca da vontade divina. Os reis portugueses eram-no “pela graça de Deus”, como se podia ler no protocolo inicial dos documentos que emanavam da sua chancelaria. Esta superioridade social alicerçava-se também na componente bélica da coroa, na sua riqueza, no poder de comando sobre os seus vassallos, na crença na existência de virtudes ancestrais e no carisma dos seus antepassados transmitidos pelo sangue. Desta forma, a monarquia tinha a “obrigação” de reproduzir e perpetuar estas qualidades de que os reis eram portadores. E até os filhos bastardos dos monarcas recebiam essa “marca” congénita¹²¹.

Neste contexto, as disputas pelo trono ou as heranças podiam desencadear consideráveis desavenças no seio da família real portuguesa, o que era descrito na Crônica como “tempestades diabólicas que armam pais contra os filhos” e “irmãos contra irmãos”¹²². Entre os relatos cronísticos de prélios entre irmãos pelo governo do reino ganha destaque a excomunhão e o exílio de D. Sancho II e a conseqüente ascensão de D. Afonso III ao trono. A Crônica nos diz que “porque el Rey D. Sancho não era bem quisto com hos povos entendeu que não poderia fazer cousa que de sua prol fose”¹²³. O conceito de poder real como autoridade suprema indiscutível baseava-se principalmente no apoio pontifício, mas a partir do momento em que este deixava de existir, não havia, no plano jurídico, qualquer restrição à possibilidade de contestar o poder do monarca caído em desgraça, sobretudo se houvesse um substituto que recolhesse o apoio do papa, como ocorreu com D. Afonso III.¹²⁴

É um fato que na Crônica D. Sancho II é sem dúvida o rei mais fustigado, ficando clara uma forte crítica negativa presente no relato do seu reinado. D. Afonso III possuía, portanto, toda a legitimidade para ocupar o trono, pois ao seu lado estava uma considerável parcela dos nobres portugueses, os concelhos e a Igreja, incluindo os bispos e o próprio papa. Ao escolher o conde de Bolonha e ao abençoar a sua função de governador do reino e, depois, de rei, a Igreja, ao mais alto nível, dava um inequívoco sinal de que todos os súbditos deveriam prestar cega obediência àquele que detinha este poder, fazendo do monarca como que uma emanção de Deus na Terra, à imagem do

¹²¹ SILVÉRIO, Carla Serapicos - *A Representação da Realeza na Cronística Medieval Portuguesa*. A Dinastia de Borgonha. Edições Colibri, Lisboa. 2004. Pág. 115

¹²² CDP. Pág. 219

¹²³ CDP. Pág. 133

¹²⁴ Sobre Afonso III, veja-se VENTURA, Leontina, *D. Afonso III*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.

que a iconografia tendia a fazer, representando, inversamente, Deus em majestade como um rei sentado no trono.¹²⁵

A Crônica é bem explícita quando escreve: “D. Afonso, conde de Bolonha, a quem pertencia o regno de Direito. Enquanto el Rey dom Sancho foy vivo, posto que no regno não fose e andava em Castela nunca se chamou Rey, senão governador.”¹²⁶ Poderíamos interpretar esta complacência por parte de D. Afonso III para com o seu irmão deposto como uma maneira de enaltecer ainda mais o merecimento do trono, já que a *piedade* e a *clemência* eram duas das principais virtudes régias.

No caso do castigo imposto à mãe por D. Afonso Henriques, a Crônica incorpora a tradição da *gesta* e que será transmitido ao longo dos séculos, estando ainda arraigado na tradição popular, sobre a prisão de D. Teresa e a conseqüente maldição por ela lançada sobre o filho. A cronística medieval foi geralmente elaborada seguindo uma diretiva cronológica, na qual se inserem os grandes eventos considerados dignos de registo e de memória. Já que as crônicas visavam servir de exemplo para as gerações posteriores, acabavam por possuir uma perspectiva tanto memorialista quanto moralista.¹²⁷ E é em função desta notável duplicidade que encontramos muitos acontecimentos descritos nas crônicas, mas que não são necessariamente corroborados pela história factual, como fica claro no episódio da batalha de São Mamede, em que a ira de D. Afonso Henriques sobre a própria mãe tem um caráter de dramatização, de intimidação e auto-afirmação do poder do futuro rei.

O rei Conquistador fora um personagem cuja história e feitos impressionaram visivelmente a imaginação dos seus contemporâneos e sobretudo o imaginário das gerações que se seguiram. Estes fatores estes explicam o tom de panegírico patente em várias passagens da Crônica. O relevo dado pela Crônica ao primeiro rei é também corroborado pelo tratamento dado ao seu reinado, que de longe é o mais extenso no cômputo geral do texto. A importância de Afonso Henriques no imaginário da monarquia “explica ainda (...) a deformação que se introduziu bastante rapidamente nas descrições dos seus feitos – uma deformação que aparece já nas crônicas castelhanas e portuguesas de fins do séc. XIII, uma centena de anos depois da sua morte.”¹²⁸

¹²⁵ LE GOFF, Jacques - *A Civilização do Ocidente Medieval*, vol II., Lisboa, 1983. Pág. 27

¹²⁶ CDP. Pág. 142.

¹²⁷ MICHELAN, Kátia Brasilino, *Três Histórias de Afonso Henriques, Compilação, Reprodução e Reconstrução de uma trajetória e de uma Imagem*. Franca. 2008. Pág. 79.

¹²⁸ CINTRA, Luís Filipe Lindley – *A Lenda de D. Afonso I, Rei de Portugal (Origens e Evolução)*. Versão portuguesa de uma conferência proferida em Paris, no Centro Cultural Português da Fundação Calouste Gulbenkian, no ano de 1985. <http://cvc.instituto-camoes.pt/> Pág. 1

Outro acontecimento importante para a temática deste capítulo foi a guerra entre o infante D. Afonso, futuro Afonso IV, e os seus irmãos bastardos, João Afonso, Afonso Sanches e o conde de Barcelos, com tais desentendimentos a adquirirem um considerável papel no relato do reinado de D. Dinis. A historiografia confirma que devido ao favorecimento de D. Dinis ao filho bastardo Afonso Sanches,¹²⁹ estes conflitos podem ser evocados com o propósito de evidenciar um dos momentos em que a disputa da coroa chegou ao extremo da guerra civil, com o legítimo herdeiro, D. Afonso, a procurar vincar publicamente o seu poder e a sua varonia para a ocupação do trono. O cronista procura destacar as circunstâncias com que elogiosamente o refere como chefe militar e governante, continuador da linhagem real. Tais qualidades deveriam ser exercidas apenas por uma autoridade legitimamente constituída e reconhecida, garantia da paz entre os súbditos e da aplicação de uma justiça autêntica, jamais resultante de meros caprichos pessoais.¹³⁰

Essa mesma ideia estava presente numa carta dirigida por Afonso IV ao rei de Castela e inserida na Crônica, onde o primeiro diz de si próprio e da condição régia do seu homólogo castelhano: “Afonso, per merçe de Deos rey de Portugal e dos Algarve, com noso lidimo erdeiro filho no dito regno, dom Pedro, ao muyto alto e temido senhor [o rei castelhano] que per linhagem e vertudes ele e seu nome devem ser prezados e em grande reverencia avidos em todolas povoradas terras e nos corações dos fidalgos, asy como em espiçal Christo¹³¹”. A ideologia régia e os atributos do soberano não eram especificamente portugueses, antes se haviam difundido pela Península e por todo o Ocidente.

A ira de D. Afonso IV contra os seus irmãos não era pelo fato de eles serem bastardos, mas sim por alegadamente lhe disputarem um poder que lhe pertencia por direito, numa disputa que se desenvolveu ainda no tempo de D. Dinis. No direito sucessório da época, que pretendia evitar a partilha de um vasto patrimônio entre os herdeiros, acabou por se “adotar a fragmentação linhagística, de estrutura vertical que inferioriza os filhos segundos e as fêmeas”¹³². O que começara como um

¹²⁹ PIZARRO, José augusto de Sotto Mayor. *D. Dinis e a Nobreza nos Finais do Século XIII*. Revista da Faculdade de Letras Pág. 99. Deste autor, veja-se também o livro *D. Dinis*, Lisboa. Círculo de Leitores, 2006.

¹³⁰ CARDINI, Franco, “Guerra e Cruzada” in LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude - *Dicionário temático do Ocidente Medieval* (1999) Coordenador de tradução de Hilário Franco Júnior. Volume I - Bauru SP. EDUSC. 2002. Pág. 475.

¹³¹ CDP. Pág 228.

¹³² MATTOSO, José - *Identificação de um País: Ensaio Sobre as Origens de Portugal: 1096-1325*. Volume I (Oposição). Lisboa: Editorial Estampa, 1995. Pág. 207.

desentendimento entre irmãos transformou-se em guerra civil, com iminente risco de evoluir para uma guerra internacional. Tais guerras civis incentivaram exílios, desterros e banimentos, o que por várias ocasiões acarretou que houvesse nobres refugiados nas terras de familiares e pares castelhanos, e que aproveitavam estes contextos de guerra para acoessarem as regiões de fronteira portuguesas.¹³³ Um dos melhores exemplos deste tipo de situação foi a contestação da sucessão de D. Afonso II, não apenas pelos irmãos do novo rei, mas também por membros da nobreza que se afastaram da corte procurando exílio no reino de Leão.

Relativamente a D. Afonso II, há outro conhecido episódio na história dos conflitos entre membros da família real pela afirmação do poder. Com o intuito de centralizar o seu poder, este rei entrou em conflito com as infantas suas irmãs, D. Teresa, D. Sancha e D. Mafalda, num quadro que visava “ainda mais a consolidação do poder pessoal”¹³⁴. Apesar de a tradição o descrever como de “ânimo áspero e austero para seus irmãos, não os agasalhando com aquela afabilidade de amor”¹³⁵, a historiografia atualmente reconhece a “alta competência” de D. Afonso II no que dizia respeito à administração do reino e ao fortalecimento do poder régio, principalmente devido às inquirições por ele lançadas em 1220. Foi justamente na defesa do princípio de que ninguém poderia diminuir o poder real, nem mesmo a Igreja, que surgiram os desentendimentos com o alto clero, daqui derivando assim uma imagem menos positiva, pois como já foi mencionado, a narração do seu reinado é a mais curta da Crônica, com a sintomática particularidade de nem o interdito lançado sobre o reino pelo Papa, em 1212, nem os desentendimentos com as irmãs serem referidos.

A partir de uma síntese geral acerca de como os cronistas procuraram transmitir uma memória exemplar e legitimadora sobre a realeza, selecionando e compondo uma série de modelos e representações ideais e propedêuticas do que seria a ética monárquica e o modelo social e político desejável, para as gerações vindouras, poderemos afirmar que “the history of the kingdom is the history of deeds of the king, and this is a fundamental element in the identification of the kingdom of Portugal with

¹³³ GIANES, Bruno. *Fernão Lopes (C. 1380/90 -1459): Crônica e História em Portugal (Séc. XIV)* Niterói, 2009. Pág 25.

¹³⁴ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal, Estado Pátria e Nação (1080-1415)*, vol. I. Editoria Verbo, 1979. Pág 119,

¹³⁵ BRANDÃO, Frei Antônio, BRITO, Bernardo de - *Crônica de D. Afonso II*, Livraria Civilização, 1945, Pág. 167.

the person and actions of its monarch and by extention, of the Portuguese crown.”¹³⁶. Havia toda uma preocupação em compor, escrever e transmitir estas histórias, a ponto de os compiladores poderem ser considerados no ambiente cortesão de “estoriadores”.¹³⁷

É um fato que a dinastia de Avis procurou fortalecer a sua legitimidade através de crônicas encomendadas, como por exemplo a de Fernão Lopes sobre D. João I. Estas encomendas tinham por objetivo registrar a história dos reis portugueses imediatamente anteriores, para assim proporcionar as bases que justificassem a legitimidade desta dinastia e, em certo sentido, o seu enraizamento na dinastia de Borgonha.¹³⁸ A Crônica apresenta os fatos históricos e apresenta uma construção do passado a partir da compilação de registos anteriores e do alinhamento de “estórias” carregadas de sentido ideológico.¹³⁹

3.3 – A REALEZA E A IGREJA

A presença e a actuação da Igreja no território que virá a ser português é conhecida, mesmo antes da fundação do reino, uma vez que a aliança de Afonso VI com a ordem de Cluny fez com que os monges cluniacenses atuassem de forma sistemática em todas as regiões submetidas ao poder castelhano, como era o caso do Condado Portucalense. Perante a fragmentação política da sociedade feudal e valendo-se de sua crescente influência em praticamente todos os reinos da cristandade, a Igreja passou a exercer um importante papel em diversos setores da vida social, convertendo a religião num tipo de relação entre Deus e os homens na qual ela era a única intermediária para a proteção divina sobre os reinos do Ocidente.

Esta concepção legitimava os *oratores* como únicos mediadores com o sagrado, daí decorrendo a defesa da supremacia do papado face aos imperadores e aos reis.¹⁴⁰

¹³⁶ SOUSA, Bernardo Vasconcelos e - *Medieval Portuguese Royal Chronicles. Topics in a Discourse of Identity and Power*. Pág. 3

¹³⁷ ALMEIDA, Simone Ferreira Gomes de – *A Concepção do Tempo na Cronística da Península Ibérica, Séculos XIII E XIV*. <http://legacy.unifacef.com.br> Pág. 6.

¹³⁸ MICHELAN, Kátia Brasilino, *Três Histórias de Afonso Henriques, Compilação, Reprodução e Reconstrução de uma trajetória e de uma Imagem*. Franca 2008. Pág. 45.

¹³⁹ A produção de crônicas em Portugal, no entanto, antecede a dinastia de Avis, sendo a *Crónica Geral de Espanha de 1344* a primeira amostra significativa em língua portuguesa desse tipo de registo historiográfico que chegou até nós. Cf. KRUS, Luís, “Crônica” ,in *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa. Caminho, 1993. Pag. 173

¹⁴⁰ GIANES, Bruno - *Fernão Lopes (C. 1380/90 -1459): Crônica e História em Portugal (Séc. XIV)* Niterói, 2009. Pág. 57.

Recorde-se, no entanto, que esta doutrina defendida ao longo da Idade Média pelos sectores afectos ao papa encontrou séria oposição por parte dos defensores da primazia do poder imperial (ou régio) , o que provocou inúmeros conflitos entre os detentores do poder temporal e os detentores do poder espiritual.¹⁴¹

Devido às precoces iniciativas de centralização do poder, características estas que são uma consequência das particularidades da Idade Média portuguesa, a cronística não deixará de registrar conflitos entre o rei e o clero, conflitos que surgiram desde o governo de D. Afonso Henriques e se estenderam durante a vigência da dinastia de Borgonha. Assim, a cronística medieval portuguesa não deixa de transmitir estes conflitos, dedicando-lhes uma atenção que em nada é inferior à dedicada aos demais aspectos da vida da monarquia.

Na interpretação de José Mattoso, o clero assemelhava-se aos senhores laicos, na medida em que não trabalhava a terra com suas mãos e também reivindicava de certa maneira um papel protetor sobre os seus dependentes, através da acção espiritual levada a cabo pela Igreja e do já referido papel de intermediação com o sagrado.¹⁴²

3.3.1 – ACORDOS E CONFLITOS

As relações entre os sete primeiros reis portugueses e a Igreja nunca foram totalmente harmoniosas. Apesar dos períodos de entendimentos, de maior proximidade dos monarcas junto dos bispos e consequentemente do papado, os conflitos surgidos foram registrados na Crônica em quantidade considerável. As divergências entre a realeza portuguesa e o papado se estenderam na área política, econômica e ideológica, tendo esta última vastas implicações no plano propriamente religioso, adoptando a definição segundo a qual “podemos definir o conceito de ideologia como um sistema de valores, idéias, crenças e símbolos que norteiam a conduta dos homens e, principalmente, dos grupos sociais.”¹⁴³. Tendo em vista que na Idade Média praticamente toda a representação das relações sociais se baseava em textos da teologia

¹⁴¹ ARNALDO, Girolando, “Igreja e Papado” in LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude - *Dicionário temático do Ocidente Medieval* (1999) Coordenador de tradução de Hilário Franco Júnior. Volume I - Bauru SP. EDUSC. 2002. Pág. 571.

¹⁴² MATTOSO, José - *Identificação de um País: Ensaio Sobre as Origens de Portugal: 1096-1325*. Volume I (Oposição). Lisboa: Editorial Estampa, 1995. Pág 192.

¹⁴³ THOMPSON, John B. – *Ideologia e Cultura Moderna*. Petrópolis, Editora Vozes, 1995. Pág. 203.

cristã¹⁴⁴, a Igreja pretendeu enformar os reinos cristãos segundo um código devocional e ético específico que valorizava o seu papel social e político.

No entanto, e de acordo com José Mattoso, na sociedade medieval coexistiam vários sistemas ideológicos concorrentes, que correspondiam a diferentes estratos socio-culturais. No caso português, a Igreja e a realeza possuíam diferentes concepções acerca da relação que deviam manter entre si. Os mosteiros e igrejas, mesmo desempenhando uma importante função de articuladores da ordem social, elaborando e coordenando símbolos, ritos, festas, formulações teóricas e reabsorvendo tensões, nunca deixaram de ser vistos, tanto pelo rei como pela nobreza senhorial, como detentores de poderes concorrentes¹⁴⁵. Este autor ainda nos diz que na origem das questões entre a Igreja e a realeza estava o fato de a primeira ser a grande inspiradora da idéia da unicidade do poder, atribuindo-o exclusivamente a Deus. A Igreja também inspirara os monarcas do Ocidente na sua maneira de governar, a partir do momento em que ela própria se organizou num sistema centralizado, e foi desenvolvendo ao longo dos séculos os meios necessários para fazer chegar todas as directrizes de Roma até a mais longínqua paróquia. Antes dos monarcas pensarem em reunir para si os mecanismos transmissores da sua autoridade e do seu poder, já a Igreja o fazia no seu campo de ação. Mas mesmo inspirando-se nesta eficaz organização e afirmando que a legitimidade da coroa adivinha da vontade de Deus, o rei não podia aceitar que a Igreja dispusesse no reino de poderes superiores aos seus; para os monarcas e para as doutrinas políticas que lhes eram afectas, o poder eclesiástico não poderia sobrepor-se ao poder temporal do soberano.¹⁴⁶

Nos períodos descritos na Crônica como sendo de harmonia e de convergência entre o rei e o clero, levando-se em consideração o contexto em que foi composta, percebemos a intenção de reconhecer no papado a tarefa histórica de mobilizar e legitimar os esforços da cristandade, principalmente contra o Islão, encarado como inimigo histórico. De facto, abundam na Crônica as referências a ações de papas e de bispos com o objetivo de pacificar e unir os reinos cristãos peninsulares, a fim de canalizar a sua força contra os infiéis; é isso que consta, por exemplo, da carta enviada pelo papa Inocêncio III, convocando D. Sancho I para a cruzada: “Ho quanto he muyto de doer a

¹⁴⁴ DUBY, Georges. *História Social e Ideologias das Sociedades*. In LE GOFF, Jaques e NORA, Pierre. *História Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, Pág. 21.

¹⁴⁵ MATTOSO, José - *Identificação de um País: Ensaio Sobre as Origens de Portugal: 1096-1325*. Volume I (Oposição). Lisboa: Editorial Estampa, 1995. Pág 204.

¹⁴⁶ Idem. Pág. 151

todos los fieys christãos que o lugar por Christo santificado he devasso pola presenca de seus arrenegadores!”¹⁴⁷.

Em contrapartida, tratando-se de dissídios, merece destaque o célebre episódio do Bisbo Negro. Desde logo, é importante salientar que a totalidade do episódio, desde a prisão da sua mãe por D. Afonso Henriques até a investidura do Bispo Negro, não consta de nenhuma fonte documental coeva, sendo toda a “estória”, segundo António José Saraiva, fruto da tradição jogralesca.¹⁴⁸ Ao analisarmos aquilo que está escrito na Crónica, procuraremos perceber os motivos que levaram a que este episódio fosse incluído no relato respeitante ao fundador da monarquia portuguesa.

O rei conquistador sempre procurou ter a legitimação da Santa Sé, sobretudo para obter o reconhecimento e respeito dos reis de Leão e Castela. No entanto, o papa não considerou de imediato D. Afonso Henriques como rei; mesmo depois de ter aceitado sua vassalagem, continuou oficialmente a atribuir-lhe apenas o título de *dux* (chefe, comandante), mesmo muitos anos após Afonso Henriques se intitular *rex*, a partir de 1139-1140. A cultura jogralesca, neste caso associada ao meio urbano de Coimbra de onde eram oriundos os cavaleiros que acompanhavam Afonso Henriques desde a sua vinda para a cidade do Mondego no início da década de trinta do século XII, produziu uma gesta que apresentava o primeiro monarca português como um intrépido chefe guerreiro, pouco dado a subtiliezas doutrinárias da Igreja e dos seus dignitários. A recusa de D. Afonso em libertar a mãe, presa desde a batalha de São Mamede, não podia deixar de ser uma afronta às autoridades eclesiásticas, indiferente, até, às ameaças directas de excomunhão.

A excomunhão era a arma mais poderosa de que dispunha o clero. Aplicada aos detentores do poder temporal, provocava violentas reacções da parte deste, pois a suspensão do ritual religioso e o afastamento da comunhão tocava profundamente nos fundamentos culturais e devocionais da sociedade medieval; no caso de ser aplicada a um rei, significava a imediata consideração da sua ilegitimidade junto dos súditos. Assim, a afronta de D. Afonso ao poder do papa, ao nomear um Bispo como forma de afirmação de poder, contrariava a imagem “concorrente” de um rei devoto e piedoso, cuja ação guerreira era posta ao serviço da religião, na luta contra os mouros, esses confessos inimigos da fé cristã. Tal contradição veio a requerer, por parte dos cronistas do século XVI que mantiveram o episódio nos relatos sobre o primeiro rei, uma forte

¹⁴⁷ CDP. Pág. 86.

¹⁴⁸ SARAIVA, António José. *A Épica Medieval Portuguesa*. Lisboa: Biblioteca Breve, 1991, p. 62.

argumentação para que sua imagem não saísse denegrada.¹⁴⁹ Tanto mais que a versão cinstante da Crônica de 1419 era crua e brutal. Perante o clérigo que diz “Senhor, nom som ordenado como bispo”, Afonso Henriques responde de modo agressivo: “Eu te ordeno como bispo, que me posas dizer. Ou t aparelhas como me diguas misa ou te cortarey a cabeça com esta espada.”¹⁵⁰

A atitude de D. Afonso, ao nomear por conta própria um bispo, ainda para mais “negro” – o que poderia significar que se tratava de um moçárabe - e ao recusar-se a atender um pedido do papa, era, para o cronista do século XVI, completamente condenável. Assim, Duarte Galvão sentiu a necessidade de justificar este episódio, lançando interpretações sobre da nomeação do Bispo Negro, procurando apresentá-la como lícita, como um “serviço de Deus” de sentido prospectivo, que profetizava a expansão ultramarina de Portugal a partir do século XV, já que ela como que anunciava a conversão religiosa como tarefa missionária do reino e o ingresso na fé cristã dos povos das mais variadas raças e cores,¹⁵¹ “no que com mujta rezam pode tambem emtrar este feito delRey dom Affonso, em fazer assi este Bispo, como fegura já emtam prenosticada do gramde mistério, que sso per mão de seus sobçessores nosso Senhor ao diante hordenaua, que as gemtes timtas das Ethiopias e Imdias, e outras terras nouamente per sua navegaçam e conquista achadas, vehessem emtrar e ser metidas na ffee de Christo.”¹⁵²

As relações de D. Sancho I com a Igreja também não se mantiveram no melhor entendimento, devido a firmeza assumida por este rei face aos privilégios e imunidades eclesiásticas. Porém, a Crônica nada nos diz a este respeito, mencionando-se apenas o episódio respeitante à anulação do casamento da filha do rei e à guerra daí decorrente com o reino de Leão.

Os primeiros reis portugueses não deixaram de questionar a autoridade de Roma quando esta prejudicava os seus interesses. A Crônica por vezes apresenta-nos os monarcas portugueses a retirarem força ao clero em determinações de âmbito político e jurídico. Ilustrativo desta atitude foi o estabelecimento do Beneplácito Régio, ainda no final do reinado de D. Afonso IV ou já no início do de D. Pedro I. Também no campo espiritual, a realeza começou a impor uma prática de questionamento da autoridade do

¹⁴⁹ MICHELAN, Kátia Brasilino, *Três Histórias de Afonso Henriques, Compilação, Reprodução e Reconstrução de uma trajetória e de uma Imagem*. Franca 2008 Pág. 93.

¹⁵⁰ CDP. Pág. 28.

¹⁵¹ REBELO, Luís de Sousa - *A Conceção de Poder em Fernão Lopes*, Lisboa, 1983. Pág. 187.

¹⁵² GALVÃO, Duarte - *A Crônica de El-Rei D. Afonso Henriques*. Imprensa Nacional, Casa da Moeda, Lisboa 1983. Pág. 82.

papa, o que surgia na Crônica pelas palavras de D. Afonso IV: “Ho papa não é Deos mas he seu vigayro. (...) ainda que eu nesto não obedeça ao papa, naõ serei porém deshobediente a Santa Igreja.”¹⁵³ Também com o intuito de fortalecer a autonomia do reino, os monarcas não aceitavam igualmente nenhuma autoridade de pretensões imperiais, tanto mais que “o rei era-o pela graça de Deus”¹⁵⁴, fórmula desde há muito tempo consagrada pelo uso, mas progressivamente sedimentada em função dos direitos da monarquia e da doutrina acerca da origem divina do poder régio.

Havia por parte da Igreja o intuito de arbitrar conflitos e guerras entre os reinos cristãos, através do envio de um delegado da Santa Sé a quem competia não demonstrar nenhum favoritismo para com qualquer uma das partes envolvidas. Encontramos iniciativas deste tipo um pouco por toda a cristandade e a Península Ibérica não constituiu excepção nas tentativas de mediação papal. Como afirma Oliveira Marques, “o Papa surgiu como medianeiro em vários acordos de paz com Castela, (...). Como árbitro de toda a Cristandade, o Sumo Pontífice intervinha, tanto solicitado como *motu proprio*, nas questões entre os Estados, esforçando-se sobretudo por congraçá-los, quando desavindos.”¹⁵⁵

A Igreja também cuidou de enviar delegados quando havia a necessidade de impedir casamentos nos quais os cônjuges possuissem um parentesco até ao quarto grau do cômputo canónico, como ocorreu com Afonso IX de Leão, casado com a infanta D. Teresa de Portugal. Conferindo ao casamento um carácter sacramental, o clero procurou também exercer influência sobre a população laica no âmbito matrimonial¹⁵⁶. Esta ação foi freqüentemente dirigida pelo papado, que via na instituição do casamento uma ocasião legítima para atuar, procurando intervir aberta ou veladamente no estabelecimento de alianças entre casas reais.

Desta forma, para além da carta do papa convocando D. Sancho I para auxiliar na reconquista de Jerusalém a Saladino, a Crônica também dá conta o envio de um representante papal para anular o casamento entre Afonso IX de Leão e a filha de D. Sancho:

“E entom enviou dom Guilherme, cleriguo de Avanjelho, cardeal de Santo Angero, por delegado a Espanha e especialmente a Portugal, o qual fez conselho em

¹⁵³ CDP. Pág. 264.

¹⁵⁴ Para um maior aprofundamento do tema ver: CAETANO, Marcelo: *História do Direito Português*, Vol. I. Lisboa, 1981. Pág. 295-304.

¹⁵⁵ MARQUES, Antonio H. de Oliveira - *História de Portugal*. Edições Ágora, Lisboa, 1972. Pág. 323.

¹⁵⁶ HEERS, Jacques- *História Medieval*. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1974. Pág.103.

Salamanca com os arcebispos e bispos e abades e priores do reino de Portugal e de Lyon, em os quaes pos amtreditos por rezão daquel casamento que asy era feyto, em guisa que não entravam as gemtes nas igrejas nem deziã missa em elas nem soteravam os mortos açerca delas. E durou esto hum ano e hum mes e tres dias ata que foram quites. Quando el-rey D. Afonso de Lyon foy partido desta dona Tareja, ffilha del-rey dom Sancho.”¹⁵⁷

Podemos constatar que a Crônica não faz qualquer tipo de menção à guerra que se sucedeu, com a invasão de Castela após a separação de D. Afonso IX e D. Teresa. Muito provavelmente o motivo desta omissão foi o fato de o rei português já possuir, antes mesmo do término do matrimônio, uma aliança com o rei castelhano D. Afonso VIII contra o monarca leonês¹⁵⁸. A resolução desta guerra chegaria, mais uma vez, através da mediação do Papa Inocêncio III.

A Igreja procurou alargar a sua jurisdição eclesiástica para além dos monges e clérigos, com a justificação de intervir em todos os delitos de natureza religiosa, estivessem eles na esfera clerical ou laica. O recrudescimento desta prática durante a Idade Média acarretou inúmeros conflitos por toda a cristandade, com o papado a opor-se às forças concorrentes da nobreza e da realeza, que estes pretendiam confinar os privilégios jurídicos da Igreja à sua esfera própria.¹⁵⁹ Para a defesa dos seus interesses e para fazer vencer a sua visão doutrinal sobre o ordenamento da sociedade, os clérigos procuraram tirar partido da sua presença junto dos monarcas, como “partícipes das múltiplas tarefas do governo e regimentos do reino, em nome de uma ajuda que é devida aos reis e que a Igreja não se cansa de advogar ou de teorizar.”¹⁶⁰

Numa época em que as jurisdições civil e eclesiástica nem sempre estavam ainda bem definidas, muitos dos privilégios eclesiásticos tinham o cunho de direitos senhoriais. Os choques com os senhores e com o próprio rei eram, assim, inevitáveis, prolongando-se alguns por décadas. E nem sempre os desentendimentos ocorridos entre a Igreja e a Realeza foram julgados em função de procedimentos do Direito Canônico, já que estes só começaram a ser aplicados de forma sistemática depois do *Decretum* de Graciano, a partir da segunda metade do século XII.¹⁶¹

¹⁵⁷ CDP. Pág. 101.

¹⁵⁸ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal, Estado Pátria e Nação (1080-1415)*, vol. I. Editoria Verbo, 1979. Pág. 111.

¹⁵⁹ BLOCH, Marc – *A sociedade Feudal*. Edições 70, Lisboa, 1998. Pág. 376.

¹⁶⁰ GOMES, Rita da Costa – *A corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*. Difel. Linda a Velha 1995. Pág. 121.

¹⁶¹ MATTOSO, José - *História de Portugal*, Vol. II, *A Monarquia Feudal*, Lisboa, Pág. 106.

Um grande defensor dos direitos reais e talvez o mais duro para com a Igreja foi D. Sancho II. Para este rei, um dos grandes problemas com as entidades religiosas era o interdito que Roma havia lançado durante o governo do seu pai e que ainda pesava sobre o reino. Esta sanção afetava a consciencia dos fiéis, que julgavam estar fora da proteção eclesiástica. Já no campo político e econômico, os conflitos continuaram quando o novo monarca decidiu pôr fim à acumulação de bens de raiz por parte da Igreja, num quadro de limitações que visava contrariar a riqueza e o poder eclesiásticos¹⁶².

Como já foi referido, de entre os sete reis da Crônica de 1419, D. Sancho II é aquele que é apresentado com uma conotação negativa, justamente devido a este caráter belicoso com a Igreja, o que acarretou a sua deposição pelo papa Inocêncio IV, sob a acusação de “*rex innutilis*”. Na carta enviada pelo papa ao rei, a reprovação das atitudes tomadas pelo monarca são mencionadas do início ao fim, como demonstra o trecho seguinte: “Com grande tristeza de nosa alma, aguora pelos brados de muitos, com forte dor o recontamos, qua tu de todo em todo, entremendo-te de fazer ho contrayro do que pertence a regimento de bõo Rey como senhor, e desprezando em todas as cousas, te trabalhas de pubricamente revelar contra elee, o que antre as graves cousas cometes de fazer contra ele, a sua muy santa Igreja, remida pelo sangue de Christo.”¹⁶³

Apesar da Crônica de 1419 não relate nada que ilustre esta má imagem de D. Sancho, a simples inclusão dos argumentos papais constitui um autêntico libelo acusatório que não se desprenderá da memória acerca do rei¹⁶⁴.

Embora a cronística geralmente costume atribuir a responsabilidade por situações de instabilidade política como estas às figuras de maus conselheiros, no caso de D. Sancho II não são dadas quaisquer explicações alheias ao monarca. Aqui, “são os contextos que revelam os exatos sentidos e dissipam o nevoeiro das ambiguidades.”¹⁶⁵. Neste caso a Crônica omitiu alguns fatores relevantes que fomentaram esta instabilidade generalizada com alguns senhores e principalmente com o clero, como poderão ter sido a interrupção da guerra contra o Islão - o que privou a nobrez aguerreira das vantagens daí advindas - como também omite o que terá sido a pressão do excedente demográfico que impossibilitou oferecer uma carreira aos fidalgos, fosse nos exércitos ou nas

¹⁶² ALMEIDA, Fortunado de – *História da Igreja em Portugal*, Vol. I Porto, 1971. Pág. 389

¹⁶³ CDP. Pág. 121.

¹⁶⁴ Sobre este monarca, veja-se Hermenegildo Fernandes, *D. Sancho II. Tragédia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.

¹⁶⁵ MATTOSO, José - *História de Portugal*, dir. por José Mattoso Vol. II, *A Monarquia Feudal*, Lisboa. Pág. 400.

instituições eclesiástico-militares, regulares ou seculares.¹⁶⁶ De fato, não apenas em Portugal, “os nobres cobravam dos reis ações militares que justificassem contínuas doações de bens e cargos, causavam agitação interna e criavam uma pressão insustentável dentro dos limites da cristandade.”¹⁶⁷

Em contrapartida, o mau governo de D. Sancho II possibilitou que os relatos sobre o reinado sublinhassem a importância que tinha um justo e correto exercício do poder real e quais eram as consequências de uma administração negligente. As memórias cronísticas da realeza de D. Sancho II serviriam principalmente como um discurso apologético e pedagógico para a geração principesca do século XV, procurando demonstrar as consequências das ações de um rei que fora vítima da sua ingenuidade e que, por isso, não tinha feito uma boa e justa condução do seu reino. Toda a crise que se estendeu desde D. Afonso, o Conquistador, até D. Afonso, o Bolonhês, envolvendo o alto clero e a realeza, só chegou ao fim durante o reinado de D. Dinis: “a própria Igreja viu também a necessidade de caminhar para uma cooperação com o poder real, que pusesse termo ao sofrimento dos fiéis pela falta de autoridade religiosa. Pode assim defender-se que D. Dinis saiu vitorioso dessa demorada crise com a Igreja, o que não sucedera com os seus antecessores”.¹⁶⁸

Apesar dos quarenta e quatro capítulos dedicados pela Crônica de 1419 a D. Dinis, apenas um remete para algum tipo de desentendimento entre a realeza e o clero, sob o título “Da carta que o papa a el-rey dom Denis em resposta do queixume que lh emviou fazer o infante”¹⁶⁹, mas que de fato não critica D. Dinis, tratado pelo papa como o “muito amado nosso filho dom Denis”, aconselhando-o, sim, sobre os conflitos ocorridos entre os seus filhos, o infante D. Afonso e o bastardo D. Afonso Sanches. Nem mesmo a manobra política levada a cabo pelo monarca por causa dos bens dos cavaleiros templários conduziu a algum tipo de contenda entre o clero e o rei, apesar de se escrever “que era por força de esta ordem ser desfeyta e os bens dela dados a outrem, e comesou-se loguo de dizer que o papa os queria dar e ajuntar em hua Ordem do Esprial”¹⁷⁰

¹⁶⁶ SILVÉRIO, Carla Serapicos - *A Representação da Realeza na Cronística Medieval Portuguesa*. A Dinastia de Borgonha. Edições Colibri, Lisboa. 2004. Pág. 97

¹⁶⁷ FERNANDES, Fátima Regina – “Cruzadas na Idade Media”, in *História das Guerras*. São Paulo. Editora Contexto, 2008. Pág. 100.

¹⁶⁸ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal, Estado Pátria e Nação (1080-1415)*, vol. I. Editoria Verbo, 1979. Pág. 250

¹⁶⁹ CDP. Pág. 250.

¹⁷⁰ Idem. Pág. 188.

A Crônica apresenta u,a imagem muito positiva dos cinquenta e seis anos do reinado do rei lavrador, legislador e punidor das desordens públicas que, para além do bom relacionamento com a Igreja, obteve a ilustre reputação de rei sábio e justo, graças também ao desempenho arbitral e diplomático que teve perante os outros reinos ibéricos, bem como o estímulo que dispensou à cultura e ao ensino, como meios de melhorar a situação do reino. Isso mesmo é sublinhado, quando se diz “E mandou ele entam vir doutra terra, a su custa, grandes mestres e doutores de toda çiencia pera ensynar em seu regno quantos quijessem aprender, e ordenou mui nobre estudo na cidade de Coimbra e deu-lhe grandes privilegios. E este ffoy ho preimeiro estudo que em Portugal houve.”¹⁷¹ Levando-se em consideração os múltiplos conflitos existentes entre os sete primeiros reis da Crônica e a Igreja, D. Dinis é aquele que aí surge como o que melhor representou os “acordos” entre a realeza e a instituição eclesiástica.

Este tema das relações dos monarcas com a Igreja revestia-se naturalmente de grande melindre. A Crônica apresenta as recomendações e as reprovações eclesiásticas sobre a acção governativa dos reis portugueses como uma forma de reivindicar aquilo que correspondia à vontade pontifícia e que corresponderia à vontade divina. Por seu turno, a realeza via nestas interferências e nas punições canónicas uma tentativa de fortalecimento do poder clerical e, conseqüentemente, uma ameaça à autoridade da coroa. Esta diferença de perspectivas e de projectos por parte destes dois poderes concorrentes, esteve na base dos inúmeros conflitos que a Crônica não pôde ignorar.

3.3.2 – *ESPÍRITO DE CRUZADA.*

A civilização islâmica interagiu durante séculos com o Ocidente cristão com especial incidência na Península Ibérica. Deste contato resultaram marcas significativas na sociedade portuguesa, tanto na cultura e até na língua, como também em técnicas e práticas de produção de vária ordem. Além de períodos de relativa convivência, houve também outros de aceso antagonismo entre as duas civilizações, o que se exprimiu em fases de lutas que variavam entre os sistemas de *razzias* periódicas, onde cada adversário mantinha a sua posição e procurava explorar o outro sem o destruir definitivamente. Mas quando sobressaía a intransigência da ideologia cristã revelava-se o espírito de Crizada, que defendia a destruição total dos inimigos da fé, o morticínio

¹⁷¹ Idem. Pág. 183.

completo dos infiéis, incluindo velhos, mulheres ou crianças. Na Crônica, tal postura pode ser observada, por exemplo, nos supracitados relatos das tomadas de Santarém e de Beja, esta última ainda poeticamente enaltecida nos versos de Camões:

Já na cidade Beja vai tomar
Vingança de Trancoso destruída
Afonso, que não sabe sossegar
Por estender co'a fama a curta vida.
Não se lhe pode sustentar
A cidade; mas, sendo já rendida,
Em tôda a cousa viva a gente irada
Provando os fios vai da dura espada.¹⁷²

A formulação ideológica do extermínio dos mouros não foi corrente no reino português até ao reinado de D. Afonso III, que apesar de uma clara exortação ao espírito de Cruzada detectável no seu reinado, ainda “procurou manter as estruturas produtivas das cidades algarvias apropriando-se delas em favor do financiamento da Coroa”¹⁷³. Para os reis, a guerra era uma excelente fonte de receita. Além de proporcionar uma oportunidade de obter prestígio crescente através das conquistas militares, a guerra permitia remunerar o corpo administrativo e a nobreza guerreira através dos espólios alcançados, e ainda tornava possível o controlo de grandes centros produtores nas cidades dominadas.¹⁷⁴

A ideia de retomar os territórios cristãos peninsulares aos muçulmanos ganhou um maior alento com Inocêncio III, quando este tema foi discutido no IV Concílio de Latrão, em 1215, fortalecendo-se novamente a partir daí o espírito de cruzada.¹⁷⁵ A palavra *crucesignati* só começou a ser utilizada um século após o concílio de Clermont pelos cronistas contemporâneos e apenas no final do século XIII encontramos nas bulas papais expressões como *bellum sacrum*, *passagium generale*, *expedito crucis* e *peregrinatio*, aplicadas ao combate contra o Islão.¹⁷⁶

¹⁷² CAMÕES, Luís de – *Os Lusíadas*. Comentados por Francisco da Silvera Bueno. Edições de Ouro. Tecnoprint Gráfica. Rio de Janeiro 1965. Pág. 278

¹⁷³ MATTOSO, José - *Identificação de um País: Ensaio Sobre as Origens de Portugal: 1096-1325*. Volume I (Oposição). Lisboa: Editorial Estampa, 1995. Pág. 330.

¹⁷⁴ MATTOSO, José - *Ricos Homens, Infâncias e Cavaleiros. A Nobreza Medieval Portuguesa nos Séculos XI e XII*, Lisboa, Guimarães Editores, 1998. Pág. 196.

¹⁷⁵ COSTA, Ricardo da – *A Guerra na Idade Média, Um Estudo da Mentalidade de Cruzada na Península Ibérica*. Edições Paratodos, Rio de Janeiro, 1998. Pág. 74.

¹⁷⁶ LÓPEZ, Ana Rodríguez. *La Consolidación Territorial de La Monarquía Feudal Castellana-Expansión y Fronteras Durante El Reinado de Fernando II*. Madrid. Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1994. Pág. 17.

A guerra medieval contra os mouros na Península pode ser dividida em duas fases. Num primeiro momento, que se inicia com a chegada dos muçulmanos no século VIII e se estende até ao início do século XI, os territórios cristãos ibéricos guerreavam contra os muçulmanos de três formas: ataques de ocupação fronteiriços, guerra praticada pelos concelhos da fronteira e guerras conduzidas por líderes militares. Em nenhum destes três tipos existiu uma perspectiva religiosa, um espírito de Cruzada, ideologia esta que se estabelece apenas nos séculos seguintes e que nesta segunda fase, para além da motivação religiosa, também foi impulsionada pelo objectivo de alargamento das fronteiras cristãs.¹⁷⁷

A nova concepção do mundo que se ia moldando manifestou-se principalmente na literatura, deixando o seu cunho impresso nas mais diversas esferas da atividade dos portugueses e já no século XV, no âmbito da expansão ultramarina¹⁷⁸. Em se tratando da Crônica de 1419, elaborada neste período e levando em consideração que estas incursões ultramarinas se deram inicialmente em territórios africanos de civilização muçulmana, o discurso por ela adotado é de uma clara apologia da fé cristã na luta contra o infiel, “para quem o alargamento da Cristandade a territórios africanos e ao longínquo Oriente fazia parte de um processo iniciado pelos primeiros reis portugueses, no quadro de uma bem assumida concepção providencialista do destino luso.”¹⁷⁹. Importa, pois, ter em conta o contexto histórico-cultural em que a Crônica foi produzida, bem como a política portuguesa, neste início do século XV, já que está envolvida numa evidente evocação do espírito de Cruzada.

A cristandade nunca aceitou a perda definitiva da Terra Santa, tanto por razões religiosas como econômicas. O rei português D. João I, visando estes dois aspectos, procurou neste início de expansão ultramarina conseguir a conquista do Norte da África que, pelos menos em teoria, contemplava aqueles dois vestores, como podemos constatar nos trechos acerca da cidade de Ceuta contidos em duas diferentes fontes da época:

“As bestas carregadas dos panos da seda que nos vinham da cidade de Damasco ou as casas cheias de pedras preciosas dos da comunidade de Veneza, ou os grandes

¹⁷⁷ COSTA, Ricardo da – *A Guerra na Idade Média, Um Estudo da Mentalidade de Cruzada na Península Ibérica*. Edições Paratodos, Rio de Janeiro, 1998. Pág. 96.

¹⁷⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de – *Raízes do Brasil*. Companhia das Letras. São Paulo. 2011. Pág. 116.

¹⁷⁹ SILVÉRIO, Carla Serapicos - *A Representação da Realeza na Cronística Medieval Portuguesa*. A Dinastia de Borgonha. Edições Colibri, Lisboa. 2004. Pág. 85

sacos da especiaria, que nos vinham dos desertos da Líbia e que riquezas poderíamos nós nomear, que nós cada dia não achássemos ante as portas de nossas”¹⁸⁰

e

“soubemos que o nosso muito prezado filho em Cristo, D. João, ilustre rei de Portugal, ardendo em zelo de propagação da fé cristã, resolveu empregar o poderio que pelo Sumo Rei lhe foi dado na exaltação do seu glorioso nome e no extermínios de seus inimigos. E, organizado um exército de soldados cristãos para combater os sarracenos e outros infiéis que, nas terras de África e convizinhas, afligim os cristãos com repetidos assaltos, cativeiros e morticínios, partiu para os territórios e lugares que eles retinham em seu poder, e arrancou valorosamente da sua intolerável opressão o lugar de Ceuta, que eles de há longos tempos atrás, haviam ocupado, restituído-o ao suavíssimo jugo da fé cristã.”¹⁸¹

Evidentemente, estas considerações sobre a conquista de Ceuta não nos remetem para uma visão ampla da realidade histórica que foram os longos oito século de reconquista na Península Ibérica, que só irá findar em 1492, além de a Crônica omitir os constantes e complexos jogos de alianças mútuas que fizeram parte das relações políticas entre os reinos cristãos de Portugal, Castela e Leão ou Aragão com os reinos mouros da Península, precisamente num época em que estes traçavam ainda ou consolidavam as suas fronteiras¹⁸².

A Crônica remete-nos, sim, para o que apresenta como justas e honrosas atividades militares que no contexto da reconquista faziam parte de um ciclo ainda vigente em 1419, servindo como um dos principais argumentos ideológicos para enaltecer a dinastia fundadora do reino,¹⁸³ bem como para fortalecer o poder político dos soberanos da nova dinastia portuguesa, que procuravam, através deste espírito de cruzada contido na Crônica, demonstrar a legitimidade da sua coroa como titulares da monarquia portuguesa. Por isso se pode afirmar “what must be stressed is that the Crónica de 1419 is not a chronicle of Christianity, nor a chronicle of Spain but rather a chronicle of Portugal.”¹⁸⁴ Foi principalmente através dos incentivos dos príncipes de Avis que se organizou pela primeira vez uma atividade literária relativamente regular

¹⁸⁰ ZURARA, Crónica da Tomada de Ceuta, cap XIV, in *História de Portugal*. Vol. I Edições Ágora, Lisboa, 1972. Pág. 234.

¹⁸¹ Bula *Sane charissimus*, 1418, citada por A. H.de Oliveira Marques, in *História de Portugal*. Vol. I Edições Ágora, Lisboa, 1972. Pág. 236.

¹⁸² FERNANDES, Fátima Regina – Cruzadas na Idade Media in *História das Guerras* São Paulo. Editora contexto, 2008. Pág. 100.

¹⁸³ MATTOSO, José – “A realza de Afonso Henriques”, *Fragmentos de uma Composição Medieval*, Lisboa, 1993, Pág. 219

¹⁸⁴ SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – *Medieval Portuguese Royal Chronicles. Topics in a Discourse of Identity and Power.* Pág. 3

em Portugal, acompanhada da implantação de uma ideologia que rendesse vantagens no futuro,¹⁸⁵ sendo a conquista dos territórios africanos uma extensão da Reconquista, pois “a conquista de Ceuta se considerara uma consequência da vitória do Salado e que esta teria tido na batalha de Ourique o seu primeiro e mítico fundamento.”¹⁸⁶

A própria batalha de Ourique surge na Crônica como um relevante marco deste espírito de Cruzada, agora reforçado depois da ida a Ceuta. Os valores do presente, o reatar da luta contra os muçulmanos, agora no Norte de África, reavivava e retroprojetava o ideal cruzadístico.

Para Oliveira Marques, o próprio contexto da formação do reino português já poderia ser enquadrado num âmbito mais vasto das cruzadas contra o infiel; pois não é verdade que Portugal se foi dilatando à custa da expulsão dos muçulmanos de um território que outrora fora cristão? Ainda segundo este autor, para que uma ação militar pudesse ser definida como cruzada bastava ela possuir alguns de entre vários aspectos e visar outros com diferentes fins: “defendia a Cristandade contra possíveis ataques por não cristãos; atacava o “infiel” com o objetivo de o aniquilar e impedir que espalhasse o “erro” entre outros; obtinha para os Cristãos bases econômicas que serviam a prosperidade de todo o mundo Cristão; salvava as almas dos descrentes. Guerra aberta, traição, pirataria, pilhagem, escravatização, tudo podia ser considerado elemento de cruzada e justificado como tal.”¹⁸⁷

Como já foi referido, as relações de guerra entre os reis cristãos e os mouros visavam também objectivos políticos e económicos que não são explicitados na Crônica. Para que os combates fossem enquadrados no espírito de Cruzada eles basicamente necessitavam de pôr em evidência o fervor religioso da luta em nome de Deus e a vontade de libertar os cristãos e de impor a sua fé sobre todos aqueles que não vivessem sob os desígnios de Bíblia, “para combater os sarracenos, para libertar os cristãos oprimidos pela sua “tirania” e para libertar as igrejas e os lugares santos.”¹⁸⁸; assim na Crônica, “a luta contra os mouros obedecia no espírito régio a um pensamento

¹⁸⁵ AMADO, Teresa. Os gêneros e o trabalho textual. In: RIBEIRO, C. A.; MADUREIRA, M. (coord.) *O Gênero do Texto Medieval*. Lisboa: Edições Cosmos, 1997. Pág. 13.

¹⁸⁶ SILVÉRIO, Carla Serapicos - *A Representação da Realidade na Cronística Medieval Portuguesa*. A Dinastia de Borgonha. Edições Colibri, Lisboa. 2004. Pág. 85

¹⁸⁷ MARQUES, Antonio H. de Oliveira - *História de Portugal*. Edições Ágora, Lisboa, 1972. Vol. I Pág. 235.

¹⁸⁸ FLORI, Jean, “Jerusalém e Cruzada” LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude - *Dicionário temático do Ocidente Medieval* (1999) Coordenador de tradução de Hilário Franco Júnior. – Volume II- Bauru SP. EDUSC. 2002. Pág. 19.

de cruzada”¹⁸⁹, como pode ser corroborado pelos relatos cronísticos da batalha de Ourique, nomeadamente nas seguintes passagens:

“vos ajudarey contra estas gemtes imiguas da fee”(…).“o Senhor Jhesu Christo, pela fee do qual nos somos prestes pera espargir nosso sangue, ele nos ajudará contra eles e os dará em nosas mãos”¹⁹⁰

O Papado esforçava-se para enpenhar todas as forças da Cristandade no combate contra os muçulmanos, através de um esforço de guerra que na Península ficou consagrado como “Reconquista”, fosse na Terra Santa, através das Cruzadas propriamente ditas. Observamos nos relatos da Crônica, no diálogo entre D. Afonso Henriques e um eremita na véspera da batalha de Ourique, uma clara intenção de demonstrar a presença da Igreja, mesmo que através de um ermitão. Para além da aparição de Cristo crucificado, a bênção deste eclesiástico confere a esta refrega um significado especial, muito para além dos inúmeros choques entre cristãos e muçulmanos descritos na Crônica. Aqui, as tropas portuguesas ganham um cariz cruzadístico a partir do momento em que se confia a esta cavalaria uma missão ao serviço de Deus¹⁹¹ e se torna patente que é a própria divindade que intervém para garantir a vitória de Afonso Henriques: “Princepe dom Afonso, Deos te envya dizer per mym que, porque tu ás grande vontade de o servir, que por esto sejas esforçado, qua ele te fara de menhã vencer rey Ismar e todolos seus grandes poderes”¹⁹². Também vale a pena ressaltar que o simples fato da escolha de um eremita como porta-voz de Deus provavelmente não fora um mero acaso, já que nas palavras de Jacques Le Goff: “eremitas são modelos e guias espirituais. São personagens significativas nas canções de gesta.”¹⁹³

Para finalizar esta abordagem que a Crônica faz à batalha de Ourique importa ainda dizer que, apesar da grande relevância atribuída ao combate, não deixam de ser notórias várias questões que acentuam o carácter lendário do relato. Desde logo, não se esclarece o local exato da refrega e a suposta intervenção divina é uma clara evocação a

¹⁸⁹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal, Estado Pátria e Nação (1080-1415)*, vol. I. Editoria Verbo, 1979. Pág 92.

¹⁹⁰ CDP. Pág. 23.

¹⁹¹ FLORI, Jean, “Cavalaria” in LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude - *Dicionário temático do Ocidente Medieval* (1999) Coordenador de tradução de Hilário Franco Júnior. Volume I – Bauru SP. EDUSC. 2002. Pág. 194.

¹⁹² CDP. Pág 20.

¹⁹³ LE GOFF, Jacques - *A Civilização do Ocidente Medieval*. Vol II, Editorial Estampa Lisboa, 1983. Pág. 290.

Batânia de Ponte Milvia, na qual, segundo a tradição, Cristo teria aparecido ao imperador Constantino. A batalha de Ourique surge, assim, como o episódio central de legitimação da ascensão de D. Afonso Henriques a rei e da independência de Portugal. Independentemente das lacunas que permanecem acerca do conhecimento exacto da batalha de Ourique, lacunas essas que vão desde o lugar em que se terá travado a batalha, até à sua dimensão real, passando pela composição dos exércitos com os quais Afonso Henriques travou o combate, a verdade é que Ourique ganhou uma imensa importância simbólica na memória régia sobre a formação de Portugal e da sua monarquia. Isso mesmo se pode ver em várias passagens da Crónica, em que se valoriza a bravura dos portugueses face ao número superior dos seus inimigos, como, por exemplo, quando se diz: “Senhor, vós vedes quanta gente he aque com el-Rey Ismar, e esto nom he razom de tão poucos como nós somos pelejarmos com tantos”¹⁹⁴.

O Portugal de meados do século XII era praticamente metade do que é hoje, já que somente depois de Ourique e ainda no reinado de D. Afonso I foram conquistadas Santarém, Lisboa e Évora, o que aumentou significativamente o território português. Neste contexto, uma guerra conduzida fora de suas fronteiras, uma “guerra externa”, visava a conquista de novas terras e de cidades até aí submetidas ao Islão. O discurso da Igreja legitimava assim o uso das armas e da conquista, ou melhor, reconquista de um território outrora cristão. As aspirações económicas desta parcela da Cristandade encontravam nesta reconquista uma forma de satisfazer as necessidades de abastecimento e de incorporação de terra e rendimento; a acção militar e conquistadora era legitimada na Crónica pelo espírito da Guerra Santa cristã contra o infiel muçulmano, num “projecto” encabeçado pelo rei¹⁹⁵.

D. Afonso Henriques e D. Sancho I¹⁹⁶, nomeadamente, são considerados como os mais cristãos dos reis, vistos também como os mais implacáveis na luta contra os infiéis. Ainda infante, D. Sancho surge na Crónica na qualidade de chefe guerreiro, no comando das tropas portuguesas contra os mouros, por exemplo no ataque a Sevilha (“Como o infante dom Sancho falou aos seus antes que chegasse a Sevilha, e como os mouros sayrom a ele e da batalha que com eles ouve e como os venceo”) ou em Beja (“Como os mouros çercarom Beja e como o infante dom Sancho veyo sobre eles e da

¹⁹⁴ CDP. Pág. 19.

¹⁹⁵ FERNANDES, Fátima Regina – Cruzadas na Idade Média in *História das Guerras* São Paulo. Editora contexto, 2008. Pág. 109.

¹⁹⁶ Sobre D. Sancho I, ver BRANCO, Maria João Violante – *D. Sancho I. O Filho do Fundador*, Lisboa. Círculo de Leitores, 2006.

batalha que como ele ouve e os desbaratou”¹⁹⁷). Reforça-se principalmente, através do primeiro e do segundo monarca, a matriz bélico-militar da realeza fundadora do reino e “atribui-se a ambos soberanos, pai e filho, uma espécie de herança genética, sendo os dois apresentados como detentores de vitoriosos carismas guerreiros.”¹⁹⁸

Estas conquistas alcançadas saldavam-se também por resultados políticos e religiosos extremamente positivos, ou seja agradavam à realeza e à nobreza, bem como ao clero e ao Papado, na medida em que forneciam novas terras aos primeiros e libertavam os cristãos do jugo muçulmano, sobretudo quando se viveram períodos mais difíceis, como os das “invasões almorávidas e almóadas, gente fanática intolerante e grosseira, vinda dos confins de Marrocos pesaram duramente na maneira de viver dos cristãos, a quem não respeitavam nem a fé nem os usos.”¹⁹⁹. Daí que as novas conquistas portuguesas fossem apoiadas e incentivadas pelos diversos estratos sociais e pelas populações cristãs submetidas aos mouros.²⁰⁰

No caso da importantíssima batalha das Navas de Tolosa, em 1212, a presença desta na Crônica é praticamente nula, muito provavelmente pela ausência do rei D. Afonso II no campo de batalha. Como pode ser verificado no pequeno trecho da Crônica que fala dela, podemos perceber que o protagonismo da vitória recai sobre D. Afonso VIII (“dom Afonso de Castela, o que venceu a batalha alem do porto do Muradal, açerqua do castelo que chamom as Noves”²⁰¹), omitindo assim a formação de uma coligação cristã, o espírito de reconquista e a participação portuguesa, como menciona Alexandre Herculano: “Foi neste ambiente de cruzada que várias forças se reuniram em Toledo, com a presença de Sancho de Navarra, Pedro de Aragão e de outros chefes militares franceses e Italianos. Esteve ausente o rei português, porque a doença não lhe permitia comandar suas forças(...) O que não impediu o nosso exército de participar na batalha ocorrida em Navas de Tolosa a 16 de Julho de 1212, onde a acção lusa foi valorosa para a derrota dos Mouros.”²⁰² É, no entanto, possível que D. Afonso II não tenha ido para a batalha para não deixar o reino desguarnecido da sua autoridade, em virtude dos desentendimentos pelos quais passava com as irmãs.

¹⁹⁷ CDP. Pág. 69, 73.

¹⁹⁸ SILVÉRIO, Carla Serapicos - *A Representação da Realeza na Cronística Medieval Portuguesa. A Dinastia de Borgonha*. Edições Colibri, Lisboa. 2004. Pág. 89.

¹⁹⁹ Formação de Portugal. <http://cvc.instituto-camoes.pt> Pág. 36

²⁰⁰ DINIS, A. J. Dias – *Antecedentes da Expansão Ultramarina Portuguesa*. Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, Pág. 100.

²⁰¹ CDP. Pág. 104.

²⁰² HERCULANO Alexandre, *História de Portugal*, t. II Pág 159.

Mas se a Crônica pouco refere sobre as Navas de Tolosa e a vitória castelhana, em compensação dá grande notoriedade à conquista portuguesa de Alcácer do Sal. Aqui ganha destaque um forte apelo ao espírito de Cruzada, que se intensifica ainda mais devido à participação de uma frota de germanos e flamengos que ia a caminho da Palestina, e principalmente pelo eloquente discurso do bispo do Porto para convencer estes cruzados a lutar ao lado das tropas portuguesas, discurso este que está repleto de exortações de carácter religioso e espiritual:²⁰³

“Ouvyndo esto, as nações dos alemães e farmenguos e outras gemtes da parte do aguião ajuntaram-se todos em grão frota, çento e cinco naos, (...) Vos vedes bem quento vos he o tam aguora contrario e nam podês hyr tam çedo hu vós desejais e esto sabê vós dos vossos marinheyros e dizer-vo-am que he asy. E porque aquy á hum castelo que chamom alcaçere, de que esta terra recebe muyto dano, e se vos, irmãos, aprouver nos ajudardes a destroyr, sem duvida deos vos dara per tempo bõ galarção e porem sede regidos per syso e não por vontade na cousas que comprem a vosa salvação que vergonhosa cousa he dizer que tendes bõ desejo e não o pordes em obra. Enquanto vos hy o tempo dá lugar fazê hum bõ feyto, que Satanas nom vos ache ouçiosos, porque a oçiosidade he materia de todollos pecados e sepultura de homem vivo, e corompe os bõs costumes e bom preposyto. E, pois vós sois servidores da Cruz, sede inimigos aos inimigos dela e aquy seja a vosa mão forte e servisosa a Deos e nós sermos vossos companheyros pera Alcaçer se tomado, dando-nos vosa frota em ajuda a muita gente per terra”²⁰⁴.

Percebe-se neste trecho, para além do discurso religioso, um forte apelo à existência de uma grande comunidade trans-européia e cristã, particularmente identificada com uma ideologia de vida cavaleiresca exemplar e pronta a prestar solidariedade à missão de Cruzada que tinham todos os reinos.²⁰⁵

Para Jacques Le Goff, a reconquista ibérica já se revela num ambiente de guerra religiosa desde o século XI, sendo ela a precursora e preparadora do caminho das realidades militares e espirituais das Cruzadas do Oriente,²⁰⁶ o que pode ser comprovado com a negativa do Papa em permitir que os cruzados com destino à Terra Santa permanecessem em Portugal para auxiliarem na reconstrução de Alcácer do Sal,

²⁰³ BASTOS, Artur de Magalhães - *Cronica de D. Sancho I e D. Afonso II*. Biblioteca Histórica. Livraria e Civilização. 1945. Pág. 15

²⁰⁴ CDP. Pág. 107.

²⁰⁵ BARROS, José D'Assunção – *Realeza, Solidariedade Nobiliárquica e Imaginário Cavaleiresco na Idade Média Portuguesa (Séc. XIII-XIV)*. Revista Ciências Humanas – Universidade de Taubaté (Unitau) – Brasil – VOL. 1, N. 1, 2009. Pág. 11

²⁰⁶ LE GOFF, Jacques *A Civilização do Ocidente Medieval*, vol I., Lisboa, 1983. Pág. 96.

pois “o restauro da fortaleza era atribuição do cruzados peninsulares.”²⁰⁷ Alcácer do Sal tornar-se-á definitivamente cristã após dois meses e meio de um acirrado cerco, que novamente, devido à ausência de D. Afonso II, a Crônica acabou por não lhe atribuir nenhuma notoriedade neste extenso relato, onde se verifica a referência à coligação de cruzados nórdicos e ibéricos como “*christãos*” e nenhuma menção ao rei. Logo no início do seu reinado a Crônica diz: “e nom achamos do tempo de seu reynado cousas que de contar sejam, salvo que em alguns livros é esprito que este rey ganhou Alcáçer aos mouros e nom mais nem faz deloo mençom”²⁰⁸.

No que respeita ao reinado de D. Dinis, merece destaque a questão dos Templários, quando o papa Clemente V determinou a dissolução da ordem em todos os reinos da cristandade em 1311. O monarca português não alinhou na condenação do Templo e pode-se mesmo pensar que foi sem problemas que alguns cavaleiros ingressaram na nova Ordem de Cristo criada por Dom Dinis. Na Crônica, para além da forte presença dos templários, também há expressivos relatos sobre a Ordem do Hospital e a de Santiago. Apesar de a reconquista portuguesa ter já terminado no início do reinado de Afonso III, em 1249, não deixa de ser revelador do peso e da importância das ordens religioso-militares o destaque que continuam a ter em relatos do reinado de D. Dinis, tanto mais que este jamais possuíra um cariz de rei guerreiro, que estivesse sempre presente nos campos de batalha, como sucedia ou, pelo menos, se sugeria, relativamente aos dois primeiros monarcas portugueses. O fim da reconquista como que faz desaparecer o relato de batalhas contra os mouros e, com isso, desaparece também o espírito de cruzada, pois “a imagem do rei como chefe militar se apresenta particularmente centrada nas guerras de reconquista”²⁰⁹.

A imagem de D. Dinis nesta guerra, do ponto de vista histórico, desenrolou-se majoritariamente num cenário relativamente novo para o contexto bélico português, o mar. Como escreveu Oliveira Marques, “a guerra com Granada, de âmbito geral peninsular, pode compreender-se pelo prolongamento das lutas da Reconquista e pela afirmação do poder real português. Todo o reinado de D. Dinis foi, aliás, marcado pelos ataques de navios muçulmanos à costa portuguesa e pela defesa e retaliação consequentes. Atacar Granada ou participar no seu ataque era, portanto, contribuir para

²⁰⁷ VELOSO, Maria Teresa Nobre – *D. Afonso II, o Gordo*. Academia Portuguesa de História. Lisboa, 2009. Pág. 88; para uma visão mais ampla sobre este monarca, veja-se VILAR, Hermínia Vasconcelos – *D. Afonso II. Um Rei sem Tempo*, Lisboa. Círculo de Leitores, 2005.

²⁰⁸ CDP. Pág. 106.

²⁰⁹ SILVÉRIO, Carla Serapicos - *A Representação da Realidade na Cronística Medieval Portuguesa*. A Dinastia de Borgonha. Edições Colibri, Lisboa. 2004. Pág. 90.

a defesa nacional, já que aquele reino constituía uma importante base de corsários e piratas contra as costas cristãs.”²¹⁰

A incipiente organização da marinha de guerra e a frequência de conflitos marítimos contra os sarracenos na história portuguesa talvez tenha sido o motivo que fez com que a Crônica abordasse o reinado de D. Dinis mais pelos seus sucessos políticos e diplomáticos, pelas suas relações com o reino de Castela e pelos seus conflitos internos, e não por o que seria um “espírito cruzado naval” de Reconquista.

Para Joaquim Veríssimo Serrão foi justamente durante o reinado de D. Dinis que este espírito de Cruzada teve sua fase mais branda:

“São reduzidos os testemunhos de prova para além da vontade expressa do monarca em impor essa luta. (...) Se o ideal de cruzada permaneceu no Reino, não foi no tempo de D. Dinis que ele se traduziu (...). No seu testamento D. Dinis deixou 3.000 libras para um cavaleiro que fosse em cruzada por dois anos à “terra Santa Dultramar”, mas o espírito deste legado pode considerar-se demasiado restrito. (...) A preparação de galés contra esquadras inimigas que passavam ao largo da costa portuguesa não constituiu uma cruzada ofensiva”²¹¹.

De qualquer modo e de uma maneira geral, a Crônica não perde de vista uma representação da guerra de reconquista que teria estado sempre presente entre a realeza e a nobreza portuguesas, desde o reinado de D. Afonso Henriques até a Batalha do Salado, no tempo de D. Afonso IV. Assim, “não se nega o ambiente de fervor religioso que antecedeu a batalha do Salado e se coaduna com o espírito da época e as circunstâncias do momento.”²¹², uma vez que o processo de reconquista tinha conferido um caráter sagrado às práticas guerreiras de combate aos mouros. A batalha do Salado pode ser considerada como um ponto culminante do espírito de Cruzada e de guerra santa, com a invasão marroquina de 1340 e a coligação entre os exércitos merínidas e do reino de Granada a suscitar a união entre reis cristãos peninsulares, correspondendo, aliás, à intervenção papal para uma defesa comum contra os invasores muçulmanos²¹³. O rei português que participou pessoalmente na batalha do Salado, D. Afonso IV, construirá a memória dos seus feitos dando destaque a esta presença e à vitória alcançada, já que o monarca deveria ser o “guia por excelência de la lucha contra el

²¹⁰ *Nova História de Portugal*, dir. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques vol. IV – *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, Lisboa, Presença, 1987, Pág. 494.

²¹¹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal, Estado Pátria e Nação (1080-1415)*, vol. I. Editoria Verbo, 1979. Pág 258.

²¹² Idem Pág. 269.

²¹³ COSTA, Ricardo da – *A Guerra na Idade Média, Um Estudo da Mentalidade de Cruzada na Península Ibérica*. Edições Paratodos, Rio de Janeiro, 1998. Pág. 214.

infiel.”²¹⁴. Porém, mesmo sendo esta batalha considerada como o maior expoente da representação do Espírito de Cruzada português, ela não é relatada na Crônica de 1419. Será só com Rui de Pina, já no século XVI, que será redigida uma extensa descrição do Salado, incluída na chamada Crônica dos Sete Primeiros Reis de Portugal.

Importa acrescentar que o rei D. Afonso IV recebe um considerável tratamento pela participação nesta Batalha, na obra que terá servido de base para a Crônica de 1419, a Crônica Geral de Espanha de 1344. A redação inicial desta versão, escrita pelo conde D. Pedro, meio irmão bastardo de Afonso IV, chegou até o século XV, fazendo-nos “supor uma circulação suficientemente ampla para que tenha sido conhecida e traduzida em Castela, ao mesmo tempo que pelo menos uma cópia, permanecendo em Portugal, pôde ser aproveitada pelo infante que em 1419 fez ou mandou fazer a primeira crônica de alguma envergadura exclusivamente dedicada a história do reino.”²¹⁵ Esta fora elaborada justamente logo após a vitória do Salado e retrata muito bem a ajuda que o monarca português prestou a Afonso XI de Castela contra os mouros²¹⁶, como consta de uma passagem na Cronica de Afonso IV, escrita por Rui de Pina, quando este rei se teria dirigido ao monarca castelhano:

“ElRey de Portugal com rosto alegre descarregado, escuzando-se de todo, lhe disse, que quando de seus Reynos viera em sua ajuda, por viçao de Deos, & por sua honra, & por defensam de sua terra, nam fora com tençam delle, nem os seus hirem ricos, mas honrados, & vitoriosos como pela graça de Deos tornauão.”²¹⁷

A Reconquista, enquanto fenômeno histórico de longa duração para a formação do espaço geopolítico peninsular, apresentou desdobramentos de suma importância sobre o desenvolvimento da monarquia portuguesa. Foi desde o princípio uma motivação para a construção de um sentimento de pertença ibero-cristã contra a presença intrusiva do muçulmano, da mesma forma que serviu de escape ao ímpeto beligerante de grupos militares cada vez mais proeminentes no complexo jogo de poder

²¹⁴ SORIA, José Manuel Nieto. *Cerimônias de La Realeza – Propaganda y legitimación en La Castilla Trastámara*. Nerea. Madrid, 1993. Pag. 145.

²¹⁵ MOREIRA, Filipe Alves . *A Primeira Redacção da Crônica de Espanha de 1344, Fonte da Crônica de 1419?* GUARECER on-line <http://up-pt.academia.edu/> Pág. 17

²¹⁶ GIANES, Bruno. *Fernão Lopes (C. 1380/90 -1459): Crônica e História em Portugal (Séc. XIV)* Niterói, 2009. Pág. 73.

²¹⁷ Rui de Pina, *Chronica de D. Afonso IV*, cap. LIX, Pág. 178-179, citado por SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal, Estado Pátria e Nação (1080-1415)*, vol. I. Editoria Verbo, 1979. Pág. 269.

em transformação, na Península.²¹⁸ Porém, não podemos exagerar o papel do espírito de Cruzada como um suporte ideológico que provocou total antagonismo entre as duas religiões. Apesar de uma exacerbada intolerância dos guerreiros e clérigos da cristandade em certos períodos, tanto do ponto de vista histórico quanto cronístico, não devemos deixar esta perspectiva diminuir a enorme contribuição que a influência da cultura árabe legou ao reino português.²¹⁹

Importa ter uma vez mais presente que os reis se rodeavam de cronistas que contavam e enalteciam as origens e os grandes fatos das dinastias do reino. Estes cronistas financiados pelo tesouro régio se preocupavam em buscar nas páginas da história do reino os seus sucessos e os seus infortúnios, procurando suscitar, através destes exemplos, que os méritos fossem copiados e as faltas não fossem multiplicadas, pelo menos quando assim queria o cronista o quem o contratara, o que disponibilizava “um arsenal de proveitosos comportamentos e exemplos no encaminhamento das coisas novas do futuro”²²⁰.

Na conjuntura pós-Aljubarrota, D. João, fundador da dinastia de Avis, procuraria valorizar uma das principais virtudes reais, a da coragem guerreira, não existindo melhor contexto para representá-la do que a Cruzada de reconquista, tão presente na dinastia anterior, uma vez que, além de fazer parte dela, poderia também encontrar-se neste espírito uma maneira de incentivar o expansionismo marítimo que aí se iniciara em 1415. “O rei situa-se em uma cadeia histórica. Quase sempre é uma cadeia dinástica, com o rei invocando *antecessores* ou *pradecessori nostri* e instituindo um verdadeiro jogo político entre ele e seus predecessores, sucessores ou herdeiros (*sucessores, heredes*).”²²¹

A Crônica, quando aborda este espírito de Cruzada, nem sempre deixa clara a influência cristã, acentuando-se o maniqueísmo da obra que se traduz no tópico da vitória do bem sobre o mal. Poderíamos mesmo estabelecer um paralelo do triunfo da dinastia de Avis com o triunfo do cristianismo, considerado como uma “revolução” dos “pequenos” contra os “grandes”, em que os primeiros praticavam as bem-aventuranças

²¹⁸ TOSTES, Rogerio Ribeiro - *Península Ibérica e Sociabilidades Políticas: Poderes Simbólico e Político na Nobreza Entre os Séculos XII-XIV*. <http://www.nemed.he.com.br> Pág. 6.

²¹⁹ MATTOSO, José - - *História de Portugal*, dir. por José Mattoso Vol. II, *A Monarquia Feudal*, Lisboa, Pág. 215.

²²⁰ GIANES, Bruno. *Fernão Lopes (C. 1380/90 -1459): Crônica e História em Portugal (Séc. XIV)* Niterói, 2009. Pág. 118

²²¹ Le GOFF, Jacques, “Rei LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude - *Dicionário temático do Ocidente Medieval* (1999) Coordenador de tradução de Hilário Franco Júnior. Volume II- Bauru SP. EDUSC. 2002 Pág. 403.

bíblicas. Nesta perspectiva, a defesa da casa real portuguesa contra a de Castela correspondia também à defesa do papa de Roma contra o anti-papa de Avinhão, no quadro do Cisma do Ocidente. A situação internacional em vigor no final do século XIV e no início do século, coincidente com a Guerra dos Cem Anos, nos remete muitas vezes para este espírito cruzadístico. Na Crônica de D. João I, Fernão Lopes apresenta “D. João como bom cristão, por apoiar o papa de Roma, ao passo que seu oponente castelhano é visto como um “herético e cismático”, por apoiar o papa de Avignon.”²²²

Não combater o invasor castelhano significaria aceitar a perda da autonomia do reino português e o cisma da Igreja. Não podemos esquecer que Castela, aliada da França, apoiava o Papa de Avinhão, ao passo que Portugal, com a Inglaterra, apoiava o Papa de Roma. A partir de 1385 o espírito de Cruzada, que se vinha desvanecendo desde o final das batalhas de reconquista em solo português, encontra no período joanino um redirecionamento na luta contra o Islão, agora em solo africano, bem como nas lutas contra os castelhanos, que neste período eram inimigos de Roma, conferindo a estas refregas também uma componente de “Guerra Santa” e legitimando as incursões guerreiras portuguesas com o providencialismo divino.²²³

3.3.3 - A REALEZA E O SAGRADO: APARIÇÕES E PRESSÁGIOS

A cronística medieval procurou prefigurar o rei como um representante e um intérprete dos desígnios divinos, sempre que este estava de acordo com a Igreja, pois em situações contrárias era reprovado por não os respeitar. Embora a cerimônia de sagração, quando existe, o eleve acima de todos os outros leigos e quase se equipare a um sacerdócio, o rei é um leigo. De fato, “A sacralidade do rei não significa de forma alguma que ele pertença ao clero. Ao contrário, ela faz com que o rei possa falar por seu povo, tanto pelos clérigos quanto pelos leigos, ou ainda que encarne sozinho as três funções de soberania, religiosa, de valor guerreiro e de prosperidade.”²²⁴

²²² ZIERER, Adriana Maria de Souza - *Modelos Educativos de Nobre e Rei na Crônica de D. João I, de Fernão Lopes*. Acta Scientiarum. Education Maringá, v. 32, n. 1, p. 55-66, 2010. . Pág. 57.

²²³ TAVARES, Maria do Amparo. *Fernão Lopes e a Retórica Medieval*. Editora UFF. Niterói, 2010. Pág. 171.

²²⁴ SCHMITT, Jean-Claude, “Clérigos e Leigos” in LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude - *Dicionário temático do Ocidente Medieval* (1999) Coordenador de tradução de Hilário Franco Júnior. Volume I – Bauru SP. EDUSC. 2002. Pág. 240

O rei seria o primeiro responsável pela ordem e proteção da sociedade, apresentava-se como o melhor de entre os leigos e o que protagonizava o passado profano do reino, encarnando suas principais virtudes, tais como a força, a coragem e a sabedoria. O rei personificava esta sapiência, genericamente associada aos detentores de ordens sagradas, justamente porque era ungido por clérigos e daí comungava da sua sacralidade. Era neste monarca que se fundiam os domínios da ação juntamente com os da contemplação, isto é as esferas leiga e sagrada do corpo social. Nestas monarquias medievais com uma visão monista do universo, não se fazia distinção entre o natural e o sobrenatural, entre o indivíduo e a sociedade, e a realeza desempenhava então um papel harmonizador ao integrar o homem no cosmos. Para estas sociedades, “a realeza não era uma instituição política (conceito sem sentido para elas) mas uma manifestação do divino”.²²⁵ Nesta teocracia, o monarca sem ser deus ou sequer um sacerdote, possuía um inquestionável caráter sagrado ou, pelo menos, que o aproximava do sagrado.

A historiografia neste período esteve sempre intimamente vinculada à teologia, à hagiografia e à liturgia. Assim, as crônicas medievais, da mesma maneira que concebiam o rei como guerreiro, pronto a provar sua valentia no campo de batalha e desejoso de fortalecer e engrandecer os limites do reino, também depositavam nele características cristãs, nas doações de riquezas, promovendo justiça e protegendo a sociedade, particularmente os fracos e a Igreja, surgindo também daí a ideia da luta em nome da fé.²²⁶ Para este rei, um paladino da justiça, morrer no campo de batalha em defesa do *Corpus Mysticum* da Igreja, que era Cristo, equiparava-se ao mártires canonizados, que se sacrificaram em nome de Deus²²⁷.

Nesta perspectiva, é muito comum nos depararmos com representações do “sobrenatural” na Crônica de Portugal de 1419, repletas de simbolismos, principalmente através de figuras imbuídas de certa sacralidade, bem como por manifestações epifânicas. É importante salientarmos que na simbologia medieval, como em qualquer outro sistema de valores ou de correspondência, toda a representatividade daquilo que é o foco da atenção depende sempre de um contexto, pois “il importe en particulier de

²²⁵ FRANCO JR., Hilário – *A Idade Média, o Nascimento do Ocidente*. São Paulo. Brasiliense, 1986. Pág. 97

²²⁶ SILVÉRIO, Carla Serapicos - *A Representação da Realeza na Cronística Medieval Portuguesa*. A Dinastia de Borgonha. Edições Colibri, Lisboa. 2004. Pág. 41.

²²⁷ KANTAROWICZ, Ernst H. *Os Dois Corpos do Rei, Um Estudo Sobre a Teologia Política Medieval*. Companhia das Letras, São Paulo, 1998. Pág. 159.

tenir compte de facteurs spécifiques, principalement des correlationse et contextes”²²⁸. Deve-se levar em consideração o documento que se está a analisar, da mesma forma que o *status quo* vigente no período em que foi escrito, a mentalidade da época, quais as condições do autor ao escrevê-lo, e para este tema principalmente a influência da doutrina cristã e da Igreja sobre a cronística medieval do reino português. Buscar os vínculos destes complexos sistemas e modos de significação dos diferentes elementos simbólicos que aí se encontram com a realza portuguesa, será o foco deste subtítulo.

A vida individual e social estava saturada de concepções de fé. Tudo se relacionava com Cristo ou com a salvação²²⁹. Daí nada mais natural que a cronística da época evocasse a presença do sagrado no seio da cristandade. E podemos, desde logo, citar a célebre aparição de Jesus Cristo após a Batalha de Ourique, quando D. Afonso Henriques é aclamado rei de Portugal por suas tropas.

“E pelo aparecimento que lhe Noso Senhor Jhesu apareçera em a Cruz pos sobre as armas branquas que ele trazia hua Cruz toda azul e polos cimquoo reys que lhe Deos fizera vemçer departyo a Cruz em cinco escudos e em cada hum escudo meteo trinta dinheyros a reveremçia da morte e payxão de Noso Senhor Jhesu Christo, que foi vendido por XXX dinheyros.”²³⁰

De acordo com as idéias de Ernst Kantorowics, poderíamos inferir deste episódio que o monarca cristão simbolizaria na luta contra o infiel o *Christo Mimetés* – literalmente o “ator” ou “personificador” de Cristo – que no estágio terrestre, apresentasse como a imagem viva do Deus *Binaturado*, a amálgama das duas naturezas. O protótipo divino e sua representação terrena, no rei, são levados a exibir grande similaridade, já que deviam refletir-se um ao outro.²³¹

Quanto a criação do escudo português nesta passagem da Crônica, onde o número dos reis vencidos fora representado pelos cinco escudetes e as arruelas significavam os 30 dinheiros da traição de Judas, ainda hoje está presente na memória prevalecente acerca da heráldica do pendão luso. A tradição procura vincular nesta aparição a D. Afonso Henriques, o fundador do reino, a legitimidade de ser também o primeiro monarca a vislumbrar tal estandarte, como dizia o seu epitáfio (hoje

²²⁸ GARNIER, François – *Le Langage de l’Image au Moyen Age* - Vol. I Signification Et Symbolique. Vol. II Gramatique des Gestes. Le Léopard D’or. Pág. 36.

²²⁹ MOCELLIN, Renato - *No Tempo das Reformas*. Editora Positivo. 2000. Pág. 12.

²³⁰ CDP. Pág. 24.

²³¹ KANTAROWICZ, Ernst H. *Os Dois Corpos do Rei, Um Estudo Sobre a Teologia Política Medieval*. Companhia das Letras, São Paulo, 1998. Pág. 51

desaparecido): “*Quod crucis hic tutot fuerit, necnon cruce tutus. Ipsi clipeo crux clipeata docet.*”²³²

No espírito e na crença populares, este caráter sagrado não se traduzia apenas pela noção, demasiado abstrata, de um direito e de um poder que se encontravam sob a direção eclesiástica. Em torno da realeza, em geral, ou das diversas realezas particulares, elaborou-se todo um ciclo de lendas e superstições. “Tal meta visava (...) o restabelecimento de um passado mítico glorioso, ligado diretamente aos maiores reis guerreiros “alargadores do espaço cristão”.²³³ Este ciclo mítico e lendário vai atingir o seu pleno desenvolvimento nos séculos XII e XIII, período em que de fato se vai consolidando a maioria dos poderes monárquicos.²³⁴

A dinastia joanina, procurando enaltecer ainda mais o seu herói fundador, pretendeu disseminar através da cronística a ideia segundo a qual “a felicidade do rei é a do reino, no presente a salvação dos antepassados reais é a do próprio rei.”²³⁵. O caráter miraculoso da batalha de Ourique, no início da realeza portuguesa, prolongava-se e repercutia-se na nova dinastia e no monarca que “refundara” o reino. Esta versão, que se manteve ao longo dos séculos, recebe a sua forma mais conhecida no texto d’*Os Lusíadas*:

| | |
|---|--|
| <i>Já fica vencedor o Lusitano,</i> | <i>E nestes escudos pinta os trinta</i> |
| <i>Recolhendo os troféus e presa rica;</i> | <i>Dinheiros por que Deus fora vendido,</i> |
| <i>Desbaratado e roto o Mauro Hispano,</i> | <i>Escrevendo a memória em vária tinta</i> |
| <i>Três dias o grão Rei no campo fica.</i> | <i>Daquele de quem foi favorecido.</i> |
| <i>Aqui pinta no branco o escudo ufano,</i> | <i>Em cada um do cinco, cinco pinta,</i> |
| <i>Que agora esta vitória certifica,</i> | <i>Porque assim fica o número cumprido,</i> |
| <i>Cinco escudos azuis esclarecidos,</i> | <i>Contando duas vezes o do meio,</i> |
| <i>Em sinal destes cinco Reis vencidos.</i> | <i>Dos cinco azuis que em cruz pintando veio.</i> ²³⁶ |

²³² MATTOSO, José - *Fragmentos de uma Composição Medieval*. Coleção Histórias de Portugal. Editora Estampa. 1990. Pág. 227.

²³³ FRANCO JR., Hilário - *Peregrinos, Monges e Guerreiros – Feudo-Clericalismo e Religiosidade em Castele Medieval*. São Paulo: Hucitec, 1990. Pág. 155.

²³⁴ - BLOCH, Marc - *A sociedade Feudal*. Edições 70, Lisboa, 1998. Pág. 448

²³⁵ - Idem. Pág. 113

²³⁶ Achamos interessante expor as interpretações feitas por Francisco da Silveira Bueno a respeito dos versos de camões, já que são bem esclarecedoras sobre a simbologia, expressões e mentalidade do período afonsino. Verso 4: *Três dias o grão rei no campo fica* – Era das praxes bélicas que o rei confirmasse a sua vitória permanecendo por três dias após o fim da batalha. Verso 7, 8: *Cinco escudos azuis esclarecidos/Em sinal destes cinco reis vencidos* – Camões dá esta nova significação dos cinco escudetes das armas de Portugal ao associa-los aos 5 reis mouros derrotados, pois anteriormente no Canto I, E. 7, estes cinco escudetes representavam as chagas de cristo. “*Vede-o no vosso escudo, que presente/Vos amostra a vitória já passada,/ Na qual vos deu por armas e deixou/ As que ele përa si na cruz*

Ainda durante o reinado do Rei Conquistador encontramos outras passagens que denotam um vínculo ao “sobrenatural”, como os episódios do corpo de São Vicente e da sua procura por D. Afonso, dos sinais que antecederam a tomada de Santarém com uma “estrela grande e ardente como facha”²³⁷ e da visão de um “touro que ya per meyo deo ceo levava como a asas de fogo des o cabo ate a cabeça”²³⁸, além da célebre narração do cavaleiro Amrique e consequentemente “Da palmeira que nasceo na cova deste cavaleyro Amrique e dos milagres que Deos fez por elee”.²³⁹ Com todos estes trechos inerentes ao sobrenatural, é importante mencionarmos que para as mentalidades medievais não havia o conceito que atualmente conferimos a tal palavra, já que esta só veio a surgir no século XIII, quando começa a interpretação de um novo conceito da natureza. Na época, recorria-se frequentemente a referências ao sobrenatural para tudo aquilo que era inexplicável, como hierofanias ou “manifestações do sagrado”, até mesmo nos setores que não tinham ligação directa com o religioso, como a política, a guerra ou a economia.²⁴⁰

Na Idade Média, tão ou mais importante do que a representação física e material da realidade era a carga simbólica de que esta estava imbuída, sendo imprescindível penetrar no respectivo simbolismo como forma de percepção plena e de comunicação. Na verdade, “the life of medieval Christendom is permeated in all aspects by religious images. There is no action that is not put in its relationship to Christ an Faith.(...) While on the one hand all of ordinary life was raised to the sphere of divine, on the other the divine was bound to the mundane in an indissoluble mixture with daily life.”²⁴¹

A freqüente intervenção, direta ou indireta, de Deus na natureza e no mundo dos homens era reconhecida por todos. O visível era apenas um pequeno indício do invisível imenso e o sobrenatural irrompia a cada instante na vida de todos, não existindo nenhuma barreira entre os dois mundos.²⁴² Assim, ao mesmo tempo em que o homem buscava na materialidade da natureza os elementos para uma simbologia, tentava

tomou”. CAMÕES, Luis de – *Os Lusíadas*. Comentados por Francisco da Silveira Bueno. Edições de Ouro. Rio de Janeiro. tecnoprint 1965. Canto III, estrofes 53-54, Pág. 273.

²³⁷ CDP. Pág. 41

²³⁸ CDP. Pág. 42

²³⁹ CDP. Pág. 52.

²⁴⁰ JUNIOR, Hilário Franco – *A Idade Média, o Nascimento do Ocidente*. São Paulo. Brasiliense, 1986. Pág. 151.

²⁴¹ HUIZINGA, Johan – *The Autumn of the Middle Ages*. Chicago. The university of Chicago Press. 1996. Pág 174, 178.

²⁴² LE GOFF, Jacques - *O O Homem Medieval*. Lisboa : Record, Rio de Janeiro, 1989. Pág 26.

também, através das suas representações, compreender o lado transcendental dessa mesma natureza e da vida, dado que: “L’homme au Moyen Age était enclin à confondre le spirituel et le plan physique et d’expliquer l’idéal de la même manière le matériau. Il ne pouvait concevoir l’abstraction en tant que telle, qui est en dehors de leur réalisation concrète visible.”²⁴³ A Crônica, ao ser elaborada, não podia deixar de reflectir a mentalidade da Baixa Idade Média, na qual o pensamento simbolista estava em evidência. Este pensamento permitia uma variada interpretação sobre as relações entre as coisas e “Every thing can mean, for its special qualities different, various ideas and each quality can also have different meanings. The simplest ideas can have thousands of symbols. The logic of symbolism creates harmony in every sense of ideas.”²⁴⁴

Através da análise do imaginário deste pensamento - isto é, do seu conjunto, (*imago*: imagem, representação, sonho visão) - veiculado através da cronística medieval, nos deparamos com os instrumentos culturais da época, reveladores dos elementos da uma realidade, quer dizer, de uma mentalidade. Assim, os significantes (palavras, símbolos, representações) que o imaginário utiliza alteram os significados literais ou as explicações naturais (conteúdos essenciais) desta mentalidade,²⁴⁵ fenômenos que para o homem moderno possuiriam uma elucidação racional. Podemos exemplificar tal idéia com a descrição, na Crônica, “*Dalguas cousas que aconteceram em tempo del-rey dom Sancho*”²⁴⁶, como um eclipse relatado no seu reinado, já que de acordo com a narração cronística, para a sociedade coeva, tratava-se de uma situação que pressagiava a morte iminente. A noção de um mundo terreno inteiramente penetrado pelo sobrenatural conjugava-se com o temor do além ²⁴⁷ :

“ataa aquele tempo, que foy verdadeiramente o sol feyto negro com pez. E apareço no çeeo a lua e as estrelas pela qual cousa os homens e as molheres, com grande temor, fogiam todos pêra as igrejas, esperando quando verria a morte sobre eles, bradando a Deos que lhes acoreçe e, asy os clériguos como os leigos, todos estavom esmorecidos e maravilhados, pensando que o mundo queria se fundir.”²⁴⁸

²⁴³ GOUREVITCH, Aron. J. - *Les Categories de la Culture Médiévale*. Paris, Gallimard 1983. Pág. 89

²⁴⁴ HUIZINGA, Johan - *The Autumn of the Middle Ages*. Chicago. The university of Chicago Press. 1996.. Pág. 187.

²⁴⁵ JUNIOR, Hilário Franco - *A Idade Média, o Nascimento do Ocidente*. São Paulo. Brasiliense, 1986. Pág. 150

²⁴⁶ CDP. Pág. 103

²⁴⁷ BLOCH, Marc - *A sociedade Feudal*. Edições 70, Lisboa, 1998. Pág. 113.

²⁴⁸ CDP. Pág. 103

Vemos que as alusões ao fantástico e ao sobrenatural contidas na Crônica, para além de representadas por sinais da natureza, também se revelam por personagens com forte vínculo eclesiástico e em ambientes de guerra. O clero naturalmente desempenhava um papel central na sociedade medieval, possuindo um grande peso simbólico, já que era o grande intermediador entre a humanidade e divindade, e daí a sua forte associação ao sagrado e ao sobrenatural. No reinado de Afonso II, a Crônica relata um episódio de certa notoriedade protagonizado pelo seu irmão, o infante D. Pedro, no qual o corpo de um dos cinco frades mártires de Marrocos assassinados pelo imperador Álmoada, se torna uma relíquia com poderes miraculosos, após certos preparos que são descritos:

“E mandou-lhe que cozesem aquelas carnes daqueles marteres em hum lugar muy escuso e que apartesem os ocos deles e os sequasem ao sol muito bem. E, cosendo eles as ditas carnes, loguo Deos aly mostrou huu milagre por aqueles marteres em esta guiza.”²⁴⁹

As relíquias (do latim *reliquiae*, “restos”), representavam “na cristandade medieval (e mesmo posteriormente), uma grande manifestação de devoção, que ao mesmo tempo é fonte de um grande prestígio.”²⁵⁰ A partir do momento em que uma “santidade” se liberta do carnal, os restos do seu corpo são considerados como relíquias. A idéia que transmitem, de uma morte em nome da fé, vincula a relíquia à sacralidade, a Cristo, através da concepção de um corpo passivo e desligado das tentações mundanas. Ao perderem a materialidade corporal como representantes de um grupo intimamente ligado a valores espirituais, os santos ou os mártires acentuam ainda mais a posição de mediadores entre a humanidade e o sobrenatural.²⁵¹

No quadro belicista medieval, era comum a presença constante de aparições e presságios, fossem eles benéficos ou maléficos. Esta amálgama entre “mundos” era vista como um prolongamento do sobrenatural no palco terreno, uma forma de comunicação dos homens com os desígnios divinos. Assim, são bem freqüentes na Crônica estas aparições em cenários de guerra. Ainda no reinado de D. Afonso II, podemos referir mais uma de entre muitas passagens da Crônica onde a intervenção

²⁴⁹ CDP. Pág. 117.

²⁵⁰ LE GOFF, Jacques - *O O Homem Medieval*. Lisboa : Record, Rio de Janeiro, 1989. Pág. 130.

²⁵¹ SILVÉRIO, Carla Serapicos - *A Representação da Realidade na Cronística Medieval Portuguesa*. A Dinastia de Borgonha. Edições Colibri, Lisboa. 2004. Pág. 43.

divina se torna um fator determinante para a vitória dos cristãos portugueses, nas vésperas de uma batalha:

“E entom ho Senhor, pêra os consolar, apareço em vysom no séo, convem a saber, hum homem esprandeçente como ho sol e asy alvo como a neve, e no peyto trazia hum synal de vermelho mais luzente que as estrelas. Quando os christãos esto virom, foram muy alegres, entendendo que Deos era em sua ajuda, e com grande prazer e alegria dormirom asy aquela noyte.”²⁵²

Um tópico recorrente na cronística, nomeadamente a propósito das batalhas da Reconquista, é o de que os infiéis sempre se encontravam em maior número. E para além das situações em que de fato tivessem um contingente superior de homens, eles através de “ffeytiços e emcantamentos, que os Mouros muyto sabyam, se faziam fallsamente aparecer”²⁵³. Daí a necessidade de as tropas portuguesas se munirem de proteções sobrenaturais para evitar os efeitos negativos que a visão destas hostes poderia causar na moral dos soldados, permitindo assim o alcançar de vitórias, bem como heróicos atos de bravura, incentivados pela fé, no âmbito de uma guerra justa e abençoada por Deus.²⁵⁴

Em linhas gerais, na sociedade cristã medieval a soberania do sagrado é sempre pensada como se desdobrando em duas, já que se desenvolve em dois planos estreitamente ligados: o espiritual e o temporal. Desta forma, como pode ser claramente observado não só Crônica de 1419, mas também em outras fontes coevas, ao mesmo tempo que se faz o elogio dos reis como senhores temporais, apresentam-se igualmente chefes espirituais como bispos e até eremitas. O recurso a elementos simbólicos apresenta-se muitas vezes sob a forma de presságios, quando sinalizados pela a natureza, ou por aparições especiais, da carácter epifânico, quando revelam a imagem da própria divindade. Com esta conexão exclusiva entre monarcas e clérigos, legitimava-se o vínculo que eles possuíam com o sagrado (ou diziam possuir), os primeiros porque detinham a *potestas*, e os segundos devido a sua *auctoritas*, uma vez que eram os sucessores diretos dos apóstolos de Cristo.²⁵⁵

²⁵² CDP. Pág. 110.

²⁵³ *A Representação da Realeza na Cronística Medieval Portuguesa*. A Dinastia de Borgonha. Edições Colibri, Lisboa. 2004.op. cit. Pág. 86

²⁵⁴ Idem

²⁵⁵ SCHMITT, Jean-Claude, “Deus” in - LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude - *Dicionário temático do Ocidente Medieval* (1999) Coordenador de tradução de Hilário Franco Júnior. Volume I – Bauru SP. EDUSC. 2002 Pág 304

4 - A NOBREZA NA CRÓNICA DE 1419

A sociedade medieval conheceu a coexistência de poderes que partilhavam a jurisdição sobre territórios e pessoas. Embora no plano teórico a articulação desses poderes devesse ser harmoniosa, a verdade é que as tensões e os conflitos afloravam em muitas situações, tornando esses poderes concorrentes entre si. A existência de uma rígida hierarquia social acentuava a tendência para os choques entre indivíduos e grupos, não obstante as representações sociais valorizarem uma ordem em que deveria prevalecer o equilíbrio e a complementaridade entre os diferentes estratos sociais. Se na representação da ideologia monárquica que se foi impondo progressivamente, sobretudo a partir do século XII com a recuperação do Direito Romano, a realeza e a figura do soberano ocupavam o cume da hierarquia social, com um poder que se deveria sobrepor a todos os outros, nem por isso deixava de haver um espaço e um conjunto de funções atribuído e reconhecido à nobreza. À luz dessa ideologia monárquica, vertida para as crónicas régias, os nobres deveriam servir o rei como seus fiéis vassalos. E uma das áreas em que esse *serviço* mais directamente se manifestava era precisamente na ação guerreira.

Dos três estados que compunham a representação idealizada da sociedade (os *oratores*, os *bellatores* e os *laboratores*), ao segundo, identificado com a nobreza, era atribuído a função guerreira, de defensora da comunidade e de combatente contra os inimigos externos. Estes combatentes, para quem se exigia dedicação, honestidade, honra, poderio e principalmente lealdade ao seu rei, eram também identificados como cavaleiros de boa linhagem, suficientemente abastados e não ocupados com qualquer tipo de trabalho manual.²⁵⁶ No dizer de Marc Bloch, “a própria vocação do nobre lhe proibia qualquer atividade económica direta. Ele pertencia de corpo e alma à sua função própria: a de guerreiro.”²⁵⁷

A nobreza participa e comanda esta cavalaria, tantas vezes descrita na cronística e nas canções de gesta do Ocidente europeu. Empresta-lhe a sua ideologia a ponto de, a partir do século XII, a instituição da cavalaria aparecer como expressão militar da nobreza. Desde então, um cavaleiro não é somente um guerreiro a cavalo mas sim um membro reconhecido da aristocracia. No Ocidente medieval, cavaleiro torna-se título

²⁵⁶ MARQUES, Antonio H. de Oliveira - *História de Portugal*. Edições Ágora, Lisboa, 1972. Pág. 237.

²⁵⁷ BLOCH, Marc – *A sociedade Feudal*. Edições 70, Lisboa, 1998 Pág. 342

nobilitário.²⁵⁸ E “a cavalaria deveria estar a serviço da fé cristã, para se impor perante o Isloã. Para isso, o cavaleiro deveria estar imbuído dos mais nobres ideais, pois esta era uma missão divina, e só os puros de coração deveriam ter acesso a ela. Assim, para que a cavalaria tivesse a elite dos homens, de onde ela deveria tirar seus combatentes? Ramón Llul é bastante claro: entre os nobres.”²⁵⁹

Na perspectiva Lluliana, no topo da pirâmide estaria o Imperador, e este título povoou o imaginário nobiliárquico ibérico nos anos 1256 -1275, quando Afonso X, o Sábio, se bateu, embora sem sucesso, por que lhe fosse reconhecido tal título, respeitante ao Sacro Império Romano Germânico. Numa concepção tipicamente feudal de divisão administrativa-governamental, os reis-cavaleiros e todo o corpo da nobreza deveriam auxiliar o imperador a manter as diversas ordens de cavalaria, a base do seu poder, e em alguns casos evitar até mesmo a ascensão das camadas não nobres da população ibérica aos postos da cavalaria (no contexto da Península, os chamados cavaleiros vilãos).²⁶⁰ Ramón Llul afirma que em tais situações, se necessário, dever-se-ia converter esses vilãos em senhores de gentes (ou seja em nobres), sustentados pelos *laboratori*, que deveriam trabalhar a terra para que o cavaleiro tivesse tempo para guardar os seus caminhos, defendê-los e “reger as gentes”²⁶¹.

Mas nem todas as classes podiam constituir uma nobreza. Para merecer tal estatuto devia-se, antes de mais nada, reunir duas condições: primeiro a posse de um estatuto jurídico próprio que confirmasse e materializasse a superioridade a que se aspirava e, em segundo lugar, era preciso que esse estatuto se perpetuasse pelo sangue. As exceções relativas a algumas novas famílias ou indivíduos que ascendiam a esse estatuto, mas sempre em número restrito e conforme normas regularmente estabelecidas.²⁶² O autor chega a propor uma hierarquia idealizada para a cristandade conforme o esquema abaixo:

²⁵⁸ FLORI, Jean, “Cavalaria” LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude - *Dicionário temático do Ocidente Medieval* (1999) Coordenador de tradução de Hilário Franco Júnior. Volume I – Bauru SP. EDUSC. 2002 Pág. 192.

²⁵⁹ COSTA, Ricardo da – *A Guerra na Idade Média, Um Estudo da Mentalidade de Cruzada na Península Ibérica*. Edições Paratodos, Rio de Janeiro, 1998. Pág. 144.

²⁶⁰ Idem Pág. 145.

²⁶¹ LULIO, Raimundo. *Libro del Orden de Caballeria – Príncipes y Juglares*. Buenos Aires. Espasa-Calpe, Argentina, 1949. Pág. 24.

²⁶² BLOCH, Marc – *A sociedade Feudal*. Edições 70, Lisboa, 1998 Pág. 335.



No entanto, na aurora dos descobrimentos, não havia uma cultura nem uma ideologia únicas, variando estas de acordo com os grupos sociais existentes; e a sua projeção e o seu desenvolvimento moldavam-se em formas culturais diversificadas. Podemos afirmar que na corte régia a crónica aí elaborada possuía um enfoque centrado nos reis e nos seus antepassados. Mas, para além destes, procurava-se enaltecer também uma cultura nobiliárquica, sobretudo voltada para a nobreza da corte, recuperando ideais e os valores cavaleirescos, em que “a cavalaria representa um ornamento honorífico que se acrescenta a nobreza e que herda conotações ideológicas adquiridas ao longo do tempo.”²⁶³

Distinguindo-se assim pelo seu poder, pela sua própria moral, pelo seu género de fortuna e de vida, a nobreza foi-se consolidando como grupo social privilegiado, dotado de um estatuto jurídico e cuja condição se transmitia por via hereditária. O uso cada vez mais frequente, que a partir do século XIV se fará, em Portugal, da palavra “fidalgo” – *filho d’algo*, ou seja filho de alguém com uma condição e um estatuto superiores – indica a importância crescente atribuída às qualidades do sangue, que estavam vinculadas a esta classe que preencherá uma boa parcela dos relatos cronísticos coetâneos.²⁶⁴

Como tal, dentro do contexto histórico português, a Crónica exaltava as qualidades e os votos de fidelidade dos nobres para com o rei, com particular destaque para a participação e a ação na guerra e, especialmente, nos combates contra o infiel.²⁶⁵ Ainda no século XV, era útil e eficaz apresentar um ideário que atendesse às

²⁶³ FLORI, Jean, “Cavalaria” LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude - *Dicionário temático do Ocidente Medieval* (1999) Coordenador de tradução de Hilário Franco Júnior. Volume I – Bauru SP. EDUSC. 2002. Pág. 190

²⁶⁴ BLOCH, Marc – *A sociedade Feudal*. Edições 70, Lisboa, 1998. Pág. 367.

²⁶⁵ Vejam-se sobre este assunto as considerações de: SARAIVA, António José – *História da Cultura em Portugal*. Pág 332-338.

transformações em curso na sociedade, exaltando a centralização política da monarquia e o passado do reino, fazendo a promoção dos deveres dos súditos e da lealdade da nobreza, representados principalmente pela necessidade da disciplina militar.

O capítulo que agora se inicia pretende estudar a representação da nobreza na Crônica de 1419, focando a sua participação nas guerras e nas batalhas nas quais estão inseridas, bem como no seu relacionamento com o clero e com a realeza. De início falaremos sobre como esta nobreza e toda a ideologia que lhe é inerente é vista na perspectiva cronística, principalmente nas ações militares contra os muçulmanos e contra Castela, deixando os conflitos com a realeza para o último capítulo deste trabalho.

4.1- A NOBREZA E A GUERRA

Antes de efetivamente começarmos a abordagem do tratamento dado à nobreza no seio da Crônica de 1419, importa introduzir aqui alguns elementos importantes para uma visão simultaneamente global e diferenciadora dos vários estratos nobiliárquicos. “Esta é uma classe dominada por um grupo superior”²⁶⁶ e, de uma maneira geral, dividida em duas componentes principais, a nobreza de corte e a nobreza senhorial; dentro destas podem-se ainda distinguir a grande, a média e a pequena nobreza.²⁶⁷ Em termos sociais, pode-se dizer que todos os nobres eram, em princípio, vassalos do rei. A nobreza de corte estava mais próxima do monarca e ocupava os mais importantes ofícios políticos e administrativos do reino. Incumbida dos altos cargos de confiança régia, como os de mordomo-mor e de alferes-mor (este último correspondia à mais alta hierarquia militar, logo a seguir ao rei), havia também no seio da nobreza de corte uma hierarquização pela qual os altos dignitários desempenhavam as funções mais

²⁶⁶ GÉNICOT, Leopold, “Nobreza” in LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude - *Dicionário temático do Ocidente Medieval* (1999) Coordenador de tradução de Hilário Franco Júnior. Volume I – Volume II- Bauru SP. EDUSC. 2002 Pág. 280.

²⁶⁷ É sabido dentro do contexto português a complexidade da organização e da estratificação da sua nobreza, através dos vários títulos e estatutos que detinham. Para este estudo achamos mais prudente resumi-los a nobreza de corte e senhorial, grande, média e pequena, já que esta hierarquização não é o foco deste capítulo. Para maiores esclarecimentos, consultar: José Mattoso, *Ricos Homens, Infâncias e Cavaleiros. A Nobreza Medieval Portuguesa nos Séculos XI e XII*.

prestigiadas, tendendo a assumir os contornos de uma nobreza de serviço cujos poder, influência e prestígio radicavam principalmente nos favores recebidos da coroa.²⁶⁸

A nobreza senhorial, por sua vez, era aquela que efetivamente exercia um poder “estatal” nos seu domínios, o que não significava que não houvesse altos dignitários da corte que não fossem grandes senhores, como foi, por exemplo, o caso de D. João de Aboim ou de Portel, no tempo de Afonso III, ou do condestável Nun’Álvares Prereira, com a vitória da dinastia de Avis. Para salvaguardar os seus poderes e prerrogativas, a nobreza senhorial era geralmente contrária ao centralismo monárquico, cujo desenvolvimento pretendia circunscrever os direitos senhoriais e evitar os seus abusos.²⁶⁹

A nobreza, independentemente de ser de corte ou senhorial, tinha como base da sua superioridade social quatro categorias de diferenciação: 1- O sangue 2- A força das armas 3- O poder econômico e 4- a autoridade sobre outros homens. A maioria desta nobreza era dedicada à arte da guerra, mesmo durante a Baixa Idade Média.²⁷⁰ Na Crônica de 1419 podemos observar que a grande maioria das referências a nobres está vinculada a atos ou situações de guerra e o protagonismo dos fidalgos é elogiado principalmente no quadro do exercício de funções militares. Embora tenham sido escritas sobretudo para fazer a apologia da monarquia, as crônicas também registram e valorizam a presença dos nobres entre as hostes régias, nomeando-os e por vezes explicitando as suas ligações familiares à coroa, de forma a ralçar o seu elevado estatuto nobiliárquico e a evidenciar as iniciativas e capacidades militares que lhes são atribuídas e que seriam apanágio da mais elevada nobreza, em cujas veias circulava sangue real.²⁷¹

O elogio guerreiro dos nobres na Crônica pode ser exemplificado a propósito do conde Mendo Gonçalves de Sousa, o qual é descrito no reinado de D. Sacho II, durante a conquista cristã de Silves, como “o mor senhor que em seu reino avia. (...) E ele era muy nobre cavaleiro e muy avisado em todollos autos de guerra.”²⁷² À nobreza cabia, pois, um papel vital para a sociedade: a defesa não só dos menos favorecidos, mas também a do seu rei e do reino. Segundo Perry Anderson, esta função social da nobreza fazia da guerra a sua “profissão”: a sua vocação social não era um acréscimo exterior

²⁶⁸ MATTOSO, José - *Identificação de um País: Ensaio Sobre as Origens de Portugal: 1096-1325*. Volume I (Oposição), Lisboa: Editorial Estampa, 1995. Pág. 137.

²⁶⁹ BLOCH, Marc – *A sociedade Feudal*. Edições 70, Lisboa, 1998. Pág. 427.

²⁷⁰ COSTA, Ricardo da – *A Guerra na Idade Média, Um Estudo da Mentalidade de Cruzada na Península Ibérica*. Edições Paratodos, Rio de Janeiro, 1998. Pág. 98.

²⁷¹ CONDESSA, Maria Sofia Marques - *A memória das Cidades dos Séculos XII a XIV nas Crônicas de Rui de Pina e Duarte Galvão*. Patrimonia Histórica. Caiscais, 2001. Pág.187.

²⁷² CDP. Pág. 91

mas uma função intrínseca da sua posição econômica; “a guerra não era o “esporte dos príncipes”, era a sua sina”²⁷³. Assim, a guerra é uma atividade inerente à condição de nobre. Enquanto os *oratori* rezavam, os *laboratori* trabalhavam e os *bellatori* guerreavam.

No que toca ao aspecto específico do seu prestígio junto do rei, era obrigação da nobreza prestar-lhe “*menagem*”, entendendo-se por tal palavra, principalmente, obediência e fidelidade. A este respeito, é categórico, por contraste, o caso de Geraldo Sem Pavor e a omissão textual da conquista de Évora na Crônica de 1419. Esta omissão terá sido propositada, uma vez que a tomada da cidade não teve a presença do rei, D. Afonso Henriques, tendo sido inteiramente planejada e efetuada por Geraldo Sem Pavor, um cavaleiro renegado que, segundo a tradição, “cometera faltas graves para com o rei português”²⁷⁴, refugiando-se depois no Alentejo. A fim de obter o perdão de D. Afonso Henriques, Geraldo desenvolveu um arrojado plano de assalto à cidade e acabou por ser bem sucedido, ganhando deste modo o perdão do rei, muito satisfeito com o sucesso da empresa.

Apesar de surgirem romanceadas várias das versões sobre a entrada na cidade por Geraldo Sem Pavor, o fato é que a sua conquista foi bem real, ficando o seu nome inscrito na história de Évora como o seu verdadeiro conquistador, consideração esta que permanece na heráldica municipal até aos dias de hoje. Nas palavras de David Lopes, Geraldo teria sido “um verdadeiro herói, não de romance, mas de epopéia”²⁷⁵. Mas apesar da enorme importância da conquista de Évora neste período de expansão para o Sul, o nome do seu herói foi completamente esquecido pela Crônica. Por inúmeras vezes “é preciso entender o silêncio dos historiadores. Para julgá-los, não é suficiente encontrar a proveniência do que dizem; é necessário também ver o que sabiam e não disseram.”²⁷⁶ É importante salientarmos que a Crônica foi elaborada e direcionada para um público nobre e da corte, não se revelando conveniente registrar o feito protagonizado por um cavaleiro “foragido” como Geraldo Sem Pavor. Tal exemplo de exclusão na cronística portuguesa de quatrocentos, acaba por revelar a importância que era dada nos círculos régios ao bom entendimento entre o rei e os seus vassalos.

²⁷³ ANDERSON, P. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1985. Pág 31, 32

²⁷⁴ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal, Estado Pátria e Nação (1080-1415)*, vol. I. Editoria Verbo, 1979. Pág. 102.

²⁷⁵ LOPES, David – *Os Árabes na Obra de Alexandre Herculano*, Lisboa, 1911, Pág. 124, Id., “*O Cid Português*”, in revista Portuguesa da História, T. I, Coimbra, 1941 Pág. 94

²⁷⁶ GUENÉE, Bernard, “História” in LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude - *Dicionário temático do Ocidente Medieval* (1999) Coordenador de tradução de Hilário Franco Júnior. Volume I – Bauru SP. EDUSC. 2002 Pág. 529.

Ao compartilharem as mesmas características de uma classe privilegiada, reis e nobres aproximam-se pela sua superioridade de sangue, considerando-se linhagisticamente os segundos como descendentes dos primeiros ou, pelo menos, como reflexo indirecto dos carismas régios. Os monarcas consideravam-se como os melhores dos fidalgos; também por isso, estes deveriam revelar-se estruturalmente fieis e solidários com os soberanos. Em certo sentido, a monarquia depende da nobreza para se manter no poder, pois “a monarquia triunfa graças às virtudes cavaleirescas, a valentia guerreira a serviço da fidelidade vassalica.”²⁷⁷. Este *auxilium* era feito principalmente através do exercício da guerra, onde a realeza e a nobreza comungavam do mesmo universo físico e do mesmo código de valores. Esta complementaridade entre o corpo da realeza e o da nobreza torna-se bem patente nas narrativas cronísticas sobre o passado do reino,²⁷⁸ na própria Crônica de 1419. É o que ressalta de uma passagem a respeito de uma vitória de Dom Fuas Roupinho sobre os mouros:

“Tornou-se entam dom Fuas Roupinho a Lixboa com muy grande vitoria e, como hy chegou, foy mui bem recebido. Espreveo a el-rey seu senhor como lh aconteçera naquelo a que o mandara, que lhe fazia çerto que os da cidade e os da terra de rador aviom grande sabor de entrar nas fustas pera fazerem guera aos mouros per mar e que, se sua merçee fose, que ele trabalharia em elo”.²⁷⁹

Quando falamos nesta necessidade de entendimento do rei com os seus nobres cavaleiros remetemos para uma “solidariedade nobiliárquica” e devemos ter em mente que esse conceito ultrapassa o âmbito da simples associação vassálica. Foi em nome desta solidariedade, ou da “amizade entre todos os nobres”, que o Conde D. Pedro – organizador de um dos principais livros de linhagens da Idade Média Portuguesa – construiu uma das suas justificações para a redação do seu nobiliário. Esta obra apresenta um discurso no qual as associações vassálicas, não devem ser apenas compreendidas no âmbito da guerra e da necessidade militar mútua, mas também nas solidariedades de parentesco, nas afinidades linhagísticas, na ajuda de um nobre a outro em dificuldades, ou simplesmente pela solidariedade desenvolvida pelo fato de

²⁷⁷ FLORI, Jean, “Cavalaria” LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude - *Dicionário temático do Ocidente Medieval* (1999) Coordenador de tradução de Hilário Franco Júnior. Volume I – Bauru SP. EDUSC. 2002. Pág. 280.

²⁷⁸ SILVÉRIO, Carla Serapicos - *A Representação da Realeza na Cronística Medieval Portuguesa*. A Dinastia de Borgonha. Edições Colibri, Lisboa. 2004. Pág. 45.

²⁷⁹ CDP. Pág. 79.

pertencerem à mesma classe social, incluindo-se em todos estes exemplos, obviamente, também o rei que não deixava de ser um nobre – aliás, era o melhor de entre eles.²⁸⁰

A unidade desta nobreza era colocada pelo conde D. Pedro, em meados do século XIV, numa aceção ideológica pan-hispânica, através de uma compilação de seqüência linhagísticas das principais famílias nobres portuguesas e peninsulares, onde os padrões consangüíneos nobiliárquicos deveriam possuir origens e motivos comuns, aprofundando-se através de uma missão guerreira. O “motivo maior de sua coesão enquanto grupo social deveria ser a predestinação guerreiro-cruzada, salvadora da cristandade.”²⁸¹ Seguindo o ideal cavaleiresco lulliano deste carácter cruzadístico incorporado pela nobreza, percebemos assim um propósito nítido de amalgamar a filosofia da Igreja com a prática guerreira levada a cabo pelos nobres. Tal fusão, não apenas patente no Livro de Linhagens do Conde D. Pedro e na Crônica de 1419, está clara também em outras célebres obras dos séculos finais da Idade Média, as quais tinham por objetivo principal o restabelecimento de um passado mítico glorioso, que remeteria diretamente para os maiores reis guerreiros da dinastia afonsina e até mesmo para os seus antecessores, conquistadores do espaço cristão português.²⁸² A particularidade da Crônica de 1419, a este respeito, é a de se situar no quadro central constituído pelo reino de Portugal.

A reconquista cristã construiu uma vertente de carácter ideológico que teve um papel relevante nestas narrações cronísticas, pois ao mesmo tempo que se tornou um fenómeno histórico de longa duração para a formação do espaço geopolítico do reino português, a reconquista também enformou as próprias representações dos grupos sociais e dos indivíduos que nela surgiam envolvidos. Constituiu, assim, uma marca ideológica matricial para a construção de um sentimento de pertença cristã, contra a presença intrusiva do muçulmano, não apenas entre a nobreza lusa, mas entre a nobreza ibérica como um todo. Canalizando o ímpeto guerreiro para o exterior, para a luta contra o inimigo externo, o processo militar da Reconquista e a sua justificação ideológica fomentaram a consolidação de um sentimento de unidade cristã contra o Islão. Os nobres que participavam nas lides militares beneficiavam materialmente das vitórias

²⁸⁰ BARROS, José D’Assunção - *Realeza, Solidariedade Nobiliárquica e Imaginário Cavaleiresco na Idade Média Portuguesa (Sec. XIII- XIV)*. Revista Ciências Humanas – Universidade de Taubaté (UnitaTau) – Vol I, N. 1, 2009.

²⁸¹ KRUS, Luís – *A concepção Nobiliárquica do Espaço Ibérico (1280-1380)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994 Pág. 16.

²⁸² FRANCO JR. - *Hilário. Peregrinos, Monges e Guerreiros – Feudo-Clericalismo e Religiosidade em Castela Medieval*. São Paulo: Hucitec, 1990. Pág. 155.

alcançadas,²⁸³ uma vez que “o avanço da Reconquista havia favorecido o fortalecimento de um grupo de magnatas, guerreiros aristocratas enriquecidos pela guerra, pelas doações reais e pelas usurpações”²⁸⁴, ao mesmo tempo que alcançavam o estatuto de heróis da cristandade pela sua intervenção directa na guerra santa contra os inimigos da fé.

O apelo à necessidade de a nobreza ir à guerra de Reconquista, mesmo que aí encontre a morte, fica patente em um dos capítulos da Crônica referentes ao reinado de D. Afonso III, sobre “Como o mestre Payo Coreia ganhou Loule e Aljazur”²⁸⁵, no qual o mestre da Ordem de Santiago, após valorosa ajuda ao rei D. Fernando de Castela, se junta ao rei “Bolonhês” nas conquistas expansionistas cristãs contra os infiéis, rumo ao território algarvino:

“E, porque ao mestre morion alguas gemtes nas pelejas e combates das vilas dise el-rey hum dia, falando com ele: “Mestre, muyto me pesa pelos cavalaleiros que morerom na conquista destes lugares porquanto erom todos estemados homens”. “Senhor”, dise ho mestre, “nom tomedes nojo pelos que mortos são, pois bem acabaram em seu serviço e, se o avees por serem cavaleiros, loguo eu posso fazer outros tantos”²⁸⁶.

Ainda sobre este apelo bélico à nobreza, embora num contexto que já não era o da Reconquista, temos um bom exemplo do discurso apologético de fidelidade ao rei, neste caso D. Dinis. É bem sabido que a segunda metade do seu reinado foi marcada pela ruptura com a nobreza que apoiou e serviu o seu filho, D. Afonso IV, o infante herdeiro. D. Afonso encabeçou os sectores da nobreza senhorial que se opunham às iniciativas centralizadoras e anti-senhoriais do rei. Esta nobreza que sofria os continuados ataques régios que lhe chegavam nas pessoas do inquiridores e dos meirinhos que estavam ao serviço do rei, vivia numa crescente crise de rendimentos, provocada pela inadaptação a uma economia cada vez mais monetarizada. Desta forma, os nobres apoiavam a revolta do infante Dom Afonso com a intenção de que este

²⁸³ TOSTES, Rogerio Ribeiro - *Península Ibérica e Sociabilidades Políticas: Poderes Simbólico e Político na Nobreza Entre os Séculos XII-XIV*. <http://www.nemed.he.com.br>. Pág. 6

²⁸⁴ GERBET, Marie-Claude. *Las Noblezas españolas in la Edad Media: siglos XI-XIV*. Madrid: Alianza. 1997, p. 69,

²⁸⁵ CDP Pág. 159.

²⁸⁶ Idem.

acolhesse as suas reivindicações contra a política de centralização régia de D. Dinis e, nomeadamente, quando assumisse o trono, como herdeiro legítimo do seu pai²⁸⁷.

Sendo D. Dinis apresentado como um rei exemplar, a Crônica, contrariando os fatos históricos, praticamente nada esclarece a respeito dos consideráveis desentendimentos que o monarca teve com a nobreza, nomeadamente quanto às razões de tal conflito. Tanto mais que se sucederam os confrontos militares e que se viveu uma situação de guerra civil entre o rei e os seus partidários, por um lado, e os sectores da nobreza senhorial encabeçados pelo infante D. Afonso, por outro²⁸⁸. Na passagem que agora citaremos, quando o infante rumo a Guimarães, solicita os serviços do cavaleiro Mem Rodrigues de Vasconcelos, pondo em destaque o nítido interesse em defender a ideologia cavaleiresca da fidelidade vassálica, aqui em ambiente de guerra:

“E o infante, quando hy chegou, estava dentro hum muy bo cavaleiro que havia nome Mem Rodrigues de Vasconcelos com peça d escudeiro e outra gente de vila. E o infante envyo-lhe dizer que lhe dese aquele lugar e fal-lh-ya muitas mercês, que o não queria pêra fazer nenhum desserviço a seu padre com ele. E ele respondeo que ele tinha dele feita menagem a el Rey dom Denis, seu padre, enquanto fosse vivo, que não obedeceria a outro nenum nem ho daria per outra preytesya, mas que o defenderia até morer pó ele.”²⁸⁹

Pode-se, pois, muito claramente verificar a importante presença da nobreza nos relatos relacionados com a guerra no seio da Crônica, na maioria dos casos pelas passagens de grandes iniciativas de apoio à figura do rei, já que era através da vassalagem e dos grandes feitos militares que a nobreza se ia afirmando e ganhando prestígio. Daí o tom elogioso que sempre lhe é atribuído nas várias narrativas sobre feitos bélicos. Esta apologia das ações guerreiras da nobreza está presente em grandes acontecimentos revestidos de um caráter memorável e heróico, próprio das “gestas”, tema este que aflora por várias vezes na Crônica de 1419.

²⁸⁷ PIZARRO, José augusto de Sotto Mayor. - *D. Dinis e a Nobreza nos Finais do Século XIII*. Revista da Faculdade de Letras Pág 101.

²⁸⁸ Sobre este conflito, veja-se MATTOSO, José, “A Guerra Civil de 1319-1324”, in *Obras Completas*, vol. 8 – *Portugal Medieval. Novas Interpretações*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002, Págs 217-227. Sobre o reinado de D. Dinis, ver PIZARRO, José Augusto-*D. Dinis*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005.

²⁸⁹ CDP.Pág. 211.

4.2 – A NOBREZA E AS GESTAS

As obras dos Príncipes de Avis constituíram um ponto alto na literatura portuguesa. No campo da historiografia, o século XV, a nova dinastia procurou enaltecer a origem da história nacional, contemplando também o papel da nobreza, como grupo que apoiara os monarcas da primeira dinastia e deveria manter esse apoio agora que se iniciava um novo ciclo da história do reino. A expansão marítima e, sobretudo, para o Norte de África, necessitava do concurso da nobreza, em estreita aliança com a Coroa, como será registado, por exemplo, nas crônicas da autoria de Gomes Eanes de Zurara.

No caso da Crônica de 1419, que se debruça sobre períodos muito anteriores à expansão ultramarina, o que importava era, evidentemente, fixar o que fosse digno de lembrança, relatar feitos memoráveis, os actos heróicos dos reis e as vitórias alcançadas. Assumindo esse passado e apropriando-se da sua memória, os monarcas de Avis situavam-se na linha de continuidade da monarquia portuguesa, propondo-se prolongar a tradição guerreira e de combate contra os Islão, fosse na Península Ibérica, fosse em África. A nobreza tendia a surgir assim como aliada natural da monarquia, participando nas ações militares e realizando grandes feitos de armas no quadro dos ideais de honra e de valentia.

Em Portugal o gênero “crônica” está muito ligado à corte régia. Tal gênero literário distinguia-se das demais formas historiográficas pela maneira como nela se desenrolavam os eventos descritos, a partir de um fio condutor narrativo, acompanhando um discurso que na maioria das vezes era cronológico, no qual se amalgamavam histórias factuais verídicas com outras dos domínios da tradição e da lenda. As crônicas eram redigidas para distrair e entreter um público cortesão através da leitura em voz alta, ao mesmo tempo que se fazia a exaltação dos feitos militares e de um passado real glorioso, em que a nobreza também tinha o seu papel.

As gestas, com os seus episódios dignos de memória, centradas num personagem e com fundo heróico ou moral, tinham geralmente a sua origem na tradição oral, mas eram muitas vezes recuperadas e inseridas nas próprias crônicas.²⁹⁰ Estas também tinham um caráter educativo, procurando extrair lições éticas e morais que

²⁹⁰ ALMEIDA, Simone Ferreira Gomes de – *A Concepção do Tempo na Cronística da Península Ibérica, Séculos XIII E XIV*. Pág. 4.

servissem de exemplo, desde logo, ao público cortesão e, entre este, à nobreza. As gestas inseridas na Crônica de 1419, ora baseadas em histórias reais, ora em episódios lendários, registavam por escrito representações que até então eram veiculadas pela tradição oral.²⁹¹

É o caso da duvidosa gesta de Egas Moniz. De acordo com a tradição, em virtude da inferioridade militar em que se encontrava D. Afonso Henriques na cidade de Guimarães, o seu aio Egas Moniz, decidindo evitar um cerco, prometeu então a sua lealdade e a vassalagem de D. Afonso Henriques para com o primo do príncipe, D. Afonso VII, rei de Castela. Aquele nobre assegurou que D. Afonso Henriques prestaria homenagem ao monarca seu primo. D. Afonso VII, após este acordo, desistiu de conquistar Guimarães e retirou com o seu exército.

D. Afonso Henriques, ao tomar conhecimento deste pacto feito por Egas Moniz, não só se recusou a prestar a vassalagem a Afonso VII, como invadiu a Galiza em 1130, dizendo ao aio “Muy mal me julgastes em fazerdes vós menagem de eu ir as cortes”²⁹². Do ponto de vista histórico, um dos motivos que justificava tal invasão era a reivindicação da posse de Tui e outras terras que desde o tratado de 1121 pertenciam a sua mãe, D. Teresa, bem como adquirir novas terras para recompensar os cavaleiros que acompanhavam Afonso Henriques e apoiavam as pretensões políticas do jovem chefe.²⁹³

É justamente em virtude desta “quebra de palavra” por parte de D. Afonso que se desenvolve a gesta de Egaz Moniz, quando este se desloca a Toledo, a capital imperial do rei castelhano, descalço e com uma corda ao pescoço, acompanhado da sua mulher e dos filhos, colocando ao dispor do imperador a sua vida e a dos seus familiares, como penhor pelo juramento de fidelidade que havia feito. Afonso VII, comovido por tal atitude de nobreza e hombridade, liberta Egas Moniz do juramento e permite o seu retorno a Portugal. A descrição da Crônica é bem reveladora do cunho moral, de uma ética nobiliárquica, que ressalta deste episódio:

“E amte hum pouquo que chegase onde o emperador estava, deçerom-se todos das bestas e desvestirom-se e descalçarom-se, em guysa qu não levavom vestidos nehuns senão as camisas e yom em panos, salvo a dona sua molher, que levava vestido

²⁹¹ SERRÃO, Joel - “Historiografia” in *Dicionário de História de Portugal*, D. Livraria Figueirinhas, 2000. Pág. 418-20.

²⁹² CDP. Pág. 11

²⁹³ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal, Estado Pátria e Nação (1080-1415)*, vol. I. Editoria Verbo, 1979. Pág 82.

hum pelote muy mao, segumdo a usamsa daquele tempo, e lamçarom çenhos baraços nas gargamtas e asy entrarom pelo paço de Galiana, onde sya o emperador com seus nobres homens e outras muytas companhias com ele (...). “Ora, senhor, eu vos fiz preyto e menagem de o fazer aquy vir, sem sabemdo o primçipe desto nehua cousa parte. E porem, ex me aqui em vosas cortes com meu coração que esta cousa cuidou e a minha cabeça com a boqua que em ela está, que vos dise as palavras que vos demoverom a levantar do çerquo da vila, aquy prestes, e minha molher e meus filhos, que sam as cousas que eu mais prezo e amo, afora meu senhor o primçipe que eu cryei, todo vos aquy traguio pêra averdes de tomar emenda de mym qual vosa merçê for.”²⁹⁴

Embora este episódio mereça grande destaque na Crônica, ele não possui nenhuma comprovação histórica e muito provavelmente foi um produto tardio criado por João Soares Coelho, trovador conhecido durante o último quartel do século XIII. Este trineto, pela via bastarda, de Egas Moniz, teria literalmente inventado a referida gesta com o intuito de engrandecer as origens da sua linhagem, os Coelho. O relevo que Egas Moniz tem na Crônica é ainda reforçado pela referência feita acerca da sua morte, ao acompanhar D. Afonso Henriques a caminho da Batalha de Ourique:

“E a poucas jornadas des que daly partyo e adoeção e moreo dom Eguas Moniz, seu amo, a que Deos perdoee. E o primçepe mandou tornar com ele, das suas jentes, aquelas que ele vyo que poderia ir homradamente e mandou que o enterasem no moesteyro do Paço. E o seu muymemto está demtro na gale do dito moisteiyyro, na capela dos fregueses, e antre ele e a parede não está senão hum moymemto baixo.”²⁹⁵

A versão mais conhecida deste episódio é, sem dúvida, a existente na Crônica de 1419, mas os seus elementos principais também se encontram em outras fontes independentes, como a *III Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra* e a *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Três testemunhos da gesta de Egas Moniz que, apesar de algumas variantes, representam sobretudo um texto único. No entanto, a referência à sua morte e ao local de sepultura na Crônica de 1419 não possui paralelo na historiografia portuguesa; a surpreendente descrição do lugar onde o Aio estava sepultado leva a crer que muito provavelmente o texto que serviu de base ao cronista tenha sido transmitido por algum membro da família de Egas Moniz ou por algum escriba do mosteiro de Paço de Sousa. Como afirma José Mattoso, tal referência ao túmulo “foi escrita evidentemente por alguém que o tinha visto e que queria convidar os leitores a visitá-lo.

²⁹⁴ CDP. Pág. 15

²⁹⁵ CDP. Pág. 18.

Quem poderia ser senão alguém da família do próprio Egas Moniz ou algum monge da comunidade de Paço de Souza?”²⁹⁶.

Os cronistas da época davam credibilidade aos relatos lendários, mesmo cientes de que haviam perdurado através do testemunho oral²⁹⁷. Daí que “mesmo se tivéssemos conservado todos os manuscritos, eles representariam uma ínfima parcela dos textos falados e o fariam de maneira deformada (...). Somente a partir do século XV é que uma cultura de elite separa-se da cultura própria do povo”²⁹⁸.

O interesse pelo romance cortês, graças à tradução da “matéria de Bretanha”, deu a conhecer, em Portugal, episódios e narrativas que a integravam. Da mesma forma que a aparição de Cristo crucificado na batalha de Ourique é uma clara evocação da batalha de Ponte Mílvia, será que também poderíamos traçar um paralelo do episódio de Egas Moniz com uma das mais célebres aventuras do ciclo Arturiano, *Sir Gawaine e o cavaleiro Verde*? De entre as várias histórias deste romance, esta é justamente a que valoriza a hombridade de um cavaleiro no cumprimento da sua palavra, uma “narrativa exemplar sobre o sentido do dever de um vassalo régio”²⁹⁹. Em ambos os casos, estes cavaleiros recebem a redenção em virtude das suas nobres atitudes, seja por D. Afonso VII ou pelo mago Berliak.

Uma das vantagens da nobreza ao ver inserir tais histórias épicas na cronística, era recompor-se de ataques ou desconsiderações, buscando fortalecer o seu prestígio perante as intrigas e ameaças externas de atentados à sua honra, lembrando o que tinham feito outrora os heróis das suas famílias. Tratava-se de “rememorar o passado adaptando-o às necessidades do prestígio pretendido, afirmar uma imagem linhagística que se impusesse pela força impressiva dos valores que propunha aos contemporâneos e ao próprio rei foi, como vemos, uma das estratégias utilizadas por alguns círculos aristocráticos na tentativa de selarem a sua ascensão ou de reivindicarem a continuidade de uma supremacia social e política.”³⁰⁰

É interessante comparar tais narrativas e ver como elas demonstram a heroicidade dos seus personagens de maneiras diferentes. Os romances de cavalaria e as

²⁹⁶ MATTOSO, José - *João Soares Coelho e a Gesta de Egas Moniz*. <http://cvc.instituto-camoes.pt>. Pág. 102.

²⁹⁷ BATANY, Jean, “Escrito/Oral” LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude - *Dicionário temático do Ocidente Medieval* (1999) Coordenador de tradução de Hilário Franco Júnior. Volume I — Bauru SP. EDUSC. 2002Pág. 391

²⁹⁸ Idem. Pág. 389.

²⁹⁹ *Nova História de Portugal*, dir. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques vol. IV – *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, Lisboa, Presença, 1987 Pág. 672

³⁰⁰ Idem. 674

canções de gesta, grande parte de origem francesa ou castelhana, são traduzidos para o português e adaptados para o contexto do século XIV, fornecendo assim material para o imaginário dos cavaleiros andantes, ou para o espírito cavaleiresco e a onda de expansão cruzadística.³⁰¹ Neste contexto ibérico, tanto Cid, o Campeador, como Geraldo Sem Pavor estão inseridos no ambiente da luta de fronteira contra os Mouros, e em ambos os episódios os protagonistas são “excluídos”, o primeiro da sua família e o segundo da corte de D. Afonso Henriques; talvez por isso não possuam nenhuma menção na Crônica de 1419.³⁰² Os primogênitos ou os nobres que pertenciam à corte régia não podiam evidentemente criar modelos fundamentados num estilo de vida próprio dos filhos segundos sem herança ou de nobres renegados e errantes, cujas histórias sempre estão inseridas numa “vida de aventuras, torneios, guerras e conquistas”³⁰³. A nobreza cortesã precisava, sim, de se rever na apologia dos seus antepassados, de forma a legitimar o exercício dos seus direitos e a posse das suas honras e solares.³⁰⁴

Nas gestas ou nos simples episódios nos quais os nobres eram protagonistas, para além da afirmação do seu prestígio no ambiente cortesão, há uma recorrente vinculação a temas próprios do código de honra fidalga, como a fidelidade ao rei, a defesa da Santa Igreja e da fé cristã, uma vez que a “hierarquia do reino obrigavam-nos a códigos de conduta em que o serviço do rei estava em primeiro lugar, depois da honra e da glória a Deus.”³⁰⁵ Esta perspectiva está bem presente nos episódios relativos a Fernão Rodrigues Pacheco e Martim de Freitas, que ainda vassalos de D. Sancho II e piamente devotos a Deus, prefeririam morrer de fome e sede a entregar os seus castelos ao Conde de Bolonha, futuro Afonso III, como se pode ler nas passagens seguintes:

“E, tendo o çerquo sobre ele, estavam hos demtro tão affaimados que estavam em ponto de lhe darem o lugar ou padeçerem todos a fome e não sabiam que fizesem. E, elles asy estando nesta grande coyta, alçou-se hum dia bem cedo dom Fernão Rodriguez Pacheco e andava por elo muito cuidando, e posto em grande pensamento que faria sobre tal feyto. E dizia muitas palavras a Deos, rezando-lhe que por sua misyricordia lh

³⁰¹ ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador. Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993, Vol. II Pág. 44.

³⁰² MATTOSO, José - *Ricos Homens, Infâncias e Cavaleiros. A Nobreza Medieval Portuguesa nos Séculos XI e XII*, Lisboa, Guimarães Editores, 1998. Pág. 103

³⁰³ PAIS, Marco António de Oliveira. *O despertar da Europa, A Baixa Idade Média*. Atual Editora. São Paulo. 1992. Pág. 7.

³⁰⁴ MATTOSO, José - *Ricos Homens, Infâncias e Cavaleiros. A Nobreza Medieval Portuguesa nos Séculos XI e XII*, Lisboa, Guimarães Editores, 1998. Pág. 103

³⁰⁵ MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *D. Afonso III, o Bolonhês*, Academia Portuguesa de História. Lisboa, 2009. Pág. 27. Sobre D. Afonso III, veja-se sobretudo VENTURA, Leontina-*D. Afonso III*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.

acoreçe per tal guysa em maneyra que ele não cayse em tão grande mingua e mal de aver de dar aquele castelo senão àquele que lho dera”³⁰⁶.

Ou ainda

“E dom Martim de Freitas respondeo que ele poderia mui bem fazer o que sua merçe fose, mas, enquanto el rey dom Sancho, seu senhor fose vivo, a quem ele dele fizera menagem, que numca o daria a outra nehua pessoa sem seu mandado (...) ‘Ho amigos, nunca Deos queira que tam grande mingua e vergonha e mal pase por mim, que eu faça tal treição que eu leixe este castelo senão àquele que mo entregou, que bem vejo a tribulação que vós e eu padecemos, mas se vós, amigos, parardes mentes as grandes fames que já muitos padeçerom em sendo çerquados de seus inimigos e como muitos tais padeçerom grande mingua de todas as cousas, que taes ouve ja hy que por manterem lealdade se mantiverom com raízes d ervas(...). Porem vos roguo que ajudês a defender enquanto puderdes, ata que nos Deos acora, que não pode ser que tão grande mal com’este dure muyto tempo. (...) E então responderom todos que o fizese como por bem ouvese, que eles nunca o leyxaryom por cousa que lhes aviesse ata morerem todos aly com ele.”³⁰⁷

Jacques le Goff refere, sobre as canções gestas, que “actualmente já se lhes não atribui origem popular, vendo-se nelas o resultado de uma criação literária elaborada num momento em que o Ocidente cristão tomava consciência da sua unidade”³⁰⁸. Também as tradições que contemplavam estes episódios radicavam em relatos que, mesmo que de base oral, tinham uma matriz relativamente erudita, porventura associada às linhagens a que pertenciam as personagens que protagonizavam os acontecimentos objecto de registo. A expressão da fidelidade feudo-vassálica tinha também na sua base um conjunto de conceitos extremamente elaborados, de raiz erudita e assumidos pelos membros da nobreza, sobretudo pelos vassallos do rei, pelos membros da corte e pelos que de alguma forma dependiam do monarca, por exemplo os ricos-homens governadores de terra e os alcaides,³⁰⁹ como era o caso dos supracitados Fernão Rodriguez Pacheco e Martim de Freitas, alcaides de Celorico da Beira e de Coimbra respectivamente.

A lealdade ao rei legítimo, Sancho II, perante o qual os alcaides haviam prestado homenagem, e a oposição ao conde de Bolonha correspondiam à concretização prática de um pacto de honra e ao sentimento de pertença aos vassallos do rei. Isso não impediu que muitos dos apoiantes de D. Sancho II viessem mais tarde a aderir a D. Afonso III,

³⁰⁶ CDP. Pág. 137.

³⁰⁷ CDP. Pág. 137-139.

³⁰⁸ LE GOFF, Jacques - *A Civilização do Ocidente Medieval*, 2 vol., Lisboa, 1983. Pág. 273.

³⁰⁹ MATTOSO, José – *A Nobreza Medieval Portuguesa no Contexto Peninsular*. Revista da Faculdade de Letras. <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4047.pdf> Pág. 1020.

escolhido pelo papa e pelo clero português para substituir no trono o seu irmão, considerado um “rex inutilis” e falecido no exílio, em Toledo, em 1248.

Apesar de a imagem de D. Sancho II não ser propriamente favorável, a Crônica de 1419 não registrou apenas, como vimos, os actos dignos de memória realizados pelo conde de Bolonha e seus apoiantes, os vencedores desta crise de 1245-1248. Ao expor, com considerável destaque, os exemplos de fidelidade vassálica de partidários do deposto Sancho II, a Crônica actualizava, para o século XV e para os contemporâneos da nova dinastia de Avis, os princípios do respeito do juramento vassálico e da defesa do rei, se necessário até à morte dos que o seguiam. De facto, nesta guerra civil, “os casos de fidelidade, que também houve, ficaram gravados, até com exemplos para outras gerações. Guardou-lhes a memória a *Crónica de Portugal de 1419*, ao registar os nomes de Fernão Rodrigues Pacheco e Martim de Freitas”³¹⁰. E não teria sido o conde de Bolonha considerado pelos alcaides de Celorico da Beira e Coimbra como um estranho ou, pelo menos, um intruso? Pois, apesar de português, não passara ele grande parte da vida na corte francesa?

Não será por acaso que na Crônica de D. João I a *traição* é o principal comportamento criticado por Fernão Lopes. Havia regras e normas bem definidas até mesmo para a suspensão dos vínculos vassálicos, regras essas que deveriam ser encontradas no âmbito da própria ética cavaleiresca. Daí o interesse dos primeiros monarcas da Segunda Dinastia em apresentar um modelo de nobre que retomava características anteriores, mas acrescentava novos e decisivos aspectos. Assim, o nobre deveria em primeiro lugar ser fiel à terra de onde era natural, bem como ao rei português. Percebemos nestas concepções “a louvação a um nascente sentimento de nacionalidade”³¹¹; por isso, vencer batalhas, cometer façanhas e ir atrás de aventuras para conseguir honra e fama não basta para o modelo de nobre proposto pela Dinastia de Avis. Nesta óptica, o rei, auxiliado por nobres fieis aos ideais da causa portuguesa, seria capaz de iniciar um Novo Tempo, o da expansão do reino, com o apoio de uma nova sociedade ainda baseada na fidelidade dos seus vassallos, principalmente dos nobres.

Apesar da imagem inequivocamente negativa do Rei Capelo, “porquanto ho muyto amado filho dom Sancho, que ao regimento desse reino agravou e atromentou as

³¹⁰ MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *D. Afonso III, o Bolonhês*, Academia Portuguesa de História. Lisboa, 2009. Pág. 27.

ZIERER, Adriana Maria de Souza -*Modelos Educativos de Nobre e Rei na Crónica de D. João I, de Fernão Lopes*. Acta Scientiarum. Education Maringá, v. 32, n. 1, p. 55-66, 2010. Pág. 59.

igrejas e povos delle em muitas maneiras”,³¹² a Crônica de 1419 tratou de difundir, através dos acontecimentos relatados a propósito do seu reinado, uma importante referência, por contraste, para o bom governo e a consolidação das monarquias que se instauravam pela Europa no início do século XV. Tanto mais que, na maioria dos textos originais portugueses da época, “menos patente se mostrava um ideário que atendesse às transformações em curso da sociedade e exaltasse a centralização, a nação, os deveres do súbdito ou a necessidade da disciplina militar”³¹³.

Os acontecimentos narrados adquirem, por vezes, um tom romanceado, como no cerco de Celorico da Beira, quando Fernão Rodrigues, partidário de Sancho II, recebe uma truta que teria caído por milagre das garras de uma águia; ao entregá-la a D. Afonso, astutamente fez com que este pensasse que o castelo ainda possuía provisões para aguentar o cerco por um longo período. Daí que “o conde, quando aquilo vyo, foy muy espantado de tal cousa que, jasendo aly mais, que seu trabalho seria em vam e porem se alçou e veyo çercar Coimbra.”³¹⁴.

A Crônica apresentava, pois, nobres heróis que tinham contribuído sobremaneira para o fortalecimento do reino e mereciam ser salvos do esquecimento, tendo a sua honra e nome guardados na história. Da mesma maneira, via nos traidores ou nos protagonistas de situações negativas os exemplos a evitar. E, nestes casos, a história também reteria os seus nomes, para perpetuar a sua infâmia.³¹⁵

Com base no que anteriormente dissemos, podemos concluir este ponto afirmando que a realeza e a nobreza medievais sempre nutriram e demonstraram um profundo interesse pela história. A cronística medieval de origem régia, procurou variadas formas de recuperação e apropriação do passado, valorizando a memória de grandes feitos imbuídos da ideologia monárquica, da fé cristã e dos valores próprios do código de honra nobiliárquico. Daí a incorporação de gestas e de outros tipos de relatos que, antes de serem passados a escrito, tinham sido conservados em cantares jogralescos e noutras narrativas da tradição oral, independentemente da fundamentação histórica dos factos relatados e dos seus protagonistas. Como afirma Le Goff, “embora na origem destas narrativas lendárias estejam factos e personagens históricos, os seus autores

³¹² CDP. Pág. 127.

³¹³ MARQUES, Antonio H. de Oliveira -*Nova História de Portugal*, dir. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques vol. IV – *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, Lisboa, Presença, 1987. Pág. 427

³¹⁴ CDP. Pág. 137.

³¹⁵ GUENÉE, Bernard, “História” in LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude - *Dicionário temático do Ocidente Medieval* (1999) Coordenador de tradução de Hilário Franco Júnior. Volume I – Bauru SP. EDUSC. 2002 Pág. 527.

emprestaram-lhes uma significação que eles na realidade não possuíam e utilizaram-nos para encarnar as paixões do seu tempo.”³¹⁶

Os cronistas procuravam revestir a cronologia factual com o teor de romance – as *belas mentiras*. Tais alegorias e lendas, adaptados a diferentes campos discursivos, ao invés de retirarem credibilidade aos factos relatados, davam-lhes uma acrescida credibilidade. Além disso, projetavam valores éticos e ideológicos, com o propósito de inserir tais elementos no seio do discurso narrativo, não como algo inventado mas sim como parte integrante dos acontecimentos descritos.³¹⁷ Como foi justamente notado, “este processo baseia-se, habitualmente, no argumento segundo o qual esses relatos só têm uma aparência de ficção, pois, uma vez lidos de acordo com os procedimentos exegeticos correctos, a verdade que carregam surgiria inevitavelmente”.³¹⁸

4.3 – A NOBREZA E AS RELAÇÕES COM A IGREJA

A posição de supremacia social que a nobreza ocupou na Idade Média, não derivou exclusivamente do poder e do prestígio adquiridos pela posse das armas, mas principalmente pelo direito e pela legitimidade de utilizá-las, em função da representação de origem clerical que estipulava serem os *bellatores* os únicos verdadeiramente capazes e dignos de proteger os *oratori* e os *laboratori*. Da mesma forma que a Igreja precisava da proteção da nobreza para a sua própria manutenção, os nobres – e os reis – também contavam com os clérigos que, além de reconhecerem o *status* nobiliárquico, eram também os únicos capazes de decifrar as mensagens do cotidiano, ininteligíveis para os leigos, fossem elas mensagens divinas escritas na Bíblia, fossem reveladas pela própria natureza. Práticas como o jejum nas épocas ou nos dias prescritos pela Igreja ou até mesmo a proibição de participar em festas profanas (pois o cavaleiro não deveria ouvir jograis, vistos pela Igreja como transmissores do pecado), eram sinais de um sagrado inteiramente inserido no universo físico em que viviam os humanos. O código de cavalaria era particularmente rigoroso nestes aspectos, como se pode ver pelas palavras de raimundo Llul a propósito dos jograis: “Si escucha a

³¹⁶ LE GOFF, Jacques - *A Civilização do Ocidente Medieval*, 2 vol., Lisboa, 1983. Pág. 273.

³¹⁷ GIANES, Bruno. *Fernão Lopes (C. 1380/90 -1459): Crônica e História em Portugal (Séc. XIV)* Niterói, 2009. Pág 59, 60.

³¹⁸ DIAS Isabel de Barros – *Metamorfoses de Babel – a Historiografia Ibérica (Secs. XIII e XIV)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbendian, 2003, Pág. 388.

jugleres que cantan o hablen de cosas descompuestas, indecências o pecado, ya em el principio y em primer momento em que ingresa em caballería comienza a deshonrarla y a menospreciar este orden”³¹⁹.

Os membros do alto clero, conhecedores das leis, instruídos nas fórmulas jurídicas e notariais, capazes de apresentar, quando necessário, argumentos sólidos perante nobres e reis. Forneciam ao conjunto da sociedade as palavras de ordem espiritual e os rituais de intermediação com o sagrado e que visavam concitar a protecção divina para a comunidade dos crentes.³²⁰ Como corolário deste carisma, “o clero pôde assim obter a supremacia sobre os vários níveis da sociedade, não apenas como detentor da palavra sagrada, mas também porque dispunha da riqueza e ilustração para impor a autoridade aceita.”³²¹ Por isso encontramos na Crônica de 1419 relatos que procuram sublinhar o grande vínculo que a nobreza possuía com a Igreja não apenas no plano político, mas também no âmbito da intermediação com o divino, embora em menor escala do que a realeza.

Devido às iniciativas de centralização monárquica levadas a cabo pela Coroa portuguesa sobretudo a partir de Afonso III, foram inúmeras as vezes em que a realeza se desentendeu com o clero e com a nobreza. Estas duas “ordens” constituíam mesmo poderes concorrentes com a Coroa, nas suas áreas específicas de jurisdição. Daí que Igreja e nobreza não vissem com bons olhos a concentração de poderes por parte dos reis. Aliás, o alto clero contava, entre bispos e abades, com inúmeros membros da nobreza. Por sua vez, “ao partilharem características próprias dos corpos privilegiados, reis e nobres aproximam-se pela excelência do sangue, visto os segundos se consideram linhagisticamente descendentes dos primeiros.”³²² Os laços de parentesco e a partilha de um estatuto de privilegiados não impediram, todavia, as fricções e os conflitos entre eles.

Uma significativa parcela desta nobreza, sobretudo composta por filhos secundogênitos, ingressava no clero, encontrando na vida religiosa uma opção de estabilidade ou mesmo de ascensão social. A Igreja alargou esta ligação para além da esfera clerical, ciente da necessidade de atrair o maior número de componentes da

³¹⁹ LULIO, Raimundo. *Libro del Orden de Caballeria – Príncipes y Juglares*. Buenos Aires. Espasa-Calpe, Argentina, 1949. Pág. 59.

³²⁰ LE GOFF, Jacques - *A Civilização do Ocidente Medieval*. Vol. I, Lisboa, 1983. Pág. 116.

³²¹ Para maiores esclarecimentos sobre o assunto veja-se Fortunado de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, T. I Coimbra, 1910. A citação é de José Mattoso, “Clero”, in *Dicionário de História de Portugal* vol. I, Pág. 590-594.

³²² SILVÉRIO, Carla Serapicos - *A Representação da Realeza na Cronística Medieval Portuguesa*. A Dinastia de Borgonha. Edições Colibri, Lisboa. 2004. Pág. 45.

ordem guerreira e procurando, pouco a pouco, exercer o controle sobre esta força, através principalmente da cristianização da condição do guerreiro. Para tanto, foi moldando com uma forte componente religiosa a cerimónia pela qual eram armados os cavaleiros, ganhando esta o peso de um “quase sacramento” pelo qual o guerreiro se colocava ao serviço de Deus na luta contra o infiel e o ímpio.³²³ Embora esse cerimonial nunca tenha assumido, em Portugal, a expressão alcançada, por exemplo, na França feudal, a verdade é que esta tendência também se manifestou no reino mais ocidental da cristandade.

Desta forma, as relações entre a nobreza e a Igreja ocupam um lugar considerável no texto da Crônica de 1419, visando transmitir uma imagem de harmonia e de afinidade entre ambas, o se comprova pela ausência de relatos sobre litígios entre elas, ao contrário do que ocorre nas narrativas cronísticas sobre as relações entre o clero e a realeza, uma vez que “para a defesa dos seus privilégios senhoriais, os membros do clero não podiam aceitar as imposições da coroa”³²⁴, pois como vimos, esta relação foi alternando períodos de harmonia e desentendimentos, de acordo com a acção da nobreza para fazer valer as suas prerrogativas e com as políticas de cada rei face a ela.

Incidiremos agora nas passagens da Crônica de 1419 que estabelecem uma relação entre a nobreza e o sobrenatural, procurando explicar as razões para a inclusão dessas passagens, que não excluem acontecimentos no mínimo improváveis do ponto de vista factual, por vezes até com um pequeno teor de historicidade mas que na Crônica receberam versões romanceadas, onde “se caldeavam motivos romanescos sob um fundo épico-lendário”³²⁵. Não nos esqueçamos que a Crônica de 1419, apesar de principalmente destinada a enaltecer a realeza, visava um público cortesão, composto também pela nobreza e pelo alto clero, que nos seus relatos desempenham papeis coadjuvantes do protagonismo régio.

No trecho da carta enviada a D. Sancho I pelo papa Inocêncio e reproduzido na Crônica, pode-se ler, a propósito do combate aos infiéis, que “àqueles que nom em propria pessoa, mas segundo seu poderio enviarem algumas outras aas suas despesas”³²⁶, também alcançariam perdão para os seus pecados, ficando nítido o apelo à Cruzada

³²³ FRANCO JR., Hilário – *A Idade Média, o Nascimento do Ocidente*. São Paulo. Brasiliense, 1986. Pág. 74.

³²⁴ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal, Estado Pátria e Nação (1080-1415)*, vol. I. Editoria Verbo, 1979. Pág. 161.

³²⁵ *Nova História de Portugal*, dir. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques vol. IV – *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, Lisboa, Presença, 1987 Pág. 674

³²⁶ CDP. Pág. 88.

destinado ao nobres, afinal, pois quem senão eles poderia enviar outras pessoas em seu lugar, consoante o seu poderio? Em muitas situações, era em nome da Igreja que a nobreza procurava legitimar a sua função social exclusivamente bélica, ao demonstrar que a guerra correspondia a uma situação de necessidade, como o combate ao infiel muçulmano. Por causa da guerra, os nobres eram obrigados a mobilizar homens e dinheiro para defender o reino e a cristandade, defendendo simultaneamente os seus bens e os de todos os súbditos, sendo então natural que estes também contribuíssem com seus bens para a defesa de todos.³²⁷ Este ideal guerreiro que permeava a nobreza e principalmente as ordens militares via sempre no palco das batalhas contra o Islão a presença de Deus, um Deus que podia intervir directamente e decidir o desfecho dos prélios. Para esta concepção bélico-religiosa cristã existia uma correspondência no universo mental muçulmano, com a *jihad* (a guerra santa propugnada pelo Alcorão) a dispor igualmente dos seus ideais guerreiros de luta contra o inimigo da fé islâmica. Deste modo, tanto o guerreiro cristão como o muçulmano eram um instrumento dos respectivos desígnios divinos.

Convocar todos os reinos da cristandade para a empresa de resgate de Jerusalém, respondendo aos apelos do papa, permaneceu como um desígnio acalentado por sectores do clero ainda no século XV. O renovar do espírito de Cruzada, inspirado no passado hispânico e reafirmado quando se iniciara a expansão ultramarina para o Norte de África, dava o mote para a missão conquistadora que estava em marcha, legitimada, de novo, pelo triunfo da fé de Cristo. Tal como afirma Édouard Perroy, “de toutes les provinces de la chétienté latine, les chevaliers répond à cet appel avec enthousiasme. Ainsi commence une entreprise, destinée à durer plus de deux siècles, et dont la nostalgie hantera jusqu’à l’aube des temps modernes l’esprit des nobles.”³²⁸ Que o mesmo é dizer que “as incipientes nações que partiam agora para desbravar a África, e pouco mais tarde Américas e a Àsia, procuravam disseminar através desta cronística, a mesma bandeira utilizada nas cruzadas, a do domínio justificado pela legitimidade da fé cristã.”³²⁹. O sublinhar do paralelismo histórico e ideológico conferia um sentido reforçado à analogia que assim se estabelecia.

³²⁷ GENET, Jean-Philippe, LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude - *Dicionário temático do Ocidente Medieval* (1999) Coordenador de tradução de Hilário Franco Júnior. Volume I – Bauru SP. EDUSC. 2002 Pág.406.

³²⁸ PERROY, Édouard.- *Le Moyen Age. L’Expansion de l’Orient et la Naissance de la Civilisation Occidentale*. Presses Universitaires de France. Paris. 1967. Pág.268.

³²⁹ FERNANDES, Fátima Regina – “Cruzadas na Idade Media”, in *História das Guerras* São Paulo. Editora Contexto, 2008. Pág. 128

Ao longo da Crônica em análise, deparamos com o registro de vários grupos sociais, inseridos em diversas situações e com características específicas, remetendo-nos como um todo para uma representação historiográfica da sociedade medieval, focando principalmente a realeza, o clero e a nobreza. Entre estes dois últimos corpos, podemos estabelecer uma interdependência. De um lado está o clero, puro, casto, alheado da vida mundana e das práticas que levam ao desvio da alma, situado entre os dois mundos, o da carne e o do espírito, visto como o intermediário e representante nas relações com o sagrado e os seus desígnios. Do outro lado está a nobreza, enquanto detentora de poderes, privilégios, e influência, devendo zelar pela proteção de todos. Mas a nobreza deve principalmente obedecer às determinações da Igreja, já que o clero interpretava os desígnios divinos que a nobreza deveria executar³³⁰.

Não admira, portanto, a recorrente referência à luta da nobreza contra o Infiel³³¹. A importância da difusão desta ideologia de Cruzada que a nobreza deveria incorporar estava bem consubstanciada no discurso do Papa Urbano II no concílio de Clermont, quando nobres e clérigos reunidos testemunham o seu célebre apelo que iniciaria uma mobilização com vista a unir a nobreza em prol de uma missão comum: a conquista da Terra Santa aos infiéis. A necessidade que o clero tinha da cavalaria feudal torna-se nítida, principalmente pelo fato de percebermos, sobretudo através da literatura, a intenção de a cavalaria criar um tipo ideal que a Igreja esperava ver concretizado nesta Cruzada, tipo esse no qual o “cavaleiro herói” se tornava a personificação do Santo.³³²

O gênero crônica contempla vários temas, onde se misturam os de forte apelo clerical com outros acentuadamente laicos e onde encontramos narrativas épicas, tradições orais, lendas, bem como a descrição de fatos históricos que em muitos casos se apresentam sob forma romanceada. Muito antes do desenvolvimento da cronística Ibérica, a *Chanson de Roland*, considerada uma manifestação cimeira da canção de gesta, já reunia um pouco de todas estas características, não deixando de ter considerável influência na disseminação desta ideologia de luta contra o Infiel, não apenas por ser considerada “como a mais perfeita epopéia da Idade Média”³³³, mas principalmente por Rolando ser “mais um herói militar que um santo e a sua gesta

³³⁰ SILVÉRIO, Carla Serapicos - *A Representação da Realeza na Cronística Medieval Portuguesa*. A Dinastia de Borgonha. Edições Colibri, Lisboa, 2004. Pág. 39

³³¹ MATTOSO, José - *Ricos Homens, Infâncias e Cavaleiros*. A Nobreza Medieval Portuguesa nos Séculos XI e XII, Lisboa, Guimaraes Editores, 1998. Pág. 192.

³³² JUNIOR, Hilário – *A Idade Média, o Nascimento do Ocidente*. São Paulo. Brasiliense, 1986. Pág. 137

³³³ LE GOFF, Jacques - *A Civilização do Ocidente Medieval*, vol. II, Lisboa, 1983. Pág. 278

parece principalmente ligada à propaganda da Reconquista espanhola quando, em meados do século XII, esta se transforma na guerra santa e prefigura as cruzadas.”³³⁴

Como prova deste apelo a temas caros à Igreja, deparamos com a aparição do nobre cavaleiro Amrique a um honrado homem do mesmo nome servidor da Igreja, que lhe diz: “Levanta-te e vay àquele lugar onde os christãos enterarom aquele meu escudeiro alongado de mim e toma o corpo dele e traze-o e soter-o junto comigo a par desta minha sepultura”³³⁵. Do ponto de vista histórico, o nobre, ao armar um jovem cavaleiro, deve não só dar presentes aos convidados na festa da sua sagração, mas também ao próprio cavaleiro; “dizia-se, neste caso, que ele “tinha maravedis” do seu senhor, isto é, que recebia uma certa quantia, com objetivos idênticos aos que presidiam à concessão de quantias aos vassalos do rei.”³³⁶ Na concepção cavaleiresca lulliana, a Igreja não só preconiza tal apoio material ao ingresso na cavalaria, mas também apregoa que o suserano deve responsabilizar-se pela formação ética e moral deste novo cavaleiro. Para que tais preceitos fossem realmente cumpridos era necessário que a Igreja rodeasse a cavalaria com seus ideais, para que não se perdesse nos pecados mundanos³³⁷. Esta idéia torna-se bem nítida quando Llull afirma que a maior amizade existente deve ter lugar entre clérigos e cavaleiros³³⁸.

Analisando a história do cavaleiro Amrique, a Crônica de 1419 transmite a idéia de um fidalgo que combatera pela conquista cristã de Lisboa na companhia de um fiel escudeiro, acabando por morrer e ser enterrado na própria cidade, tendo passado a desempenhar as funções do seu celestial protetor. Assim se afasta, em certa medida, o caráter estritamente belicista vinculado à nobreza, aproximando o cavaleiro da religiosidade, ao transformá-lo num mártir e comparando-o com os membros do clero e da realeza.³³⁹ Com este episódio pretende-se enfatizar a importância do espírito de cavalaria juntamente com a marca de religiosidade que lhe seria inerente, pois “este

³³⁴ Idem.

³³⁵ CDP. Pág.51

³³⁶ *Nova História de Portugal*, dir. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques vol. IV – *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, Lisboa, Presença, 1987. Pág. 247

³³⁷ COSTA, Ricardo da – *A Guerra na Idade Média, Um Estudo da Mentalidade de Cruzada na Península Ibérica*. Edições Paratodos, Rio de Janeiro, 1998. Pág. 145.

³³⁸ LULLIO, Raimundo. *Libro del Orden de Caballeria – Príncipes y Juglares*. Buenos Aires. Espasa-Calpe, Argentina, 1949. Pág. 29-30.

³³⁹ CONDESSA, Maria Sofia Marques - *A memória das Cidades dos Séculos XII a XIV nas Crônicas de Rui de Pina e Duarte Galvão*. Patrimonia Histórica. Caiscais, 2001. Pág. 189.

ideal cavaleiresco tinha um propósito firme de entrelaçar a filosofia da Igreja com a prática guerreira”³⁴⁰.

Tal idéia, neste início de Quatrocentos e através destes episódios de histórias míticas carregadas de forte valor simbólico, procurava resgatar os valores de uma Igreja que pretendia disseminar a fé cristã em solo africano, através de uma nobreza cristã-cruzadística que era o seu braço armado. O paralelismo entre a Reconquista ibérica e a expansão militar no Norte de África era evidente. E até mesmo o equipamento da cavalaria possui uma relação direta com a religiosidade. O *cavalo* simbolizava a nobreza do seu valor, para que cavalgasse mais alto que os demais homens; o *escudo* representava o seu próprio ofício, pois, tal como o escudo, também o cavaleiro se interpõe entre o rei e o seu povo; a *espada* era feita à semelhança da cruz, para manter a justiça e a cavalaria; a *lança* era identificada com a verdade, apoio da esperança, força contra a falsidade.³⁴¹ De fato, “a Igreja tentou, com considerável sucesso, introduzir um código de honra para os cavaleiros, abençoando suas armas e transformando o rito de iniciação em uma cerimônia religiosa.”³⁴²

A cronística da época, mesmo a de matriz régia, dava acolhimento a uma cultura senhorial fundamentada nos ideais e nos valores da nobreza como a valentia guerreira e a cruzada contra o Infiel. Além disso, e como já foi evidenciado, valorizava também a lealdade vassálica. Em termos sintéticos, na feliz fórmula de Oliveira Marques, “os poucos textos originais portugueses revelam, sem sombra de dúvida, o predomínio desta apologia do sistema feudal. Assim sucede com os *Nobiliários* do século XIV, com o *Livro da Virtuosa Benfeitoria* do infante D. Pedro, com o *Leal Conselheiro* do rei D. Duarte e com outros textos transcritos no *Livro dos Conselhos* do mesmo rei. Uns e outros vinham de par com toda a produção histórica do tempo – mesmo a de Fernão Lopes – e com obras estrangeiras divulgadas em Portugal, no género romances de cavalaria.”³⁴³

Dos vários temas abordados por esta cronística também podemos incluir a intenção de enaltecer a cultura clerical e os preceitos da Igreja, através de uma forte ligação com a nobreza, já que boa parte deste clero era formado por nobres oriundos da classe senhorial, e daí ser normal que refletissem também os seus valores, procurando

³⁴⁰ COSTA, Ricardo da – *A Guerra na Idade Média, Um Estudo da Mentalidade de Cruzada na Península Ibérica*. Edições Paratodos, Rio de Janeiro, 1998. Pág. 148

³⁴¹ *Idem* Pág. 149.

³⁴² JAGUARIBE, Hélio. *Um Estudo Crítico da História. Paz e terra*. São Paulo. 2001. Pág.385.

³⁴³ *Nova História de Portugal*, dir. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques vol. IV – *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, Lisboa, Presença, 1987. Pág. 427.

na maioria dos relatos de cunho bélico-cavaleiresco introduzir uma marca de cunho religioso, como consta nas várias narrativas de luta contra o Infiel.

Neste sentido, a justificação ideológica da guerra contra os muçulmanos torna-se patente em toda a Crônica, tornando-se importante como um fator de coesão da nobreza portuguesa e desta com o clero e a realeza. A motivação religiosa enforma a ideologia da Reconquista, tanto para os nobres que nela combatiam como para os clérigos que procuravam exortá-los à luta em nome da fé cristã. As ordens religioso-militares estarão entre os principais sujeitos deste espírito de Cruzada, vindo a constituir-se como um lugar de convergência de sectores da nobreza e do clero para o combate contra o Islão.

A concepção de que a luta contra os mouros se inseria numa Guerra Santa atinge um dos seus expoentes mais altos quando se referem os nobres e clérigos que morriam na Reconquista, sendo os mesmos tratados como mártires. Os confrontos de que resultavam tais mortes não eram, pois, batalhas vulgares, mas sim parte de um empreendimento coletivo da cristandade, onde a nobreza agia sob a orientação da Igreja e esta, por sua vez, interpretava os desígnios divinos. As mortes violentas de guerreiros ou de frades, as alusões ao sangue por eles vertido, são comparadas à morte do próprio Cristo que, com o seu sacrifício, garantira a remissão dos pecados e a salvação da humanidade.³⁴⁴

Encontramos um exemplo destes martírios num capítulo da Crônica de 1419 relativo ao reinado de Afonso III, a propósito de um episódio que envolveu um grupo de cavaleiros cristãos junto a Tavira, e em que se diz:

“E aly se defenderom todos per muy grão peça, dando e recebendo muy grandes feridas. E asy erom aficados dos mouros que hum não podia dar fee do que o outro fazia, mais cada hum tinha asaz que fazer em defender o lugar em que estavam. Asyma foy ho palanque roto e entrando per força e os christãos postos em muyto mayor presa e, desfaleçemdo-lhe a vertude, não podendo já mais fazer, acabaraom aly todos sete sua postimeira vemtura. Pero não ouverosm os mouros a melhor sem lhes custarem bem cara porque asaz de matança fizeram em eles amtes que lhe faleçeçe a força.”³⁴⁵

No capítulo seguinte, já depois da conquista de Tavira, os corpos destes cavaleiros são recuperados e sepultados, deles se dizendo que “despois foram avidos em

³⁴⁴ SOUSA, Bernardo Vasconcelos, A Imagem do Mouro nos Anais de D. Afonso Henriques op. Cit. In SILVÉRIO, Carla Serapicos - *A Representação da Realeza na Cronística Medieval Portuguesa*. A Dinastia de Borgonha. Edições Colibri, Lisboa. 2004. Pág. 87

³⁴⁵ CDP. Pág. 152.

grande reverência e devação como marteres que espargerom seu sangue por a honra de Christo”³⁴⁶.

O reconhecimento social do prestígio do nobre não advinha apenas de sinais exteriores da sua condição, tais como a riqueza ou os cargos desempenhados. As tradições relativas a atos heróicos dos seus antepassados e nomeadamente à participação destes nas batalhas da Reconquista assumiam um importante papel na auto-representação dos membros da nobreza. Tanto mais que se considerava que as virtudes nobiliárquicas se transmitiam de forma hereditária, pelo sangue, e “daí a procura de origens ilustres, de fundadores de linhagem, reais ou míticos, que se tivessem ligado a casas nobres desaparecidas mas ainda lembradas, a seres sobrenaturais, a santos”.³⁴⁷ As referências a ações heróicas dos nobres e a sua inclusão nas crônicas régias serviam como exmplo para aqueles que se consideravam herdeiros do carisma dos seus antepassados. E se esses exemplos convinham aos monarcas para que os nobres replicassem os feitos dos seus ascendentes, também agradavam aos nobres que assim viam reconhecida a sua valia insubstituível no exercício da função guerreira e na assunção dos respectivos valores.

Em jeito de conclusão deste capítulo, podemos dizer que a Crônica de 1419 procurou associar a nobreza aos preceitos cristãos através dos apoios dados a Igreja, algo que fica bem patente nos exemplos anteriormente apresentados. Esta fusão entre o espírito religioso e a acção da nobreza contribuía para transmitir uma imagem de harmonia entre as duas “ordens”, o que se prolongava na harmonia entre a “ordem” celestial e a terrena. Esta representação ideológica tinha uma função exemplar e pedagógica, como forma de articular as relações “corporativas” entre clero e nobreza. Nesta via, a luta contra o Islão, na Reconquista ibérica ou no Norte de África, fornecia uma sólida base objectiva e doutrinária para a necessária unidade do campo cristão.

4.4 – RELAÇÕES ENTRE A REALEZA E A NOBREZA

A construção e a consolidação do poder da Coroa ao longo da Idade Média portuguesa fez-se, em larga medida, no confronto, umas vezes surdo e latente, outras vezes gritante e aberto, com as prerrogativas e os poderes do clero e da nobreza. As

³⁴⁶ CDP, Pág. 154..

³⁴⁷ KRUS, Luís. *Passado, Memória e Poder na Sociedade Medieval Portuguesa*. Estudos. Redondo, Patrimonia Historica, 1994, Pág. 15-16.

relações da realeza com o primeiro grupo já foram abordadas no respectivo capítulo, sendo o alvo deste ponto a análise dispensada pela Crônica de 1419 a respeito dos desentendimentos e apoios entre a nobreza e o rei. No primeiro caso, observamos tal enfrentamento principalmente nas medidas régias tendentes a delimitar ou mesmo a restringir os direitos senhoriais considerados abusivos por parte da Coroa; já no segundo caso, de aliança e apoio, realeza e nobreza são apresentadas como um corpo comum nas guerras contra os castelhanos ou os mouros, neste último caso numa clara convergência no combate a um inimigo comum a toda a cristandade, o Islão.

Esta segunda perspectiva recebe um considerável relevo na Crônica, porque a realeza e a nobreza comungam deste universo físico da guerra, realçando o seu papel no respectivo contexto de preparação e especialização para tal actividade. A dupla função exercida pelo rei, quando encarna ao mesmo tempo a sabedoria e a componente guerreira, acaba por distingui-lo como superior à nobreza, competindo-lhe assim a tutela e o papel de disciplinador desta cavalaria nobre. Não admira, pois, que realeza e nobreza sejam representadas, em termos de princípios, como estando em convergência e “esta complementaridade surge aliás, bem patente nas afinidades cronísticas existentes entre o corpo da realeza e da nobreza, sendo ambos os que se encontram mais presentes e completos nas narrativas do passado do reino.”³⁴⁸

Estes relatos textuais são geralmente utilizados para acentuar a idéia de que os nobres deviam actuar na estrita condição de vassallos e dependentes da realeza, sendo a esta última que se atribuem os principais louros da vitória de tais empresas militares, ou não fosse a Crônica de 1419 um “monumento” régio. Também se procura enfatizar a necessidade de disciplinar o individualismo e o voluntarismo guerreiro da nobreza, de maneira que não comprometam a ação das hostes régias como um todo. Em suma, apesar do reconhecimento do valor militar dos nobres, a Crônica tende a referir-se aos monarcas como detentores de uma superior direção hierárquica, nomeadamente o que se refere às guerras da Reconquista. Também neste particular existia confluência de perspectivas e interesses entre a realeza e a Igreja, pois “l’ideologie pontificale, parfaitement assumée sur ce point par les premiers rois portugais, faisant du roi le chef

³⁴⁸ SILVÉRIO, Carla Serapicos - *A Representação da Realeza na Cronística Medieval Portuguesa. A Dinastia de Borgonha*. Edições Colibri, Lisboa. 2004. Pág

naturel de la Reconquête, a pu conduire les autres catégories dirigeantes à se décharger sur la monarchie de leur devoir militaire tout moins que de l'initiative de lutte”³⁴⁹.

No que diz respeito à natureza das relações desenvolvidas pela nobreza e pela realeza no tocante às lutas contra o Islão, existem algumas especificidades no tratamento que lhes é dado pela Crônica. Num primeiro plano, o da perspectiva guerreira, os nobres destacam-se como um honrado e corajoso corpo de combatentes, lutando em nome do seu rei e da Igreja; apesar de frequentemente serem mencionados em termos coletivos, o que oblitera as suas individualidades, recebem como grupo o reconhecimento do rei, pois é com eles que o monarca direta ou indiretamente prepara as estratégias militares, são eles aqui incitam os seus combatentes à luta nos momentos de desânimo e repartem o produto do saque nas cidades subjugadas. Foi o que se verificou após a conquista de Lisboa, por D. Afonso Henriques:

“e, depois daquesto, el-rey dom Afonso mamdou chamar mosem Guilhem de Logua Espea e Chyll de Roollim e dom Leberche e dom Ligelusia e dise-lhes: “Amigos, vós bem sabês que contrato foy feito amtre nós que, se nos Deos dese a cidade, que a partisymos pela metade. E pois a ele aprouve que a nós ouvesemos, a ele muytas graças. E pois asy he, vós tomay cavaleynos e eu darey outros que vam e partão a çidade, asy as cousas de demtro como as de fora”³⁵⁰.

Por outro lado, pelo fato de estarem inseridos no âmbito nobiliárquico, recebem , embora em menor escala do que o rei, uma considerável associação ao sagrado, pela sua participação numa missão guerreira que tinha como fulcral objetivo lutar e conquistar em nome do Rei dos Reis e do seu representante terreno, o papa. Por isto a Crônica se mostra tão elogiosa para com os nobres participantes na conquista da importante cidade que era Lisboa, não se limitando apenas a enaltecer o protagonismo de cavaleiros lusos, mas evocando também a acção a acção e mesmo a morte como mártires de estrangeiros que ajudaram a coroa na tomada da cidade: “Nesta tomada de Lixboa morerom algns cavaleynos como mártires e depois faziam muytos milagres, amtre os quaes foy hum cavaleyro chamado Amriqe, alemão, o qual era de hua vila que chamom Bona, posta

³⁴⁹ BOISSELLIER, Stéphane – *Reflexions sur l’Ideologie Portugaise de la Reconquête*. article ; n°1 ; vol.30, pg 139-165. Mélanges de la Casa de Velázquez - Année 1994 - Volume 30 - Numéro 1 - Pages 139-165. <http://www.persee.fr>. Pág 162

³⁵⁰ CDP. Pág. 49-50.

junto de Colonha, o qual foy enterado em Sam Viçente, honde fazia muytos milagres”.³⁵¹

Nem sempre conhecemos exactamente o tipo de relação existente entre os cavaleiros mencionados na Crônica, e mesmo noutro tipo de fontes, e os reis. No âmbito da guerra de Reconquista e mesmo depois dela, os cavaleiros vassalos que serviam o rei teriam com este uma relação de proximidade, no quadro feudo-vassálico. E embora se conheça mal a ligação destes guerreiros aos seus suseranos, temos todavia a informação referente ao conde de D. Pedro e aos seus vassalos, e que permite inferir do bom relacionamento existente entre eles, como demonstra um trecho do seu Livro de Linhagens:

“Este conde dom Pedro fi o que fez muito bem a fidalgos em Portugal e o que os pôs nas moi grandes contias, ca mais foram por ele postos e feitos em mui grandes contias ca polos melhores quatro homees bõos que foram em Portugal, salvando se foram ende reis. E este foi o que herdou alguus filhos d’algo nas sas herdades e que houve os melhores vassalos que houve outro conde, nem homees bõos dos que dante foram.”³⁵²

O conde, com o intuito de registrar uma gesta de carácter peninsular, concebe um passado cuja herança coletiva de proezas e façanhas está presente num Portugal nobiliárquico e régio, onde os grandes feitos nas batalhas da Reconquista, “mobilizando-se para cumprir um destino libertador e redentor”³⁵³, podem ser lidos não só no seu livro de Linhagens mas também sua versão da Crônica Geral de Espanha de 1344.

Neste mesmo sentido, não são raras as referências lisonjeiras encontradas na Crônica de 1419, nas quais consta o grande apreço que os reis dispensavam a certos nobres, como constatamos numa passagem relativa ao reinado de D. Afonso I, quando este monarca recebe D. Fuas Roupinho e os seus homens, que retornavam de uma batalha contra os mouros, “e a dom Fuas fez grandes merçees e àqueles que com ele foram na batalha”³⁵⁴. Da mesma forma, deixa-se clara a estima dispensada por D. Sancho I ao conde D. Mendo, “que era em aquela sazom ho mor senhor que em seu reyno avia (...) E ele era muy nobre cavaleyro e muy avisado em todollos autos de

³⁵¹ CDP, Pág. 50.

³⁵² - *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (Ed. Crítica por José Mattoso), 1980 Pág. 277.

³⁵³ - *História e Antologia da Lieratura Portuguesa. Séculos XIII – XIV*. Coordenação Científica de Isabell Allegro de Magallães. Fundação Calouste Gulbenkian. Pág. 21.

³⁵⁴ CDP. Pág. 77

guerra”.³⁵⁵ Esta solidariedade dos reis e para como os nobres, aponta para a existência de uma grande comunidade envolvendo os monarcas e a nobreza e regrada pelo espírito mútuo de solidariedade e pelo ideário cavaleiresco. Fundamentados nestes ideais e na rede de relações nobiliárquicas, onde o rei era o maior dos nobres, o monarca merece sempre o destaque que o coloca numa posição cimeira, acima de todos os demais senhores. E mesmo que um ilustre fidalgo protagonizasse algum episódio memorável em que também houvesse a participação do monarca, este último aparecia como o mais valoroso e digno de elogios.³⁵⁶

Mas nem sempre as relações entre a nobreza e a realeza foram tão harmônicas como corroboram as passagens e idéias supracitadas. De entre os vários litígios ocorridos ao longo da Idade Média portuguesa entre reis e grandes senhores, destaca-se o ocorrido durante o reinado de D. Dinis e que se encontra documentado na própria chancelaria deste rei, numa carta de grande significado, na qual o monarca revoga todas as doações e privilégios concedidos nos quatro primeiros anos do seu reinado, tendo por objetivo o controle da expansão senhorial e o fortalecimento do seu poder. Aí se pode ler:

“Dom Denis pela graça de Deus Rey de Portugal e do Algarve(...) a vos saúde. Sabede que as doações que eu fiz ataa aqui qui achei que as fiz em tenpo que era de pequena ydade e que as fiz em tenpo que nom devem valer e acho que foy engano e por ende com conselho do Infante D. Affonso meu irmão e d’alguuns ricos homees e d’outros homees boos que eram i comigo do meu Reyno, revoguey e revogo todas essas doações (...)”³⁵⁷

Apesar da confirmação desta desavença entre rei e nobres e da imagem histórica de um rei que “não permitindo que o poder senhorial, mesmo na pessoa de seu filho D. Afonso, pusesse em causa o principio da soberania que era atributo da realeza”³⁵⁸, não encontramos na descrição do reinado de D. Dinis da Crônica de 1419 nenhuma menção pormenorizada às razões das desavenças com a nobreza. Mesmo sabendo-se que durante o período de desentendimento com o seu primogênito parte desta nobreza se encontrava ao lado do rei e outra ao lado do Infante, e havendo uma vasta descrição das refregas

³⁵⁵ CDP. Pág. 91

³⁵⁶ BARROS, José D’Assunção – *Realeza, Solidariedade Nobiliárquica e Imaginário Cavaleiresco na Idade Média Portuguesa (Séc. XIII-XIV)*. Revista Ciências Humanas – Universidade de Taubaté (Unitau) – Brasil – VOL. 1, N. 1, 2009 Pág. 1

³⁵⁷ Chancelaria de D. Dinis, L. 1, fl.83, citada por PIZARRO, José Augusto P. De Sotto Mayor, *D. Dinis e a Nobreza no Final do Século XIII*. . Pág. 91

³⁵⁸ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal, Estado Pátria e Nação (1080-1415)*, vol. I. Editoria Verbo, 1979. Pág. 248.

entre ambos e posteriormente entre D. Afonso IV e os irmãos, estes confrontos são apresentados como se de choques pessoais se tratasse.

Em última análise, a razão para esta luta entre o rei Lavrador e o seu filho e herdeiro recai numa disputa pessoal do trono e não na acção anti-senhorial de D. Dinis e na reacção que suscitou por parte de um sector da nobreza. Não se oculta, no entanto, o carácter extremamente violento e sanguinário de que se revestiu a guerra civil, como se revela, por exemplo, que “tanto que el-rey chegou a Santarem, envyrou recado a Lourenç Eanes redondo, que estava no alcaçar de Leiria, que desepase e matase aqueles que derom entrada ao iffante.”³⁵⁹; mas jamais a narrativa da Crônica assume tratar-se de uma guerra civil. É igualmente sintomático que a Crônica não refira nenhuma das inquirições gerais realizadas por D. Dinis e que suscitaram a reacção senhorial.

Insistimos em que as descrições feitas nos documentos cronísticos são versões ou melhor, representações da realidade, nem sempre correspondendo ao que se pode considerar a realidade objectiva. E neste caso, especificamente, a Crônica de 1419 pouco nos revela dos motivos que estiveram por detrás das medidas regias adotadas por D. Dinis para tolher os abusos da nobreza senhorial.³⁶⁰ Mais do que apenas um dos elementos presentes no jogo político, os poderes senhoriais apresentavam-se como fatores integrantes do tipo de estrutura política e econômica da época. Os poderes políticos neste fim da Idade Média, em Portugal, estruturavam-se e organizavam-se de modo concorrencial, com base nos conflitos e rearranjos resultantes do choque entre a soberania régia e as prerrogativas do clero e da nobreza, e “dos quais a instituição monárquica era parte integrante (e de preeminência cada vez maior), mas sujeita, como os outros, às flutuações e limitações que só podem ser explicadas por uma análise das conjunturas históricas.”³⁶¹

Assim, nesta complexa rede política, encontramos sempre no seio da estruturação do discurso cronístico, em maior ou menor escala, uma ligação à realidade, ou melhor dizendo, a uma “construção” do passado que obedece aos interesses da entidade que promove a elaboração da Crônica, neste caso a realeza de Avis. Mais do que relatos “objectivos” da realidade, a cronística fornece uma visão da realidade de

³⁵⁹ CDP. Pág. 210

³⁶⁰ PIZARRO, José Augusto P. De Sotto Mayor - *D. Dinis e a Nobreza no Final do Século XIII*. Pág. 98.

³⁶¹ CARVALHO, João Cerineu L. de - *Monarquia e Nobreza no Estado Português Quatrocentista*. XIV Encontro Regional da ANPUH-RIO, Memória e Patrimônio. /www.encontro2010.rj.anpuh.org. Pág. 6.

acordo com o objectivo da Coroa, no âmbito do campo mental e do aparelho ideológico respectivo.³⁶²

No contexto do final do século XIV e da passagem para o XV, deram-se diversos casos de conflitos, de contestações, e de reconciliações entre nobres portugueses e de sectores deste com a monarquia, pelo que não seria expectável que a Crônica, redigida no reinado de D. João I, procurasse transmitir certas interpretações pedagógicas para o público nobiliárquico da época. Tanto mais que o primeiro rei de Avis teve “de defrontar ao longo do seu reinado sucessivas arremetidas da nobreza que a troco do apoio que lhe havia concedido quando da revolução de 1383 e da guerra que se lhe seguiu, se sentia no direito de lhe exigir terras e outros bens de natureza material.”³⁶³ Desta forma, não convinha à monarquia portuguesa do primeiro quartel do século XV reavivar a questão dos conflitos do tempo de D. Dinis em torno das prerrogativas senhoriais, já que D. João retirou até ao condestável Nuno Álvares Pereira terras que antes havia lhe doado.³⁶⁴

De alguma maneira, todas as narrativas sobre desentendimentos entre rei e nobres podiam inserir-se no âmbito das ‘traições vassálicas’ ou, pelo menos, das infracções ao código de fidelidade feudo-vassálico. Por isso mesmo, tais situações tendiam a ser omitidas ou, sendo descritas, eram-no com o intuito de constituírem exemplos do que não deveria ser feito, de comportamentos negativos e, como tal, condenáveis.

Encontramos assim nas narrativas e idéias analisadas, que se apresentam em diferentes contextos e situações, a intenção patente na Crônica de transmitir lições pedagógicas para serem absorvidas a partir de episódios reveladores tanto da harmonia como de desentendimentos entre a nobreza e a realeza. No contexto da “refundação” do reino pela dinastia de Avis e do processo de legitimação do acesso de D. João I ao trono, era fundamental apresentar e valorizar um quadro de relações harmoniosas entre a monarquia e os seus nobres. A memória política, régia e nobiliárquica, que se está a construir tem de diluir os conflitos do passado e avivar a cooperação, a complementaridade e a aliança entre a Coroa e os seus nobres, que o mesmo é dizer

³⁶² GAMA, Orlando - *A Memória do Espaço no Espaço da Memória: Entre a Analítica e os Primórdios da Cronística Medieval*. Parte deste texto foi previamente publicado em Rumos e Escrita da História. Estudos em Homenagem a A.A. Marques de Almeida, Lisboa, Edições Colibri, 2006, pp. 661-679 <http://web.letras.up.pt>. Pág. 2

³⁶³ MORENO, Humberto Baquero.- “Contestação e oposição da nobreza portuguesa ao poder político nos finais da Idade Média”. *Revista da Faculdade de Letras – História*, Porto, 1987. II série, v. IV. Pág. 103.

³⁶⁴ ZIERER, Adriana Maria de Souza -*Modelos Educativos de Nobre e Rei na Crônica de D. João I, de Fernão Lopes*. Acta Scientiarum. Education Maringá, v. 32, n. 1, p. 55-66, 2010. Pág. 57.

aqueles que lhe são e deverão continuar a ser leais. Esta era, de resto, uma condição para a afirmação e a consolidação do poder régio, mas também para a compensação da nobreza, apoiante da nova dinastia e do seu recente projecto de conquista, agora no Norte de África.

5 - CONCLUSÃO

De uma maneira geral, o estudo sobre as representações da realeza e da nobreza na Crônica de 1419 permitiu-nos verificar que todo o discurso nela adotado tem por objetivo principal destacar, fixar e transmitir a actuação de ambas no seio da sociedade medieval, projectando, através das imagens e das representações contidas no texto e em que sobressai uma intenção exemplar ou didático-pedagógica, no quadro da afirmação e da consolidação da dinastia de Avis, no início do século XV.

Tomando como referência essencial o texto da Crônica de 1419, mas levando em linha de conta estudos e reflexões de vários autores, este trabalho procurou evidenciar a forma e os processos narrativos que conduziram, na cronística e nesta fonte em particular, à construção da afirmação ideológica e política da Coroa. O soberano é o centro da narrativa, possui uma inegável preeminência sobre a nobreza, mas preferencialmente em cooperação e harmonia com a ela.

As várias imagens das representações da monarquia e dos seus nobres durante os sete primeiros reinados da dinastia de Borgonha prolongavam-se na contemporaneidade da Crônica como lições da história e como exemplos. Incorporando tradições anteriores de diversas origens, acrescentando elaboração própria, cerzindo todos estes elementos num todo que pretendia apresentar a coerência de um percurso histórico e de uma memória régia sobre Portugal, a Crônica de 1419, independentemente de quem tenha sido o seu organizador ou o seu autor, constituiu o primeiro projecto de fôlego e concretizado de uma crônica nacional do reino português. É esse o seu quadro de observação e a sucessão dos reis desde D. Afonso Henriques até D. Afonso IV é o seu fio condutor. Neste sentido, a Crônica de 1419 constitui uma “pré-história” do Portugal da dinastia de Avis.

Até a matriz cristã da monarquia portuguesa, acentuada pela luta multissecular contra o Islão peninsular, encontrava a sua correspondência e o seu prolongamento natural na expansão ultramarina, voltada para o Norte de África e de novo dirigida contra o inimigo da Fé cristã.

A Crônica de 1419 não foi a primeira manifestação deste género historiográfico em Portugal, nem inaugurou a tradição de manifestação das suas glórias e de exaltação apologética das vitudes heróicas dos seus reis e fidalgos. Mas o elogio e o incentivo às

virtudes e às tradições guerreiras da reconquista está presente em quase toda a Crônica, com este tema a surgir muitas vezes associado a um forte apelo de carácter religioso. Neste ambiente simultaneamente guerreiro e espiritual, o paradigma cristão, intimamente ligado à Igreja, enformou o modelo da conduta régia nas guerras, transmitindo o que deveria ser interpretado como lícito ou como reprovável.

Foi preocupação dos monarcas portugueses, desde a formação do reino no século XII e até ao final da Idade Média, delimitar as suas fronteiras, assegurar a sua independência perante Leão e Castela e, sempre que possível, expandir o seu território. E todo esse esforço teria sido em vão se, a partir da subida ao trono da dinastia de Avis (1383-1385), não tivesse havido a preocupação de criar um ambiente político e cultural, também no campo historiográfico, que justificasse e legitimasse a nova dinastia, como lícita continuadora da anterior. A produção historiográfica sobre as origens do reino ocorreu nesse ambiente e foi elaborada com o principal objetivo de reafirmar a grandeza dessas origens e da história especificamente portuguesa (e já não peninsular), preservando para a posteridade uma memória que justificasse tanto a independência do reino quanto a empresa e a ideologia da expansão ultramarina.

A ligação entre o desenvolvimento do gênero cronístico e o início e a afirmação das monarquias nacionais, sobretudo a partir do século XII, demonstra bem que as crônicas se adequaram na perfeição às necessidades de registar e transmitir de modo eficaz o passado dessas monarquias, do ponto de vista do poder que as corporizava. No caso português, a grande concentração da produção cronística régia no séculos XV e na primeira metade do século XVI, destacando reis e nobres como sucede com a Crônica de 1419, ilustra de forma categórica a relação estreita entre a valorização da historiografia, e concretamente do gênero cronístico, e a consolidação da Coroa.

A Crônica de 1419 constituiu, assim, uma peça do discurso legitimador da dinastia de Avis, discurso esse que encontraria o seu mais elevado expoente no campo da historiografia na Crônica de D. João I, de Fernão Lopes.³⁶⁵ Nesta perspectiva, a Crônica de 1419, sendo uma narrativa acerca do passado do reino, cumpria objectivos contemporâneos, exaltando e propondo a aliança entre rei e nobreza para a viabilização do próprio reino e para a prossecução do seu projecto expansionista.

Memória histórica e projecto político da Coroa complementavam-se e fortaleciam-se mutuamente. Não era ainda a ideia de Império a dar base a um programa

³⁶⁵ GIANES, Bruno. *Fernão Lopes (C. 1380/90 -1459): Crônica e História em Portugal Séc. XIV* Niterói, 2009. Pág. 138

coerente; era, sim, o retomar da expansão territorial do reino, no sentido que a Reconquista traçara e que servia de inspiração para os tempos presentes e para os vindouros. A história do passado, dos seus reis e dos seus heróis, prolongava-se no presente e apontava os caminhos do futuro.

FONTES:

BARCELOS, Pedro Afonso - *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Ed. Lindley Cintra, Lisboa, 1990

CAMÕES, Luís de – *Os Lusíadas*. Comentados por Francisco da Silvera Bueno. Edições de Ouro. Rio de Janeiro: Tecnoprint Gráfica, 1965.

Crónica de Portugal de 1419 - Edição Crítica com Introdução e Notas de Adelino de Almeida Calado. Universidade de Aveiro, 1998.

Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal - Ed. Carlos Silva Tarouca 3 Vol. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1952.

GALVÃO, Duarte - *A Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques*. Imprensa Nacional, Lisboa: Casa da Moeda, 1983.

PINA, Rui de – *Chronica do muito alto, e muito esclarecido príncipe D. Sancho I, segundo rey de Portugal*. Lisboa Occidental, na Officina Ferreyriana, 1727.

Chronica do muito alto, e muito esclarecido principe D. Afonso II, terceiro rey de Portugal. Lisboa Occidental, na Officina Ferreyriana, 1727.

Chronica do muito alto, e muito esclarecido principe D. Sancho II, quarto rey de Portugal. Lisboa Occidental, na Officina Ferreyriana, 1728.

Chronica do muito alto, e muito esclarecido principe D. Afonso III, quinto rey de Portugal. Lisboa Occidental, na Officina Ferreyriana, 1728.

Chronica do muito alto, e muito esclarecido principe D. Dinis, sexto rey de Portugal. Lisboa Occidental, na Officina Ferreyriana, 1729.

Chronica de ElRei Dom Afonso o Quarto. Biblion, 1936.

Crónica de D. João I, de Fernão Lopes. O Espaço da História
<http://www.azpmedia.com/historia>

Ramon Llull. *Livro da Ordem de Cavalaria, (1279-1273):* Trad., apres. e notas de [Ricardo da Costa](#). São Paulo: [IBFCRL](#), 2000. /www.ricardocosta.com

Potugaliae Monumenta Histórica, Scriptores, vol. I. Lisboa, 1856

ZURARA, Gomes Eanes de - *Crónica da Tomada de Ceuta*, Coleção Aventura Portuguesa. Editora Europa-América.

BIBLIOGRAFIA:

AMADO, Teresa - Os géneros e o Trabalho Textual. In: RIBEIRO, C. A. MADUREIRA, M. (coord.) *O Género do Texto Medieval*. Lisboa: Edições Cosmos, 1997.

ALMEIDA, Fortunado de – *História da Igreja em Portugal*, Vol. I. Porto: Editora Civilização, 1971

ALMEIDA, Simone Ferreira Gomes de – *A Concepção do Tempo na Cronística da Península Ibérica, Séculos XIII E XIV*. <http://legacy.unifacef.com.br>

ANDERSON, P. - *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1985

BARROS, José D'Assunção – *Realeza, Solidariedade Nobiliárquica e Imaginário Cavaleiresco na Idade Média Portuguesa (Séc. XIII-XIV)*. Revista Ciências Humanas – Universidade de Taubaté (Unitau) – Brasil , VOL. 1, N. 1, 2009.

BASTOS, Artur de Magalhães - *Estudos, Cronistas e Crónicas. Fernão Lopes e a Crónica de 1419*. <http://books.google.com.br>

- *Cronica de D. Sancho I e D. Afonso II*. Biblioteca Histórica. Livraria e Civilização. 1945.

BERTOLIL, André Luiz Bertoli1 - *Ensaio sobre a Cronística e a Guerra em Portugal no final da Idade Média*. Revista Litteris História Julho de 2010 n 5 Revista Litteris. [//revistaliter.dominiotemporario.com/](http://revistaliter.dominiotemporario.com/)

BLANCHARD, Joel - “Les Corps du roi: melancolie et recreation. Implications medicales e culturelles du loisir des Princes à la fin du Moyen Âge” in *Représentations, pouvoir e Royauté à la fin du Moyen Âge*. Paris, 1995, pp 199-211.

BLOCH, Marc – *A sociedade feudal*. Lisboa: Edições 70, 1998.

BOCHAT, Ebehard Muller – *Entre a Idade Média e a Renascença*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1970.

BOISSELLIER, Stéphane – *Reflexions sur l’Ideologie Portugaise de la Reconquête*. article ; n°1 ; vol.30, pg 139-165. Mélanges de la Casa de Velázquez - Année 1994 - Volume 30 - Numéro 1 - Pages 139-165. <http://www.persee.fr>

BORDIEU, Pierre - *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1990.

BRANCO, Maria João Violante - *D. Sancho I. Reis de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

BRANDÃO, Frei António e BRITO, Bernardo de - *Crónica de D. Afonso II*, Livraria Civilização, 1945.

BUESCU, Ana Isabel – *Imagens do Príncipe. Discurso Normativo e Representação (1525-49)*. Lisboa: Cosmos, 1996.

CAETANO, Marcelo - *História do Direito Português*, Vol. I. Lisboa, 1981.

CARVALHO, João Cerineu L. de - *Monarquia e Nobreza no Estado Português Quatrocentista*. XIV Encontro Regional da ANPUH-RIO, Memória e Património. www.encontro2010.rj.anpuh.org . Pág. 6.

CINTRA, Luís Filipe Lindley – *A Lenda de D. Afonso I, Rei de Portugal (Origens e Evolução)*. Versão portuguesa de uma conferência proferida em Paris, no Centro Cultural Português da Fundação Calouste Gulbenkian, no ano de 1985. <http://cvc.instituto-camoes.pt/>

COELHO, António Borges – *Questionar a história, ensaios sobre História de Portugal*. Caminho: Lisboa., 1983.

COELHO, Filomena Lopes - “*O Espaço e a História: Cartografia dos Topónimos da Crónica de 1419*”, Estudos Medievais. Porto, (1985), pp. 5-6

CONDESSA, Maria Sofia Marques - *A memória das Cidades dos Séculos XII a XIV nas Crónicas de Rui de Pina e Duarte Galvão*. Cascais : Patrimonia Histórica, 2001.

CONTAMINE, Philippe - *La noblesse au Moyen Age. XIe-XVe siècles. Essais à la mémoire de Robert Bouturche*. PUF: Paris, 1976. <http://www.persee.fr/web>

Dicionário de Literatura Medieval Galego e Portuguesa - Org. e Cord. De Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani. Caminho, 1993. “Crónica de Portugal de 1419”, “Crónica”.

DIAS, Isabel de Barros – *Metamorfoses de Babel, a Historiografia Ibérica (Sécs. XIII e XIV)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian., 2003.

DIOGO, Américo António Lindeza - “Uma leitura de Fernão Lopes”. *Actas do III Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza*, La Corunha: Associação Galega da Língua, 1992, pp. 405-12

DINIS, A. J. Dias – *Antecedentes da Expansão Ultramarina Portuguesa*. Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1962

COSTA, Ricardo da – *A Guerra na Idade Média, Um Estudo da Mentalidade de Cruzada na Península Ibérica*. Rio de Janeiro: Edições Paratodos, 1998.

DUBY, Georges - *As três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo*. Lisboa: Editora Estampa., 1982.

- *História Social e Ideologias das Sociedades*. In LE GOFF, Jaques e NORA, Pierre. *História Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995

ELIAS, Norbert - *O Processo Civilizador. Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993

FALCÃO, Conceição - *D. Afonso IV, Apontamentos da Professora Conceição Falcão, Idade Média Portuguesa*. <http://importuguesa.blogs.sapo>

FERNANDES, Hermenegildo - *D. Sancho II : tragédia*. Círculo de Leitores, 2006

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão - “Imagens dos reis na cronística medieval” in *História de Portugal medievo político e institucional*. Apêndice, Lisboa, 1995, 11-102.

FERREIRA, Maria do Rosário – *Historiografia Medieval em Portugal, Velhos Textos novos Caminhos, Balanço em Forma de Introdução in Cadernos de Literatura Medieval O Contexto Hispânico da Historiografia Portuguesa nos Séculos XIII e XIV*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. [http, //books.google.com.br/](http://books.google.com.br/)

FERNANDES, Fátima Regina – *Cruzadas na Idade Media in História das Guerras*. São Paulo: Editora contexto, 2008.

FLORI, Jean – *Chevaliers et chevalerie au Moyen Âge*. Paris, 1998.

Formação de Portugal. <http://cvc.instituto-camoes.pt>

FREYRE, Gilberto – *Casa Grande e Senzala*. São Paulo: Global Editora., 2006.

GAMA, Orlando - *A Memória do Espaço no Espaço da Memória: Entre a Analítica e os Primórdios da Cronística Medieval*. Parte deste texto foi previamente publicado em Rumos e Escrita da História. Estudos em Homenagem a A.A. Marques de Almeida, Lisboa: Edições Colibri, 2006, pp. 661-679. <http://web.lettras.up.pt>.

GARNIER, François – *Le Langage de l'Image au Moyen Age* - Vol. I Signification et Symbolique. Vol. II Gramatique des Gestes. Le Léopard D'or, 1989

GERBET, Marie-Claude. *Las Noblezas españolas en la Edad Media*: siglos XI-XIV. Alianza.Madrid, 1997.

GIANES, Bruno. *Fernão Lopes (C. 1380/90 -1459): Crónica e História em Portugal (Séc. XIV)* Niterói, 2009.

GOUREVITCH, Aron J. - *Les Categories de la Culture Médiévale*. Paris: Gallimard, 1983.

GOMES, Beto – História, Grandes guerras. *Em Busca da Purificação*. Nº 5. Editora Abril, 2005.

GOMES, Rita Costa – *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*. Linda-a-Velha: Difel, 1995.

HEERS, Jacques – *História Medieval*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

HERCULANO, Alexandre - *História de Portugal, Tomo II*. Viúva Bertrand e Filhos, 1854.

História e Antologia da Literatura Portuguesa. Séculos XIII – XIV. A Prosa Medieval Portuguesa - Vol. II Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de - *Raízes do Brasil* - São Paulo: Companhia das Letras, 1997

HUIZINGA, Johan – *The Autumn of the Middle Ages*. Chicago: The university of Chicago Press, 1996

JAGUARIBE, Hélio - *Um Estudo Crítico da História..* São Paulo: Paz e terra., 2001.

JUNIOR, Hilário Franco – *A Idade Média, o Nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

KANTAROWICZ, Ernst H. - *Os Dois Corpos do Rei, Um Estudo Sobre a Teologia Política Medieval..* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KRUS, Luís – *A concepção Nobiliárquica do Espaço Ibérico (1280-1380)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994.

- *Passado, Memória e Poder na Sociedade Medieval Portuguesa*. Estudos, Redondo. Patrimonia, 1994.

LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude - *Dicionário temático do Ocidente medieval* (1999) Coordenador de tradução de Hilário Franco Júnior. Volume I – Volume II - Bauru SP: EDUSC, 2002.

LE GOFF, Jacques - “O ritual simbólico de vassalagem” in *Para um novo conceito de Idade Média*. Lisboa, 1980, 325-386.

- *A Civilização do Ocidente Medieval*, 2 vol. Lisboa, 1983

- *L'homme Medieval* .Paris : Universe Historique, 1989.

LIDER, Julian – *Da Natureza da Guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1987

LOPES, David – *Os Árabes na Obra de Alexandre Herculano*, Lisboa, 1911, Pág. 124, Id., “*O Cid Português*”, in revista Portuguesa da História, T. I, Coimbra.

LOPES, Reinaldo - Guerreiros de Cristo in *Super Interessante*, nº 223.

LÓPEZ, Ana Rodriguez - *La Consolidación Territorial de la Monarquía Feudal Castellana: Expansión y Fronteras durante el Reinado de Fernando II*. Madrid.: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1994.

MARQUES, A. H. de Oliveira – “Fernão Lopes”, in *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão. Porto: Figueirinhas, 1989.

- *História de Portugal*. Lisboa: Edições Ágora, 1972.

- “A Nobreza”, in *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. IV – *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Lisboa: Presença, 1987, pp. 236-261.

- *Antologia da Historiografia Portuguesa* (Organização, prefácio e notas). Mem Martins: Publicações Europa-América, 2.^a ed: Vol. I: *Das Origens a Herculano*, 1974, Vol. II: *De Herculano aos Nossos Dias*, 1975.

MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *D. Afonso III, o Bolonhês*, Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2009.

MATTOSO, José – “A Primeira Crónica Portuguesa”. *Medievalista online*, ano 5, nº 6, 2009, IEM - Instituto de Estudos Medievais, www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista

- “A Guerra Civil de 1319-1324”, in *Obras Completas*, vol. 8 – *Portugal Medieval. Novas Interpretações*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002, pp. 217-227.

- *A Nobreza Medieval Portuguesa no Contexto Peninsular*. Revista da Faculdade de Letras, <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4047.pdf>

- *Fragmentos de uma Composição Medieval*. Coleção Histórias de Portugal. Editora Estampa. 1990.

- *Identificação de um País: Ensaio Sobre as Origens de Portugal: 1096-1325*. Volume I (Oposição). Volume II (composição). Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

- *D. Afonso Henriques*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2006.

- *História de Portugal, A Monarquia Feudal* dir. por José Mattoso Vol. II. Lisboa: Ed. Estampa, 1994.

- *João Soares Coelho e a Gesta de Egas Moniz*. <http://cvc.instituto-camoes.pt/>

- *Ricos Homens, Infâncias e Cavaleiros. A Nobreza Medieval Portuguesa nos Séculos XI e XII*. Lisboa: Guimarães Editores, 1998.

MICHELAN, Kátia Brasilino - *Três Histórias de Afonso Henriques, Compilação, Reprodução e Reconstrução de uma trajetória e de uma Imagem..* Franca, 2008.

MIRANDA, José Carlos Ribeiro – “Na Génese da Primeira Crónica Portuguesa”. In *Medievalista online*, ano 5, nº 6, 2009, IEM - Instituto de Estudos Medievais, www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista

MOCELLIN, Renato - *No Tempo das Reformas*. Editora Positivo. 2000.

MOISÉS, Massaud – *A Literatura Portuguesa Através dos Textos*. Editora Cultrix.1994.

MONTEIRO, João Gouveia - *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*. Lisboa: Editorial Notícias, 1998.

- *A História Militar Medieval Portuguesa*. <http://www.janusonline.pt>

MOREIRA, Filipe Alves - *A Primeira Redacção da Crónica de Espanha de 1344, Fonte da Crónica de 1419?* GUARECER on-line <http://up-pt.academia.edu/>

- *A Crónica de Portugal de 1419: Fontes, Estratégias e Posteridade. Faculdade de Letras do Porto*, 2010. Dissertação de Doutoramento em Literaturas e Culturas Românicas apresentada a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, sob a orientação do Professor Doutor José Carlos Miranda, <http://repositorio-aberto.up.pt>

MORENO, Humberto Baquero - *Contestação e Oposição da Nobreza Portuguesa ao Poder Político nos Finais da Idade Média*. Porto: Revista da Faculdade de Letras – História, 1987. II série, v.

Nova História Militar de Portugal Vol.I. José Mattoso (coordenador e autor da introdução). Direcção Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira. Círculo de Leitores.

OLIVEIRA, Marco António - *O Despertar da Europa a Baixa Idade Média*. São Paulo: Atual Editora, 1992.

OLIVEIRA, António Resende e MIRANDA, José Carlos Ribeiro - *Da História Compostelana à Primeira Crónica Portuguesa: O discurso historiográfico sobre a formação do reino de Portugal*. <http://www.seminariomedieval.com>

PERROY, Edouard – *Le Moyen Age, L'expansion de L'orient et la Naissance de la Civilisation Occidentale*. Paris: Presses Universitaires de France, 1967.

PIZARRO, José Augusto P. De Sotto Mayor – *Linhagens Medievais Portuguesas, Genealogias e Estratégias (1279 – 1325)*, 3 vols., Porto: Universidade Moderna, 1999.

- *D Dinis* . Lisboa: Círculo se Leitores, 2006.

- *D. Dinis e a Nobreza nos Finais do Século XIII* in Revista da Faculdade de Letras. Comunicação apresentada na Faculdade de Letras de Coimbra, no dia 21 de

Fevereiro de 1992, no âmbito da VIII Assembleia Geral da Sociedade Portuguesa de Estados Medievais, <http://ler.letras.up.pt/>.

POUCHELLE, Marie Christine – “Representation du Corps dans La Legende Dorée”, in *Ethnologie Française*, tomo 6, n. 34, 1976, 227-232.

REBELO, Luís de Sousa - *A Concepção de Poder em Fernão Lopes*. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.

RIBEIRO, Orlando - *A formação de Portugal Identidade: Série cultura portuguesa Autor*. Editora Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação, 1987

RUCQUOI, Adeline - *História Medieval da Península Ibérica*. Lisboa: Editora Estampa, 1995.

SARAIVA, Cardeal – Memórias sobre a deposição de El-Rei D. Sancho II, in *Obras Completas*, T. I, Lisboa, 1855.

SARAIVA, António José – *História da Cultura em Portugal*, Vol. I. Lisboa: Europa América, 1946.

- *O crepúsculo da Idade Média em Portugal*. Lisboa: Gradiva., 1988.

SCHMITT, Jean- Claude - *La Raison de Gestes dans l'Occident Médiéval*. Paris. 1990.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal, Estado Pátria e Nação (1080-1415)*, vol. I. Editorial Verbo, 1979.

- *A Historiografia Portuguesa. Doutrina e Crítica*, 3 vols. Lisboa: Editorial Verbo, 1972-1974.

SERRÃO, Joel - *Dicionário de História de Portugal*, D. Livraria Figueirinhas, 2000. “Crónica de Portugal de 1419”, “Crónica”.

SILVÉRIO, Carla Serapicos - *A Representação da Realeza na Cronística Medieval Portuguesa*. A Dinastia de Borgonha. Lisboa: Editora Colibri, 2004.

- “A Imagem da Realeza na analística portuguesa dos séculos XI e XII” in “*Segundo Congresso Histórico de Guimarães*, vol. III, 1996, 35-40.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – Afonso Henriques nas Primeiras crónicas Portuguesas” in *2º Congresso Histórico de Guimarães*, 3, Guimarães, 1996, 23-31.

- A Imagem do Mouro nos Anais de D. Afonso Henriques in *A Imagem do Mundo na Idade Média*. Actas. Lisboa, 1992, 147-154.

- *D. Afonso IV*. Lisboa: Círculos de Leitores, 2007.

- *Medieval Portuguese Royal Chronicles. Topics in a Discourse of Identity and Power*. - JPH, Vol. 5, number 2, Winter 2007 . <http://www.brown.edu/>

- O sangue, a cruz e a coroa. A memória do Salado em Portugal in *Penélope*, N 2 Lisboa, 1989. <http://www.penelope.ics.ul.pt/>

TAVARES, Maria do Amparo - *Fernão Lopes e a Retórica Medieval*. Niterói: Editora UFF, 2010.

THOMPSON, John B. – *Ideologia e Cultura Moderna*. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

TOSTES, Rogerio Ribeiro - *Península Ibérica e Sociabilidades Políticas: Poderes Simbólico e Político na Nobreza Entre os Séculos XII-XIV*. <http://www.nemed.he.com.br>

VILAR, Hermínia Vasconcelos - *D. Afonso II*. Lisboa: Círculo de Leitores., 2005.

VELOSO, Maria Teresa Nobre – *D. Afonso II, o Gordo*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2009.

VENTURA, Leontina – “A nobreza – Da guerra a corte” in *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H de Oliveira Marques, vol. III – *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*, coord. Por Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem. Presença. Lisboa, 1996, pp. 206 – 224.

- *D. Afonso III*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

- *A Nobreza de Corte de Afonso III*, 2 vols. Coimbra: Faculdade de Letras, 1992 (tese de doutoramento policopiada).

ZIERER, Adriana Maria de Souza - *Modelos Educativos de Nobre e Rei na Crónica de D. João I, de Fernão Lopes* . Acta Scientiarum. Education Maringá, v. 32, n. 1, pp. 55-66, 2010.